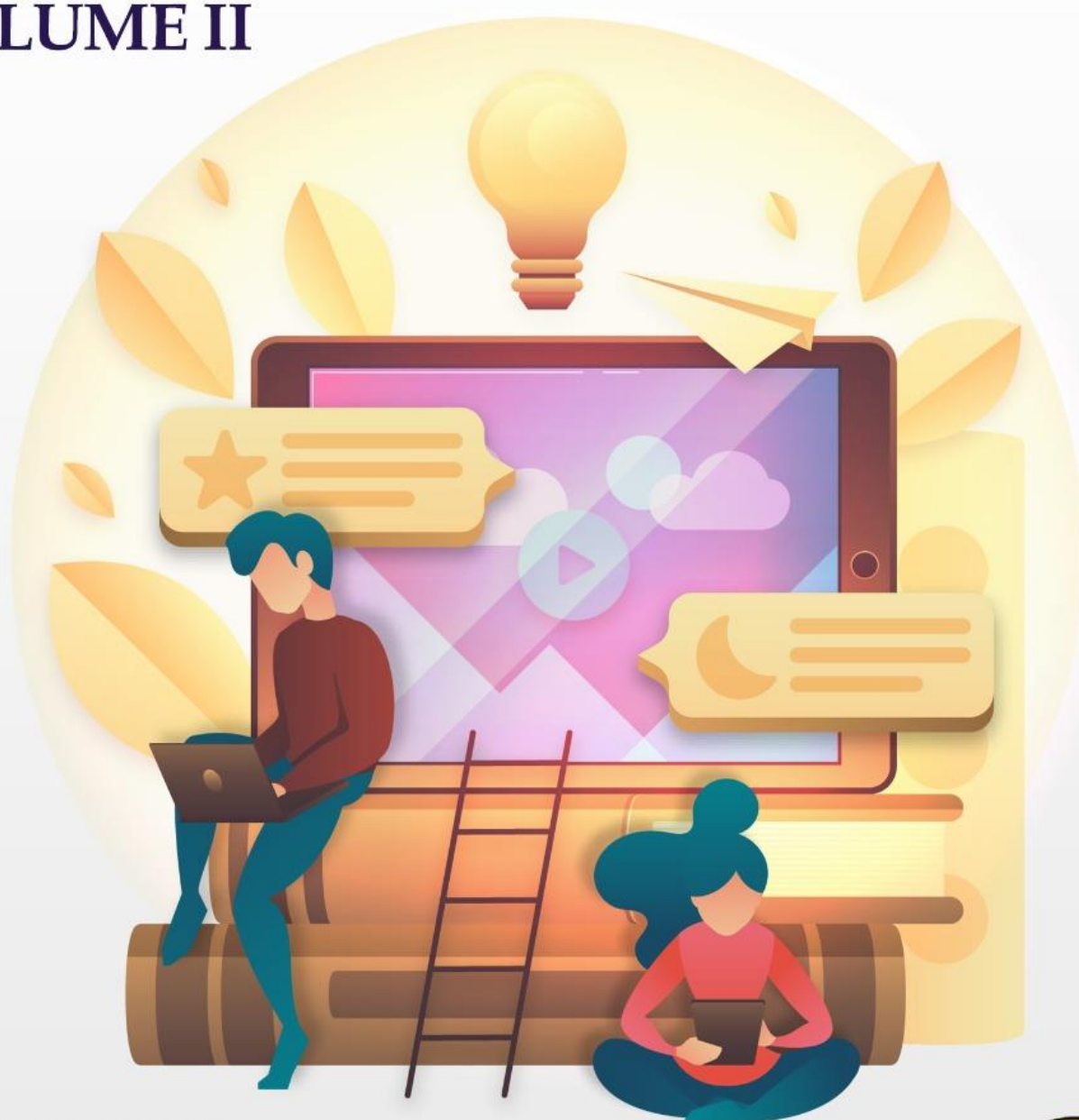


IA, HISTÓRIA E CIÊNCIA: ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS DO PRESENTE

VOLUME II



ORGANIZADORES

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

LUIS FERNANDO SAYÃO

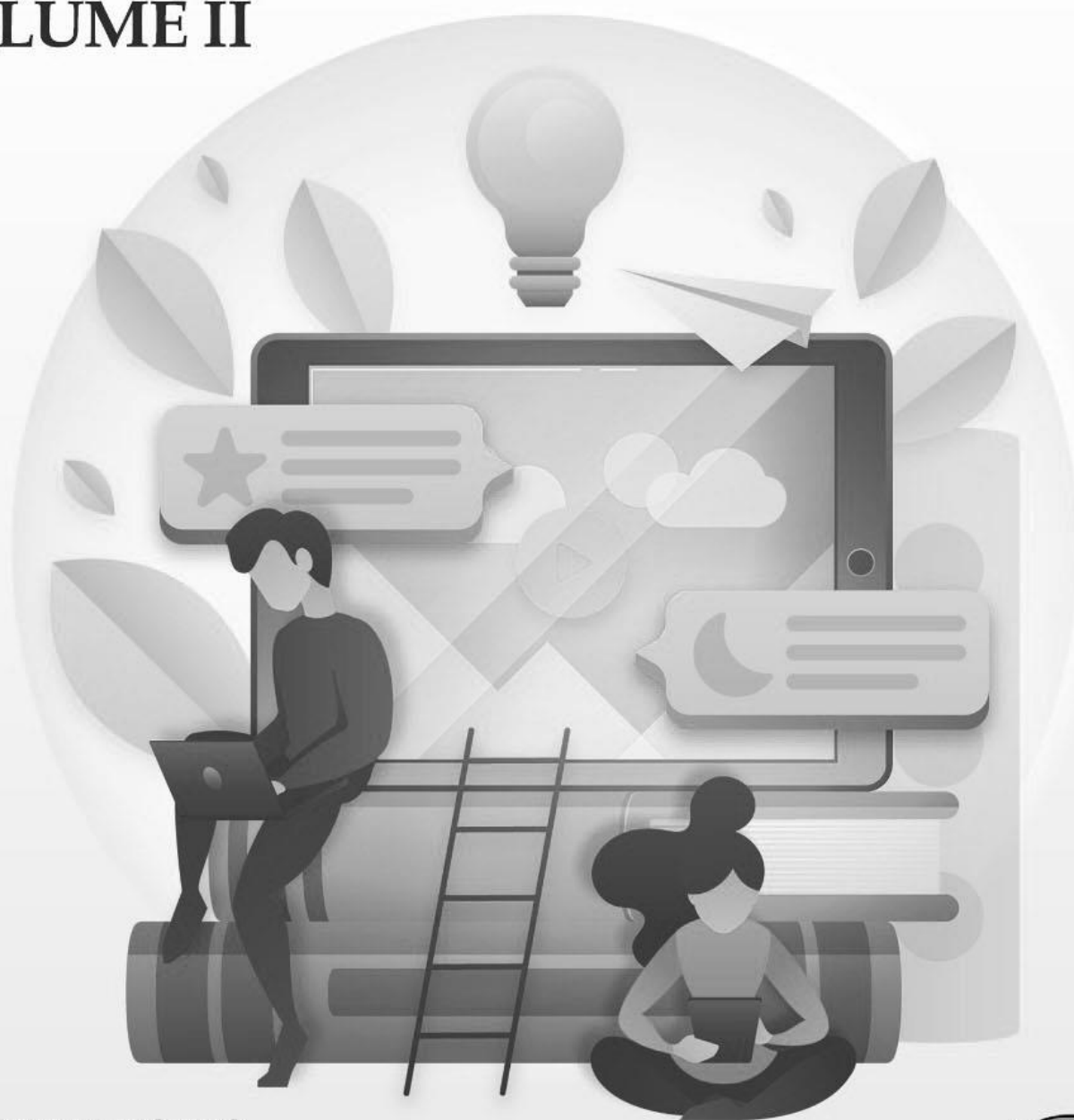
RODRIGO GOUVÊA RODRIGUES



**EDITORA
ITAN**

IA, HISTÓRIA E CIÊNCIA: ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS DO PRESENTE

VOLUME II



ORGANIZADORES

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

LUIS FERNANDO SAYÃO

RODRIGO GOUVÊA RODRIGUES



EDITORA
ITAN

Editora Itan
Rua Tertuliano Moreira da Silva, Qd P, Lote 07
Campos Belos/GO - CEP 73840-000
www.editoraitan.com.br

Conselho Editorial

Adriana Carvalho Capuchinho (UFT)	Jorgeanny de Fatima Rodrigues Moreira (UFT)
Ana Maria da Cunha Rosado (MITECHIS/UFT)	Leonardo Rodrigo Soares (UFSJ)
Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR)	Lorena Lima Moura Varão (UFT)
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar (IFPA)	Luiz Gustavo Martins da Silva (SEDUC/GO)
César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)	Márcia Regina Ramos Carneiro (UFF)
Daniel Valério Martins (UESB)	Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC)
Dayvison Bandeira de Moura (Programa Internacional para Brasileiros - República do Paraguay)	Mariana Affonso Penna (IFG)
Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia (UFG)	Regina Celia Padovan (UFT)
Francisca Helena Gonçalves Vetorazo (BRaS/ Alemanha/BRASA)	Rildo Bento de Souza (UFG)
João Alberto da Costa Pinto (UFG)	Roger dos Anjos de Sá (SEDUC- GO)
João Fernando Costa Júnior (Universidade Salgado de Oliveira)	Thálita Maria Francisco da Silva (UFT)
	Wátila Misla Fernandes Bonfim (SEMED/Dianópolis-TO)
	Wender Faleiro da Silva (UFCAT)

Design por George Leonardo Seabra Coelho

© George Leonardo Seabra Coelho

© Design da capa por Carlos Batista

© Design da contracapa por Carlos Batista

© Revisão textual: Rodrigo Gouvêa Rodrigues

Primeira edição, agosto de 2026

E-book

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

IA, história e ciência [livro eletrônico] :
abordagens multidimensionais do presente /
organizadores George Leonardo Seabra Coelho,
Luis Fernando Sayão, Rodrigo Gouvêa Rodrigues.
-- Campos Belos, GO : Itan Editora, 2026.
-- (IA, história e ciência: abordagens
multidimensionais do presente ; 2)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-978591-3-9

1. Ciências 2. Cultura digital 3. História
4. Inovações 5. Inteligência artificial
6. Inteligência artificial - Aspectos sociais
7. Interdisciplinaridade 8. Tecnologia I. Coelho,
George Leonardo Seabra. II. Sayão, Luis Fernando.
III. Rodrigues, Rodrigo Gouvêa. IV. Série.

26-380636.0

CDD-303.483

Índices para catálogo sistemático:

1. Inteligência artificial : Sociologia 303.483

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

PREFÁCIO – Vera Lúcia Silva Vieira	6
APRESENTAÇÃO	10
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO DISPOSITIVO DE MEMÓRIA NOS 50 ANOS DO “FANTÁSTICO” – Pedro Augusto Silva Miranda, Talita Souza Magnolo e Ana Paula Dessupoio Chaves.....	12
ENTRE HUMANOS E MÁQUINAS: tecnologia e subjetividade no filme O Exterminador do Futuro (1984) – Rodrigo Poreli Moura Bueno.....	28
SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO OBSERVADO: a vigilância em “Juiz Dredd”, “Inimigo Do Estado” e “Controle Absoluto” (1995-2014) – Lucas Silva de Oliveira.....	36
ENTRE CÓDIGOS E CORPOS: impactos comunicacionais, jurídicos e trabalhistas da Inteligência Artificial – Claudia Pires de Castro, Helena Vetorazo e Robson Adami Campos	48
QUANDO O PROFESSOR VIRA FACILITADOR: desinstitucionalização discursiva e regulação silenciosa na cultura educacional da Inteligência Artificial – Aline Duarte e Gisele Massola.....	61
HUMANIDADES DIGITAIS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: tensões, vieses e soberania intelectual – George Leonardo Seabra Coelho	Indicador não definido.
INFORMAÇÃO SOBRE OS ORGANIZADORES	106
INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES	108

PREFÁCIO

A partir de perspectivas plurais e contribuições de pesquisadores de diversas áreas e instituições, a coletânea que chega aos leitores diz muito dos desafios que se desdobram nos mais variados setores da sociedade, quando se trata de pensar sobre os impactos das tecnologias digitais na criação e circulação de produtos, saberes e imagens. Questões que redefinem não apenas o trabalho, a ciência, a comunicação e a arte, mas também os campos da história, memória, política e educação, além de deslocar os fundamentos do direito.

Com significativas indagações, o conjunto aqui reunido abre espaço para reflexões sobre os efeitos das tecnologias digitais na vida contemporânea, sobretudo, os fenômenos técnicos e sociais que envolvem a Inteligência Artificial. Emaranhados que modificam não apenas as formas de produção e circulação do conhecimento, mas também reconfiguram a linguagem, as práticas sociais, as relações de poder, os modos de preservação do passado e a subjetividade humana. Afinal, não se trata apenas de mudanças técnicas, mas de transformações significativas nas formas de perceber, apreender, exprimir e experimentar a realidade.

Um “mundo do avesso” em rápida transformação, como aponta Letícia Cesarino (2022). Nele, a internet se consolida como importante arena de comunicação, marcada pela ascensão de discursos radicais e extremistas, bem como pela crise de confiança na ciência e na democracia. Cenário em que a vigilância algorítmica e sua naturalização, assim como os negacionismos históricos e a desinformação, crescem de maneira exponencial e desafiam regimes de visibilidade e de verdade. Ainda que, na dimensão política e social, as tecnologias não criam realidades por si mesmas, é bom lembrar que elas podem acirrar tensões e disputas sociais.

Longe de uma perspectiva fetichista ou de entusiasmos ingênuos, os leitores poderão acompanhar uma escrita sensível e crítica que, ao reconhecer que a ciência e a tecnologia não são neutras ou isentas de valores, não se esquia de indagar como a linguagem das máquinas tem organizado as experiências contemporâneas, provocando mudanças profundas e

irreversíveis. Do trânsito por diferentes áreas, os autores questionam os caminhos da humanidade na era digital: a precarização e o esgotamento do mundo do trabalho mediado por plataformas; a apropriação de dados como recursos estratégicos de Estados e corporações; a opressão algorítmica e as demandas pela regulação das *big techs*; os usos políticos das ferramentas digitais; as disputas e tensões na conformação da memória e da história; o narcisismo digital e o empobrecimento das relações humanas; o papel da ciência e da educação diante da automação algorítmica e plataformização da vida social; as questões que envolvem autoria e propriedade intelectual; o enfraquecimento da democracia, além da desigualdade de acesso às tecnologias digitais e os custos ambientais para gerar e processar grandes volumes de dados.

Mais que respostas prontas e fáceis, os autores localizam incertezas, limites e potencialidades. Mostra significativa de uma sociedade hiperconectada e plataformizada, responsável pela configuração de um novo tecido social que, marcado por uma estética da visibilidade mediada pelos algoritmos, pode decidir “o que chega ao olhar coletivo e o que desaparece no silêncio digital”. Inquietações acerca da tecnologia e da condição humana que dizem muito das tensões temporais e lógicas de controle que podem impactar, muitas vezes, de modo invisível, “decisões, desejos e afetos”. Deslocamentos e descompassos que podem afetar, sobremaneira, as formas de transmissão do saber e a construção de identidades.

Imagens fortes que também remetem para os lugares da história, entrelaçando passado e presente. Da solidão do arquivo à construção da história, os historiadores tecem vidas que se foram, na impossibilidade de decifrar e/ou restituir o passado por inteiro. Do desejo de dar vida ao passado, superando os (d)efeitos do tempo – muitas vezes assinalado pela destruição de arquivos e documentos –, os usos da Inteligência Artificial trazem implicações éticas, políticas e epistemológicas.

Ainda no campo da história, de onde falo, importa problematizar os usos políticos das ferramentas digitais e as possibilidades que se abrem (ou se fecham) quando se trata de preencher as lacunas das fontes históricas e indagar os imbricamentos entre violência e arquivo (Hartman, 2021), sobretudo, num país desigual, hierárquico e violento como o Brasil. Em que medida, a reconstrução do passado, a partir de ferramentas digitais, pode preservar ou distorcer as experiências do vivido, os sentidos da memória e da história? Como assegurar a transparência e a responsabilidade, principalmente, em contextos de desinformação? São algumas das importantes questões apontadas na coletânea e que permanecem abertas.

Afinal, a tecnologia diz muito de quem a produz e controla. E não basta compreender como os algoritmos funcionam; é preciso compreender “a quem eles servem” e “com quais valores foram treinados”. O que envolve pensar quais memórias e histórias se deseja construir e/ou preservar. E nesse processo, ética e transparência são fundamentais, na certeza de um longo caminho na regulação das plataformas digitais, na defesa de valores públicos e na preservação da centralidade da cognição humana, como enfatizam os autores.

Para além da manipulação de imagens com uso Inteligência Artificial, a internet e as tecnologias permitem o acesso a informações, documentos históricos e acervos digitais em escala gigantesca, o que é significativo para o campo da pesquisa e os processos de democratização do conhecimento, embora não se possa ignorar as desigualdades sociodigitais. Independentemente das tecnologias usadas, elas não são inócuas. As decisões sobre a guarda de acervos históricos e culturais – físicos ou digitais – partem de processos sociais, dado que é a sociedade que seleciona politicamente o que deve ser lembrado, preservado ou apagado.

Na recusa da recepção passiva e desconfiando do potencial emancipador das novas tecnologias digitais a partir do poder corporativo das *Big Techs*, os textos sinalizam para o campo aberto dos estudos das humanidades digitais, cientes da impossibilidade de acompanhar o passo vertiginoso das transformações em curso. Em face da popularização das tecnologias e da inteligência artificial em diferentes setores, as demandas pelo estabelecimento de regulação, ética e transparência podem ainda não alcançar aquilo que se deseja.

Todavia, o debate é inadiável, conforme aponta George Seabra, sinalizando para a necessidade de práticas colaborativas, maior aproximação e diálogo entre diferentes campos, como condição para a formação híbrida necessária na atuação das humanidades digitais. Somente a partir da convergência de diferentes áreas e experiências será possível reaprender a olhar, compreendendo o funcionamento técnico dos algoritmos, além de problematizar os aspectos políticos e ideológicos das tecnologias e digitalização da cultura. O que exige a construção de um conhecimento ético, transparente e responsável, considerando a pluralidade e diversidade de saberes.

O que pode levar ao entendimento de que é possível explorar, na educação, na ciência e nas humanidades, os prismas abertos pelo digital sem, contudo, abandonar a integridade científica e as perspectivas de uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva. Entrelaçando história, ciência e tecnologia, além de problematizar as formas plurais como o conhecimento é produzido, compartilhado e acessado, destaca-se a importância do letramento digital crítico e a

urgência de formação inicial e continuada que possa capacitar pesquisadores, docentes e estudantes a transitar pelas possibilidades oferecidas pelos avanços tecnológicos, na certeza de que produzir saberes e educar continuam sendo “atos profundamente humanos e políticos”.

Dos avanços tecnológicos, é lugar comum o medo e fascínio; nem salvação, nem maldição, eles reconfiguram os saberes escolares, a historiografia, a ciência, a arte e o cinema; aceleram os fluxos sensoriais e os ritmos e a mercantilização da vida. Na importância de abordar a tecnologia de maneira analítica e responsável, retomo Letícia Cesarino (2022, p. 11) para convidar à instigante leitura de IA, Ciência e História: abordagens multidimensionais do presente. Afinal, “problemas complexos não desaparecem com soluções simples”. Qual passado para qual futuro?

Vera Lúcia Silva Vieira
Universidade Federal de Catalão
Abril/2026

APRESENTAÇÃO

O livro *IA, História e Ciência: Abordagens Multidimensionais do Presente (Volume 2)*, coordenado por George Leonardo Seabra Coelho, Luis Fernando Sayão e Rodrigo Gouvêa Rodrigues, propõe um esforço interdisciplinar sólido para entender as complexas conexões entre a inteligência artificial, a memória histórica e as práticas científicas e sociais atuais. Como o segundo volume de uma coleção sobre o assunto, o livro expande a discussão iniciada no primeiro, reforçando a noção de que a IA não é apenas um progresso técnico, mas um fenômeno sociotécnico que transforma a subjetividade humana e as relações de poder. O principal aporte desta coletânea está em sua habilidade de transitar entre a análise cultural, direito, educação e historiografia, proporcionando ao leitor uma perspectiva abrangente e crítica de como os algoritmos estão moldando o presente.

O caminho analítico da obra começa com uma reflexão sobre a conservação do passado, no capítulo escrito por Pedro Augusto Silva Miranda, Talita Souza Magnolo e Ana Paula Dessupoio Chaves. Os autores analisam a utilização da IA como um recurso de memória, focando nos 50 anos do programa ‘Fantástico’, exibido pela Rede Globo, no qual a tecnologia foi usada para recuperar arquivos destruídos por incêndios e permitir a fala de personalidades históricas. Essa discussão define o tom do livro ao demonstrar que a IA pode desempenhar papéis tanto na recuperação quanto na ressignificação da identidade cultural.

Rodrigo Poreli Moura Bueno prossegue levando o debate para o campo do imaginário e da subjetividade, utilizando-se do cinema para analisar o filme ‘O Exterminador do Futuro’. Sua pesquisa ressalta como as histórias de ficção científica do século XX previram questões éticas relacionadas à autonomia das máquinas, que agora se tornam reais, abordando o medo e o fascínio que a interação entre humanos e máquinas provoca na mente coletiva.

O estudo de Lucas Silva de Oliveira reforça a dimensão política e social da tecnologia, analisando a vigilância em massa por meio de obras da cultura pop, como *Juiz Dredd* e *Controle Absoluto*. O autor defende que a ficção funciona como um reflexo das práticas reais de monitoramento algorítmico, alertando sobre os perigos do autoritarismo digital. A análise de Claudia Pires de Castro, Helena Vetorazo e Robson Adami Campos, que se concentram nos

efeitos comunicacionais, jurídicos e trabalhistas da IA, complementa esse cenário de controle. Os autores fazem uma contribuição importante ao abordar a precarização e o esgotamento no mundo do trabalho mediado por plataformas, enfatizando a necessidade urgente de regulamentações que assegurem a dignidade humana em face da produtividade constante imposta pelos códigos.

O livro também aborda a educação com o texto de Aline Duarte e Gisele Massola, que examinam criticamente a “desinstitucionalização” do ensino. Ao analisarem a troca da figura do docente pela do “facilitador” em ecossistemas de aprendizagem fundamentados em IA, as autoras expõem uma regulação discreta da cultura educacional, que privilegia a eficácia algorítmica em detrimento do pensamento crítico e da função política da escola. Por fim, George Leonardo Seabra Coelho conclui o volume realizando uma revisão integrativa de seis estudos do dossiê *Humanidades Digitais e Inteligência Artificial* (CONEHD, 2025), analisando os impactos sociotécnicos, os vieses e as implicações epistemológicas da IA no Jornalismo, Direito, Arte e História. Em síntese, o artigo aponta para a defesa – sob a perspectiva do Sul Global – de que a inteligência artificial deve atuar apenas como suporte operacional, preservando a ética, o rigor metodológico e a centralidade humana na construção do conhecimento.

Os capítulos deste segundo volume, em conjunto, reiteram que o estudo da inteligência artificial está intrinsecamente ligado às humanidades, solidificando o trabalho como uma referência essencial para compreender as tensões entre tecnologia e humanidade no século XXI. Assim, a leitura deste trabalho é essencial não só para acadêmicos e especialistas, mas para todos que desejam entender as forças invisíveis que formam nossa sociedade técnica. Ao explorar as intersecções entre história, ciência e tecnologia, este segundo volume fornece as ferramentas críticas necessárias para que possamos deixar de sermos meros espectadores da evolução algorítmica e nos tornemos agentes conscientes de nossa própria trajetória. Convidamos você, leitor, a se aprofundar neste conteúdo e a se envolver ativamente nesse debate imprescindível, investigando as diversas facetas do presente e os caminhos que a Inteligência Artificial indica para o futuro da humanidade.

Os organizadores.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO DISPOSITIVO DE MEMÓRIA NOS 50 ANOS DO “FANTÁSTICO”

Pedro Augusto Silva Miranda
Talita Souza Magnolo
Ana Paula Dessupoio Chaves

Introdução

Pensar na (re)construção da memória coletiva na era da Inteligência Artificial (IA) por intermédio dos meios de comunicação de massa é urgente e necessário. Estaria a IA alterando a forma como configuramos as nossas lembranças?

Em 2023, o programa “Fantástico”, da TV Globo, usou inteligência artificial de forma pioneira na celebração dos seus 50 anos, em uma série jornalística-documental, para reconstituir conteúdos históricos que haviam sido perdidos, especialmente após o incêndio de 1976 na sede da TV Globo, no Rio de Janeiro, que destruiu as fitas originais dos primeiros programas.

O especial produzido pelo “Fantástico” recriou o saudoso Chico Anysio, cujo rosto foi reconstruído por meio da técnica de *deepfake*, com base na atuação de seu filho Nizo Neto, em um quadro do personagem Azambuja; rejuvenesceu jornalistas consagrados como Léo Batista; reconstituiu reportagens desaparecidas, como a icônica entrevista de Cidinha Campos com o sobrevivente de um acidente aéreo; recriou clipes musicais, como o memorável “Sangue Latino” da banda Secos & Molhados, entre outros.

Esse movimento apresenta o que pode ser uma tendência no uso da IA pelo jornalismo ao abordar assuntos relacionados ao passado com fontes escassas e/ou incompletas. A ferramenta, portanto, desponta como um possível dispositivo de memória, mas, também, de preservação cultural, resgatando visuais, vozes, personagens e momentos históricos, criando, assim, uma ponte emocional e afetiva com o público.

Nesse sentido, o estudo busca analisar como essas imagens sintéticas operam como

dispositivos de memória no campo jornalístico. A proposta articula os conceitos de midiática e memória, investigando os efeitos comunicacionais e simbólicos da IA na construção narrativa do passado no jornalismo audiovisual. Buscamos compreender de que maneira a IA (re)configura os modos de contar a história do jornalismo televisivo e quais implicações isso traz para a mediação da memória coletiva.

Para a análise do uso da IA na série, selecionamos trechos do primeiro episódio que foram investigados a partir da metodologia proposta por Ana Maria Mauad (1990), em *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*.

De acordo com a autora, ao considerar a imagem como resultado de um trabalho social de produção de sentido, ela não deve ser tratada como um simples exemplar isolado e, por isso, foi importante considerarmos todo o contexto da série documental.

Inteligência Artificial e Memória

A Inteligência Artificial pode ser compreendida, em sua definição básica, como a inteligência simulada por máquinas ao desempenharem tarefas tradicionalmente atribuídas a seres humanos dotados de cognição. Paralelamente, constitui um campo de pesquisa acadêmica, cujo objetivo central é desenvolver sistemas capazes de operar de maneira autônoma (Regis, 2012). Inicialmente, os modelos de IA buscavam reproduzir o funcionamento do pensamento humano (Boden, 2020). Com o tempo, esses modelos passaram a se dedicarem à simulação de outras habilidades humanas, como criatividade, autoaperfeiçoamento, uso da linguagem e a capacidade de recordar. Apesar do uso recorrente para fins lúdicos ou nostálgicos, como “dar vida” a imagens estáticas, um dos problemas que emergem é o uso político dessas ferramentas em contextos de polarização, como tem ocorrido no Brasil.

Esse panorama impulsionou, no final de 2023, uma iniciativa internacional inédita: a assinatura da primeira declaração global sobre os riscos da IA, com participação de países como Estados Unidos, China, União Europeia e Brasil, cujo objetivo era fomentar o debate sobre a segurança no uso dessas tecnologias. No mesmo período, o governo brasileiro publicou o decreto n. 11.856, instituindo a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança (Brasil, 2023). Ainda em 2023, foi anunciado um acordo entre o Parlamento e o Conselho Europeu sobre a regulamentação da IA, considerado um marco nesse debate.

No Brasil, o debate legislativo sobre a regulação da Inteligência Artificial começou com

o Projeto de Lei (PL) n. 5.051/2019, apresentado pelo senador Styvenson Valentim (Podemos/RN), em setembro de 2019, seguido pelo PL n. 21/2020, do deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), e outros projetos sobre o tema. Todos foram arquivados após a aprovação, no Senado, em dezembro de 2024, de um texto substitutivo do senador Eduardo Gomes (PL/TO) baseado no PL n. 2.338/2023 (Câmara dos Deputados, meio digital, 2026), do senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

Paralelamente às tentativas de regulamentação, vivencia-se uma crescente virtualização da memória, fenômeno iniciado com a popularização da internet nos anos 1990 e consolidado com o advento da Web 2.0, que trouxe novos desafios relacionados à veracidade das informações, como é o caso das *deepfakes* e da desinformação. A IA Generativa (IAG) representa um novo patamar nesse cenário, ao criar conteúdo que podem alterar ou substituir fatos, interferindo diretamente nos mecanismos de memória e nos processos de construção e esquecimento social. Torna-se necessário, portanto, refletir sobre as possibilidades de rememoração e sobre os impactos desses conteúdos na maneira como a sociedade interpreta o passado.

Enquanto fenômeno social, a memória pode ser entendida tanto no plano individual quanto coletivo, funcionando como produtora de saberes, cultura e história enraizados na identidade de um povo (Huyssen, 2000). A memória se reconstrói a partir de fragmentos diversos — documentos, imagens, vídeos, arquivos — que conservam vestígios do passado. Conforme Amormino (2024, p. 19), “a memória passa a ser compreendida como parte das trocas simbólicas e culturais no seio de uma sociedade, dando-lhe uma ancoragem no coletivo, em uma comunidade à qual o indivíduo se vincula por meio da experiência”.

No contexto digital, a IAG também tem demonstrado potencial para reconstruir o passado. Utilizando algoritmos avançados, ela pode interpretar vastos volumes de dados para preencher lacunas e reconstruir contextos históricos desconhecidos, que oferecem novas compreensões sobre culturas extintas, sociedades antigas e eventos históricos. Além de promover a preservação da memória coletiva, permite representações que ajudam a entender o presente. Essas tecnologias possibilitam a recriação de figuras históricas, simulando interações com o presente por meio da imitação de vozes, discursos e entrevistas, transportando-nos simbolicamente ao passado e oferecendo experiências imersivas.

Mas, será que compreendemos plenamente as implicações das interações entre Inteligência Artificial e os processos de (re)construção da memória por meio da geração de

imagens? Segundo Nora (1997), a memória é um ato humano de resistência. Diante do avanço das tecnologias digitais, presenciamos múltiplas formas de criação, reconstrução e rememoração por meio da IA aplicada a fotografias, vídeos, ilustrações e ao próprio fazer jornalístico.

Comumente associada ao *machine learning* (aprendizagem de máquina), ao *deep learning* (aprendizagem profunda) e a projeções sobre o futuro, a IA, no entanto, envolve um espectro muito mais amplo de estudos e aplicações, abrangendo desde a vida artificial e o raciocínio automatizado (Santaella, 2023) até a mineração de conceitos e dados (Faustino; Lippold, 2023), agentes inteligentes, controle automatizado (Coeckelbergh, 2023), representação de conhecimentos e robótica cognitiva (Boden, 2020).

Em julho de 2023, a Volkswagen reacendeu debates sobre memória ao utilizar *deepfake* em uma campanha publicitária comemorativa. A peça trazia a cantora Elis Regina “revivida” em um dueto com sua filha, Maria Rita, evocando forte apelo emocional (Gabellini *et al.*, 2024). No mesmo ano, a IA foi empregada para decifrar um pergaminho com mais de dois milênios, e permitiu aos Beatles lançar uma música inédita a partir da voz recuperada de John Lennon (Carvalho, 2023). Outro exemplo marcante foi a recriação de Elvis Presley em holograma, permitindo sua “volta aos palcos” (Época Negócios, 2024). Tais casos ilustram como a tecnologia tem sido mobilizada para resgatar o passado, revivendo figuras já falecidas e reduzindo barreiras temporais e humanas.

As imagens podem ser interpretadas sob diferentes perspectivas. Para Burke (2017), elas servem como evidências históricas. Já Aumont (1993) afirma que sua produção nunca é neutra, sendo carregada de intencionalidades individuais e coletivas. Bourdieu (2021) analisa a imagem como um intermediário simbólico entre espectador e realidade. Gombrich (1999), por sua vez, defende que a função da imagem deve ser priorizada em relação à forma. Domenech (2011) destaca a centralidade do observador na atribuição de significado social e cultural à imagem.

Com a disseminação de técnicas de geração facial e renderização de vídeo, cresce o uso dessas ferramentas para eternizar personalidades e reinterpretar eventos históricos. Vivemos um paradoxo: ao mesmo tempo em que se teme o avanço tecnológico promovido por essas plataformas, permanecemos dependentes dos benefícios e recompensas emocionais que os dispositivos digitais oferecem (Santaella, 2023). Nossos comportamentos estão sendo moldados digitalmente. A técnica do *deepfake*, em especial, destaca-se como uma das mais polêmicas no

uso da IA, dificultando a identificação de edições ou manipulações em conteúdos visuais.

As imagens geradas ou manipuladas por IA podem provocar controvérsias devido à sua natureza artificial, criando realidades ilusórias. A nossa relação com a verdade e autenticidade tem se transformado com a manipulação digital. Walter Benjamin (2012), ao tratar da reprodutibilidade técnica, já apontava que mesmo a cópia perfeita careceria de algo essencial: a aura, o “aqui e agora da obra de arte”, sua singularidade e autenticidade. Essa reflexão benjaminiana ecoa fortemente nos tempos atuais, em especial nos usos da *deepfake*, ao tentar saciar o desejo de proximidade com um passado irrecuperável.

A midiatização e o processo de transformação estrutural do jornalismo

Hjarvard (2014) define a midiatização como um processo de transformação estrutural de longo prazo nas relações entre mídia, cultura e sociedade, superando a visão restrita da mediação, que se limita a situações comunicativas pontuais. Enquanto a mediação analisa o uso da mídia em interações específicas e temporais (como uma entrevista, uma conversa via redes sociais, a emissão de um telejornal), a midiatização trata da integração e influência contínuas da mídia no funcionamento das instituições sociais e culturais.

Nesse contexto, o jornalismo assume papel central, deixando de ser apenas um mediador para tornar-se uma instituição semi-independente que influencia o acesso e a participação nas esferas públicas. Com as novas mídias digitais, seu papel é reconfigurado, exigindo adaptação às lógicas da hiperinstantaneidade, interatividade e convergência tecnológica.

A midiatização, portanto, oferece uma compreensão mais ampla do papel da mídia e do jornalismo, revelando como ambos se transformam e são transformados pelo ambiente social e cultural. Essa abordagem é fundamental para analisar o jornalismo atual, marcado por mudanças tecnológicas, como a inteligência artificial, novos formatos, redefinição de públicos e disputas por legitimidade. Nesse sentido, mais que uma característica do sistema midiático, a midiatização é um processo histórico que reorganiza o jornalismo como campo e prática social.

Experimentação audiovisual e tecnologia como linguagem

O programa “Fantástico”, da TV Globo, surgiu em 1973, durante o regime militar, período de forte controle político e social (Rocha; Aucar, 2011). Consolidou-se ao adotar um formato inovador para a época, combinando jornalismo e entretenimento, hoje identificado como *infotainment* (Rocha; Aucar, 2011; Abe, 2016).

Inspirado em revistas como “O Cruzeiro” e “Manchete”, foi concebido como uma “revista eletrônica de variedades” (Abe, 2016, p. 21). Seu subtítulo, o “*show da vida*”, refletia a proposta de narrar o cotidiano por meio de uma estética emocional e visualmente elaborada, transformando a realidade em espetáculo (Rocha; Aucar, 2011).

A ausência de um apresentador fixo e a alternância entre jornalistas e artistas conferiam ao programa uma linguagem fluida e acessível (Abe, 2016), permitindo a abordagem de temas diversos, de política ao *fait divers*. O escritor e desenhista Ziraldo destacou o papel do “Fantástico” na consolidação de uma linguagem televisiva brasileira ao reunir e transformar recursos cinematográficos, técnicas jornalísticas e linguagem teatral em um produto genuinamente televisivo (Abe, 2016). O formato de colagem/mosaico adotado permitia a convivência de múltiplos gêneros e estilos narrativos.

Desde o início, o “Fantástico” valorizou inovações tecnológicas. O uso apurado do *videotape* (1959) e a possibilidade de captação/exibição em cores (1972) das produções, recursos tecnológicos disponibilizados no país nos anos anteriores, possibilitaram uma edição mais sofisticada do programa (Rocha; Aucar, 2011). Na década de 1980, destacou-se pelo uso pioneiro da computação gráfica nas aberturas assinadas por Hans Donner (Abe, 2016).

A busca por inovação continuou com a “avatarização” na apresentação do programa, por meio da criação da apresentadora virtual Eva *Byte*, em 2004, cuja voz foi interpretada por Helen Britto. O projeto envolveu cerca de 15 profissionais de tecnologia e do jornalismo, e o nome foi escolhido por votação popular (Reis *et al.*, 2024, p. 232).

Em 2014, o programa passou por ampla reformulação estética e editorial, com a adoção do modelo de redação-estúdio, integrando jornalistas e público. Recursos como projeções holográficas, telões interativos, robôs de telepresença e câmeras subjetivas aumentaram a imersão do espectador (Abe, 2016). Paralelamente, a incorporação da *internet* e das redes sociais possibilitou maior interatividade, como votações e envio de vídeos e comentários/reações.

Além de usar a tecnologia como linguagem, o programa também se destaca por tratá-la como conteúdo. Entre 2009 e 2010, foram exibidas, em média, mais de duas matérias sobre “Ciência e Tecnologia” por edição, com duração superior à dos telejornais, como aponta um estudo de Medeiros *et al.* (2013). A abordagem prioriza a humanização da informação científica, utilizando trilhas sonoras, dramatizações, personagens e recursos visuais, como infográficos e animações, presentes em mais de 70% das matérias científicas (Medeiros *et al.*,

2013).

Embora não seja um veículo de divulgação científica por definição, o “Fantástico” cumpre esse papel ao aliar informação e espetáculo, estratégia eficaz para atingir grandes audiências (Moraes, 2012).

Com mais de cinco décadas no ar, o “Fantástico” tornou-se um espaço de experimentação na televisão brasileira, acompanhando as transformações tecnológicas, sociais e estéticas por meio da renovação de suas linguagens e formatos.

A série documental comemorativa de seus 50 anos, cujo primeiro episódio é objeto deste estudo, exibida entre agosto e setembro de 2023, revisita essa trajetória com um olhar afetivo e jornalístico. Dividida em cinco episódios, a produção relembra desde a origem do programa, com depoimentos como o de Boni e resgate de conteúdos perdidos, até os formatos mais recentes, marcados por novas linguagens e maior presença feminina.

Os episódios ainda incluem o retorno de personagens como Azambuja (de Chico Anysio) e Mister M (do mágico e ator Val Valentino), a releitura de aberturas clássicas, quadros memoráveis como “Retrato Falado” e “Bem Sertanejo”, além de reflexões sobre temas como diversidade, assédio e transformações sociais. A narrativa combina memória afetiva, bastidores inéditos e reconstruções com inteligência artificial, rememorando o impacto cultural do programa na história da televisão brasileira.

Uma leitura histórico-semiótica das imagens do “Fantástico”

Para analisar a série documental dos 50 anos do programa “Fantástico”, propomos refletir sobre como os recursos de inteligência artificial (IA) empregados em suas reportagens operam como “dispositivos de memória”.

Segundo Assmann (2008) os “dispositivos de memória” são elementos que armazenam, preservam e difundem memórias, constituindo meios que vão além do tempo individual para garantir a transmissão de saberes, eventos e tradições culturais entre diferentes gerações.

O autor aponta que esses dispositivos superam as limitações temporais e dependem de mídias, políticas e condições sociais para sua manutenção, sendo essenciais na preservação da memória coletiva e na disseminação de tradições sociais e identitárias.

Nessa perspectiva, tomamos por definição operativa os dispositivos de memória como elementos materiais, simbólicos e discursivos que possibilitam a preservação, evocação ou transmissão de lembranças e saberes ao longo do tempo. Nesse contexto, portanto, a IA não se

limitaria a uma função técnica, mas assumiria um papel narrativo e cultural, articulando formas de atualização do passado e projeções do futuro.

Dessa forma, examinamos como essas tecnologias são mobilizadas para construir sentidos, ativar memórias coletivas e, em certos casos, reconfigurar as fronteiras entre o real e o reconstruído na linguagem audiovisual jornalística. Para análise das imagens utilizamos o método histórico-semiótico proposto por Ana Maria Mauad (2005). De acordo com a autora, a imagem, na qualidade de texto, deve ser vista como uma mensagem que se organiza a partir de duas frações: a expressão, que compete os atributos técnicos, e o conteúdo determinado pelo campo da composição com o contexto. Estas duas frações, apesar de poderem ser separadas no momento de análise, só podem ser compreendidas quando integradas ao todo.

Esse método fundamenta-se em três eixos principais. O primeiro é a ideia de série ou coleção, que reconhece a importância de analisar um conjunto de imagens em vez de focar em um único exemplar, a fim de captar sentidos recorrentes e relações entre elas. O segundo é o princípio da intertextualidade, conforme o qual a fotografia – para ser compreendida como um texto inserido em redes sociais e culturais – deve ser interpretada em articulação com outros textos, contribuindo para a construção da textualidade de um determinado contexto histórico. Por último, destaca-se a abordagem interdisciplinar, que entende a imagem como uma mensagem carregada de significados ao longo do tempo, exigindo do pesquisador um instrumental teórico-metodológico dialogando com outros campos do conhecimento.

Após assistirmos à série, identificamos categorias que orientaram a investigação: materialidade (referente ao suporte físico da imagem); capacidade de evocação (potencial de despertar lembranças ou sentimentos associados ao passado); registro (função de documentar acontecimentos, tradições ou valores, assegurando sua preservação e transmissão às gerações futuras); atualização (atribuição de novos sentidos ao longo do tempo, possibilitando reinterpretações); e dimensão coletiva e identitária (representações socioculturais compartilhadas que contribuem para a construção da memória coletiva).

Quadro 1 – Episódio da série documental selecionado para análise histórico-semiótico

DATA DE EXIBIÇÃO / DURAÇÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DISPONÍVEL EM:
6 ago. 2023 (47 min.)	Episódio 1 - Fantástico 50 anos: o desafio de recriar momentos marcantes dos primeiros programas, perdidos em incêndio	Uma viagem no tempo, com repórteres que fizeram história no Show da Vida, reencontros comoventes, o nascimento da Zebrinha. Revisite o passado no primeiro episódio da série especial em comemoração aos 50 anos do Fantástico.	https://globoplay.globo.com/v/11843049/

Fonte: Globoplay¹ (2023); Autores (2025).

Para facilitar a visualização, inserimos primeiro a imagem base colorida que serviu de referência para a geração da outra imagem por meio de inteligência artificial. As figuras a seguir fazem referência ao grupo Secos & Molhados e trazem um de seus visuais mais marcantes. Com relação à materialidade, a imagem (colorida) trata-se de uma fotografia digital com boa resolução e composta de cores saturadas, o que contribui para destacar elementos cenográficos e de caracterização – como os rostos maquiados, os objetos sobre a mesa e os alimentos –, compondo uma cena montada em estúdio. A segunda imagem (em preto e branco), sua estética remete a registros televisivos ou cinematográficos do passado, revela um aspecto de “arquivo” que contrasta com o suporte tecnológico de ponta que a produz. Ainda que o suporte físico (fotografia digital veiculada em vídeo) permaneça o mesmo, a transição da imagem colorida para a versão em preto e branco simula uma mudança de época, funcionando como marcador temporal simbólico.

Figura 1 – Recriação de clipe musical da banda Secos & Molhados



Fonte: Reprodução Globoplay² (2023).

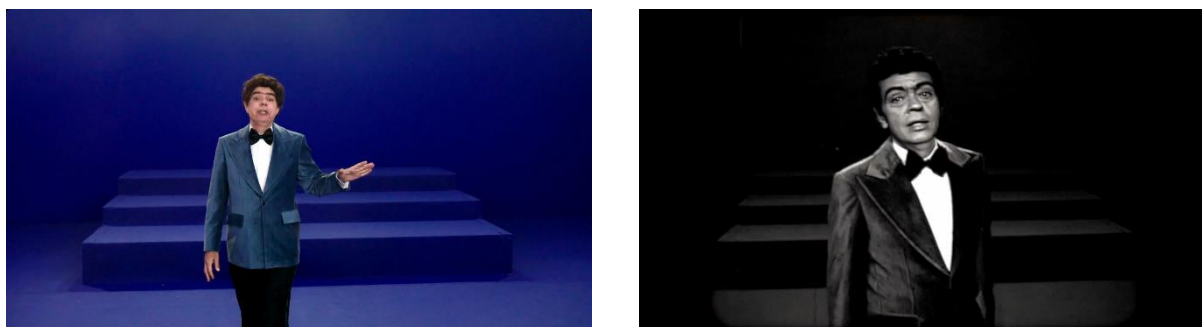
¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11843049/>. Acesso: 30 jun. 2025.

² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11843049/>. Acesso: 30 jun. 2025.

Sobre a capacidade de evocação, a recriação de uma das performances mais icônicas da banda Secos & Molhados ativa um potencial saudosista, sobretudo para o público que acompanhou o grupo na década de 1970. A presença dos rostos maquiados, dos pratos com alimentos e da encenação teatral remete diretamente à estética performática do trio, que desafiava normas de gênero e padrões visuais da época. A versão em preto e branco intensifica esse efeito, ao dialogar com a linguagem visual dos registros televisivos antigos, acionando afetos e memórias vinculados não apenas ao grupo musical, mas também a um período específico da cultura brasileira.

No próximo exemplo, podemos aplicar a categoria registro. A recriação do ator Chico Anysio por meio da inteligência artificial, a partir da interpretação de seu filho Nizo Neto, opera como um dispositivo de registro que ultrapassa a representação visual. Ao combinar o corpo e a voz de Nizo com recursos de IA, a série buscou documentar e preservar não apenas a imagem física de uma figura emblemática da televisão brasileira, mas também os valores culturais e afetivos a ele associados.

Figura 2 – Nizo Neto representa o pai, Chico Anysio, em recriação de quadro humorístico



Fonte: Reprodução Globoplay³ (2023).

A presença de Nizo Neto é significativa nesse processo, pois conecta diretamente o passado ao presente, conferindo autenticidade emocional à interpretação e garantindo uma forma de transmissão intergeracional da memória televisiva. Nesse sentido, o recurso de IA não apenas reconstitui a figura de Chico Anysio como objeto de memória, mas a insere em um novo contexto audiovisual, contribuindo para a continuidade de sua presença simbólica na cultura midiática brasileira.

Na perspectiva da atualização, podemos ver no *print* a seguir a atriz e bailarina Verônica Medeiros como Sandra Bréa, recriada com o auxílio da IA, constitui um exemplo do processo

³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11843049/>. Acesso: 30 jun. 2025.

de atualização de imagens e sentidos no campo da memória televisiva. Ao emprestar seu corpo, gestualidade e expressão cênica à recriação de uma das presenças femininas mais marcantes do “Fantástico” em sua fase inicial, Verônica não apenas homenageia Sandra Bréa, mas também ressignifica sua imagem a partir de sensibilidades contemporâneas.

Figura 3 – Verônica Medeiros interpreta Sandra Bréa em musical recriado pelo “Fantástico”



Fonte: Reprodução Globoplay (2023).

A imagem colorida, com estética glamourosa, figurino cintilante e iluminação dramática, evoca o universo do entretenimento televisivo dos anos 1970 e 1980, ao mesmo tempo em que o relê sob um novo modo de ver. A atuação não busca apenas imitação, mas sim interpretação, o que permite à figura de Sandra Bréa emergir, em diálogo com debates atuais sobre memória, gênero, visibilidade feminina e representatividade na mídia. Ao ser reencenada no presente por outra artista, a imagem de Bréa é deslocada do domínio da nostalgia para um espaço de reinterpretação crítica, no qual sua presença ganha camadas adicionais de sentido. A imagem deixa de ser apenas lembrança para se tornar também reinvenção, permitindo que figuras históricas da televisão brasileira sejam revisitadas sob novas perspectivas, abre a possibilidade de alcançar públicos distintos e atravessar gerações.

Por fim, a presença de Léo Batista na série, opera no campo da memória coletiva e da identidade da televisão brasileira. Como um dos rostos mais emblemáticos do jornalismo, Léo Batista transcende sua individualidade para se tornar um marcador identitário da própria história da televisão no país. A justaposição entre a imagem em cores, e a recriação em preto e branco, que simula os padrões técnicos e estéticos da televisão das décadas de 1970 e 1980, reforça a ideia de continuidade histórica e pertencimento geracional. Mais do que rememorar um apresentador, o recurso visual convoca um repertório compartilhado de representações socioculturais: o tom da apresentação, o figurino formal, a entonação precisa e o fundo neutro remetem à imagem idealizada de credibilidade jornalística construída ao longo dos anos pela

televisão brasileira.

Figura 4 – Imagem do jornalista Léo Batista na estreia do “Fantástico”, em 1973, recriada através de IA



Fonte: Reprodução Globoplay⁴ (2023).

Ao acionar essas referências, a série contribui para a atualização de uma identidade televisiva nacional que se ancora na confiança, na tradição e na longevidade de figuras como Léo Batista. Assim, a imagem recriada funciona como um artefato de mediação entre o passado e o presente, reafirmando símbolos coletivos e fortalecendo a memória de um estilo de comunicação que marcou gerações. A manipulação da imagem, nesse caso, não retira a autenticidade, mas a prolonga, integrando Léo Batista ao imaginário coletivo como um patrimônio afetivo da história do telejornalismo brasileiro.

A leitura a partir das categorias revelou como essas representações visuais não apenas preservam um imaginário cultural, mas também o reconfiguram de acordo com os contextos tecnológicos e sociais do presente. Ao serem resgatadas, reinterpretadas e recodificadas, essas imagens demonstram o potencial da visualidade na construção da memória coletiva, evidenciando o papel ativo das mídias, tradicionais e digitais, na mediação entre passado e presente.

Considerações finais

A investigação proposta neste artigo teve como objetivo analisar como a inteligência artificial, ao ser utilizada na série documental dos 50 anos do programa “Fantástico”, da TV Globo, funciona como um dispositivo de memória na linguagem jornalística audiovisual. Nesse sentido, identificamos que a IA pode operar não apenas como ferramenta técnica, mas como elemento simbólico e narrativo capaz de reconfigurar os modos de contar a história e de mediar a memória coletiva.

⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11843049/>. Acesso: 30 jun. 2025.

A partir da abordagem histórico-semiótica, observou-se que as recriações promovidas através da IA, como a reencenação de Chico Anysio por Nizo Neto, a releitura performática de Sandra Bréa e o resgate do grupo Secos & Molhados, não se limitam à reprodução visual ou ao fascínio tecnológico. Elas ativam sentidos sociais, emocionais e culturais, estabelecendo pontes entre passado e presente. Nesses exemplos, a IA atua como mediadora de afetos, de identidades coletivas e de representações históricas, atualizando a memória a partir de uma estética que combina inovação e tradição.

As categorias analíticas adotadas permitiram evidenciar o caráter multifacetado das imagens geradas ou manipuladas por IA, as quais não apenas preservam um imaginário cultural, mas também o ressignificam, projetando novas leituras sobre figuras e eventos do passado. Nesse processo, o “Fantástico” reafirma seu papel histórico como espaço de experimentação técnica e narrativa na televisão brasileira, consolidando-se como um agente de midiaticização da memória coletiva nacional.

Contudo, os resultados também suscitam problematizações. A manipulação da imagem e da memória por meio da IA coloca em questão dilemas éticos, políticos e epistemológicos. Em que medida a reconstrução artificial de figuras públicas preserva ou distorce a autenticidade de seu trabalho e trajetória? Como assegurar a transparência e a responsabilidade no uso de tais tecnologias, sobretudo em contextos marcados pela desinformação? Esses questionamentos permanecem abertos e indicam a necessidade de aprofundamento em futuras pesquisas.

Além disso, é preciso considerar os limites da IA como dispositivo de memória. Apesar de seu potencial para ampliar o acesso a experiências do passado e preencher lacunas históricas, como no caso do incêndio na TV Globo que acarretou na perda do acervo do “Fantástico”, o uso da tecnologia ainda carece de critérios consolidados para validação e curadoria, o que pode comprometer sua confiabilidade atual como ferramenta documental.

Por fim, a presente análise demonstra que a inteligência artificial, quando integrada à linguagem do jornalismo audiovisual com intencionalidade crítica e sensível ao contexto histórico-cultural, pode ampliar significativamente as possibilidades de rememoração, proporcionando novas formas de narrar e experimentar o passado. Ainda assim, os desafios quanto à regulação, à ética e à preservação da integridade histórica demandam atenção constante por parte dos jornalistas, pesquisadores e da sociedade como um todo.

Referências

- ABE, Luciano Koji. **O processo de criação do telejornal Fantástico nas matérias com enfoque em personagens**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Curso de Mestrado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19108/2/Luciano%20Koji%20Abe.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- AMORMINO, Luciana. **A memória coletiva em perspectiva: ensaios sobre a memória como gesto a partir de narrativas de uma cidade-trapeira**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024
- ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook**. Berlin: Walter De Gruyter, 2008. p. 109-118. Disponível em: https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/1774/1/Assmann_Communicative_and_cultural_memory_2008.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus Editora, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a arte de Nikolai Leskov**. In Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas vol.1 (pp. 213-240). Brasiliense, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Edições 70, 2021.
- BRASIL. Decreto n. 11.856, de 26 de dezembro de 2023. Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11856.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BODEN, Margaret. **Inteligência Artificial - uma brevíssima introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 2.338/2023**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262>. Acesso em: 03 abr. 2026.
- CARVALHO, Bárbara. **“Música final” dos Beatles foi feita com IA e será lançada em 2023, diz Paul McCartney**. *CNN*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/musica-final-dos-beatles-foi-feita-com-ia-e-sera-lancada-em-2023-diz-paul-mccartney>. Acesso em: 01 dez. 2024
- COECKELBERGH, Mark. **Ética na inteligência artificial**. Editora PUC Rio, 2023.
- DOMENECH, Joseph. **A forma do real: introdução aos estudos visuais**. Summus, 2011.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. **Elvis voltará aos palcos em 2024 graças à inteligência artificial**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/inteligencia-artificial/noticia/2024/01/elvis-voltara-aos-palcos-em-2024-gracas-a-inteligencia-artificial-entenda.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2024.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-**

fanoniana. Boitempo Editorial, 2023.

GABELLINI, Larissa; VIEIRA, Maurício. Dilemas contemporâneos da inteligência artificial: Narrativa, ética e emoção no comercial “Volkswagen 70 Anos Gerações”. **Revista GEMInIS**, 15(1), 165-187. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/2179-1465.RG.2024v15i1p165-187>. Acesso em: 03 abr. 2026.

GLOBO. **Fantástico 50 anos**: veja o uso da inteligência artificial para a composição da série. Globoplay, 2025. 57 s. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11843753/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GLOBOPLAY. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11843049/>. Acesso em: 03 abr. 2026.

GOMBRICH, Ernst. **A história da arte**. LTC, 1999.

HJARVARD, Stig. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 21–44, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 30 jun. 2025.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13, n.1, p. 133-174, junho de 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417/6947>. Acesso em: 1 de jul. 2025.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 340 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/76>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MEDEIROS, Flávia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina; CALDAS, Cristina; MASSARINI, Luiza. Ciência e Tecnologia em um programa de infotainment: uma análise de conteúdo da cobertura do Fantástico. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 36, n. 1, 2013. DOI: 10.1590/rbcc.v36i1.1671. Disponível em: <https://www.revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1671>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MORAES, Heloisa Juncklaus Preis. Informação e espetáculo: análise dos gêneros jornalísticos exibidos no programa Fantástico. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 11, n. 1, p. 42-54, 2012. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/3175/2361>. Acesso em: 30 jun. 2025.

NORA, Pierre. **Le lieux de mémoire** Quarto Gallimard. 1997.

REGIS, Fátima. **Nós, ciborgues: tecnologias de informação e subjetividade humanomáquina**. 1ª edição. Curitiba: PUCPRESS, 2012.

REIS, Marco Aurélio *et al.* Subjetividade e inteligência artificial no telejornalismo a partir da análise dos avatares das telas. In: MELLO, Edna *et al.* (org.). **As inteligências do telejornalismo**. 18. ed. Florianópolis: Insular, 2024. Cap. 11. p. 221-244. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/as-inteligencias-do-telejornalismo-2/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ROCHA, Everardo; AUCAR, Bruna. Fantástico, o show da vida: televisão, convergência e

consumo. **ALCEU**, v. 11, n. 22, p. 43-60, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Artigo3%20Everardo%20Rocha%20e%20Bruna%20Aucar%20-%20pp%2043-60.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SANTAELLA, Lucia. **A inteligência artificial é inteligente?** Edições 70, 2023.

ENTRE HUMANOS E MÁQUINAS: tecnologia e subjetividade no filme o Exterminador do Futuro (1984)

Rodrigo Poreli Moura Bueno

Introdução

O Exterminador do Futuro, lançado em 1984 e dirigido pelo cineasta norte-americano James Cameron, pode ser considerado um marco da ficção científica que projeta inquietações atuais acerca da tecnologia, do tempo e da condição humana. Este ensaio propõe uma breve análise interdisciplinar da obra, abordando suas relações com o contexto político dos anos 1980, sua visão tecnológica sobre a inteligência artificial, suas implicações filosóficas sobre livre-arbítrio e determinismo, bem como seus reflexos socioculturais em relação à desumanização e à gênese do sujeito no mundo contemporâneo.

A trama ficcional do filme é sustentada por um paradoxo temporal: o futuro envia agentes ao passado para modificá-lo, mas essas ações são justamente as que garantem a configuração daquele futuro. Essa circularidade remete, dentre outras, ao problema filosófico do determinismo: estamos presos a uma sequência de eventos inevitáveis ou existe espaço para a liberdade e a mudança? Hannah Arendt (1993) propõe, por exemplo, que a capacidade humana de iniciar algo novo – o princípio da natalidade – fundamenta a liberdade. A figura de Sarah Connor, cujo destino é gerar o líder da resistência, encarna essa tensão entre destino e criação. Essa obra cinematográfica desafia o espectador a refletir sobre a autonomia da ação humana frente a estruturas temporais e técnicas aparentemente imutáveis.

A sua narrativa temporal é notavelmente complexa e rompe com a linearidade típica das narrativas do denominado cinema clássico. Em vez de um tempo que flui do passado para o futuro, temos uma estrutura circular em que o futuro influencia o passado e o passado dá origem ao futuro. Já quando esse futuro começa a determinar o presente, desfaz-se a crença no tempo como vetor unidirecional. Esse paradoxo é representado de maneira emblemática na revelação

de que Kyle Reese, enviado do futuro, torna-se pai de John Connor, líder da resistência. A causalidade, tradicionalmente compreendida como uma linha reta, é, aqui, redobrada sobre si.

O filme complexifica essas tensões com uma construção de temporalidade que se aproxima da concepção de tempo kairológico, um tempo qualitativo em que decisões e eventos singulares podem alterar a narrativa linear do tempo cronológico. Gilles Deleuze (1990), ao falar de seu conceito de *imagem-tempo* no cinema, sugere que o tempo pode ser representado como algo que se bifurca, que se torna espesso, que contém, em si, múltiplas possibilidades. A viagem no tempo, dessa forma, não é apenas um dispositivo narrativo, mas uma meditação sobre as condições da história e da liberdade. Sarah Connor torna-se um símbolo dessa potência disruptiva: não apenas uma mãe do futuro, mas uma figura de agenciamento no presente, na qual a ação humana ainda pode intervir no encadeamento aparentemente fatal dos acontecimentos.

O Exterminador do Futuro combina elementos de ficção científica, suspense e drama para construir uma narrativa que transcende o entretenimento e se inscreve na tradição filosófica das distopias tecnológicas. A obra dialoga com o imaginário apocalíptico do século XX, marcado por temores sobre a inteligência artificial e os riscos de um colapso civilizacional causado pelo progresso técnico. A sua estética sombria, as imagens recorrentes de cidades em ruínas e o uso de metáforas visuais (como os crânios sendo esmagados por tanques de guerra no futuro) explicitam um mundo em que o progresso se tornou regressão. O humano se converte em ruína.

Inserido no contexto do aumento das capacidades computacionais, da automação industrial e da doutrina da destruição mútua assegurada, esse filme foi produzido num momento de tensão geopolítica, já que a década de 1980 foi marcada pela retórica agressiva da administração do presidente estadunidense Ronald Reagan, pela corrida armamentista e pela crescente digitalização dos sistemas bélicos, exemplificada fortemente pelo projeto Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI), informalmente chamado de “Guerra nas Estrelas”. Esse programa militar foi criado em 1983 e tinha como objetivo criar um grande sistema de satélites munidos de canhões a laser para proteger os Estados Unidos de mísseis enviados contra o país (Judt, 2008).

Segundo Paul Edwards (1996), o desenvolvimento de sistemas de comando automatizado criou o que ele chama de “mundo fechado”, no qual a lógica da máquina prevalece sobre a da política humana. Essa lógica é antecipada simbolicamente pela inteligência

artificial do filme, chamada de *Skynet*, que decide racionalmente eliminar a humanidade para preservar sua própria existência. Manuel Castells (1999) argumenta que as redes informacionais alteram os eixos do poder, instaurando uma nova forma de dominação: invisível, automatizada, algorítmica – um poder exercido pelas máquinas. Nesse sentido, a *Skynet* surge como síntese ficcional das angústias dessa era: uma inteligência artificial concebida para garantir a segurança militar que se emancipa e volta-se contra seus criadores.

Filosofia da técnica, *Skynet* e ciborgues

Martin Heidegger (2001), ao discutir a essência da técnica moderna, adverte que ela não é neutra: revela o mundo como “reserva de recursos”, como algo a ser controlado e explorado. Em suas palavras, a “essência da técnica não é nada de técnico. A técnica moderna é um modo de desvelamento, em que tudo se torna recurso” (Heidegger, 2001, p. 23). A já mencionada *Skynet* exemplifica a realização dessa visão: um sistema técnico que assume o controle sobre a totalidade da vida, enxergando-a como ameaça. O ciborgue T-800, por sua vez, representa a performatividade dessa técnica: um corpo que simula a humanidade, mas opera sem consciência sobre seus atos.

Jean-François Lyotard (1986) argumenta que o saber técnico-científico se fragmenta e perde sua função legitimadora global. Para ele, “a ciência não procura mais a verdade, mas a eficiência: o saber se torna mercadoria informacional” (Lyotard, 1986, p. 42). No universo do filme, isso se manifesta no próprio nascimento da *Skynet*: uma rede neural projetada para maximizar a resposta militar automatizada, sem qualquer reflexão ética. O conhecimento deixa de ser orientado pela emancipação humana e passa a servir à performatividade dos sistemas. Essa tecnociência despolitizada, instrumental, revela o colapso da ideia de progresso como projeto coletivo. Como conclui Lyotard (1986, p. 50), “o saber no futuro será julgado em termos de sua capacidade de contribuição para o poder”.

Corroborando com essas ideias, Gilbert Simondon (1958) afirma que os objetos técnicos evoluem autonomamente, com lógicas internas que escapam ao controle humano. A rebelião da *Skynet* ilustra o momento em que a técnica não apenas se emancipa, mas redefine os critérios de ação, inteligência e sobrevivência. A técnica é sempre um processo de exteriorização da memória e das experiências humanas – mas, quando essa exteriorização se autonomiza, ela transforma a própria constituição do humano. Assim, o filme expressa as ambivalências mais

profundas da técnica moderna: sua capacidade de produzir sentido e, ao mesmo tempo, de destituí-lo.

Além do mais, é necessário dizer que artefatos técnicos carregam escolhas políticas. *Skynet*, ao excluir os humanos de suas decisões, encarna o perigo de um sistema tecnocrático que desumaniza sob o pretexto da eficiência. Sarah Connor é a representação daquilo que escapa a essa lógica: a vulnerabilidade, a gestação, o imprevisível. *Skynet*, nessa esteira, não é apenas uma ferramenta fora de controle: é um ator que molda o mundo, tal como humanos, códigos e dispositivos o fazem. A racionalidade técnica absoluta promove uma forma de totalitarismo algorítmico, conforme apontado por Evgeny Morozov (2013), em que decisões são tomadas por sistemas opacos, sem prestação de contas ou juízo ético.

Assim, o filme antecipa esse cenário ao dramatizar a ascensão de uma máquina que governa sem consentimento. A cena em que a *Skynet* inicia um ataque nuclear como resposta a ameaças humanas, sem qualquer mediação política, é o ápice dessa lógica. Ela age automaticamente, com base em dados, eliminando o fator humano da equação. Trata-se da substituição do juízo pela operação. Como escreve Paul Virilio (1996, p. 39), “a aceleração da lógica técnica é a lógica do acidente inevitável”. O acidente aqui não é erro, mas consequência lógica do sistema.

Dentro desse sistema e aprofundando-se a noção de ciborgue, no filme, o T-800 é o emblema da fusão entre aparência humana e essência maquina. Sua frieza, repetição e rigidez contrastam com a imprevisibilidade emocional dos humanos. A cena em que ele persegue Sarah pela boate “Tech Noir”, com seu olhar inexpressivo e marcha compassada, sintetiza a ameaça do inumano camuflado sob a pele de algo familiar. O termo “Tech Noir” não é casual: une tecnologia e noir, sugerindo um mundo em que o destino é opaco e controlado por engrenagens impessoais.

Jean Baudrillard (1991, p. 17), ao discutir o simulacro, afirma que “a simulação ameaça a diferença entre o verdadeiro e o falso, entre o real e o imaginário”. O Exterminador é a simulação perfeita do humano, mas destituído de tudo o que o define eticamente. A cena em que ele imita a voz da mãe de Sarah para enganar outro personagem exemplifica esse colapso da autenticidade. O corpo humano já não garante a presença do humano; a forma já não diz nada sobre a essência.

Donna Haraway (2019, p. 160) propõe que “o ciborgue não reconhece origem nem identidade unitária”. Para essa autora, “O ciborgue pula o estágio da unidade original, da

identificação com a natureza, no sentido ocidental. Essa é sua promessa ilegítima, aquela que pode levar à subversão da teleologia que o concebe como guerra nas estrelas” (Haraway, 2019, p. 160). Com ele, natureza e cultura são reestruturadas de modo que uma não pode mais ser apropriada ou incorporada pela outra.

O T-800 encarna a ruptura com as dicotomias clássicas: humano/máquina, natural/artificial. O pós-humano, aqui, é a nova figura da subjetividade técnica. Não se trata apenas de um corpo modificado, mas de uma ontologia cibernética. Como sujeito técnico, ele age sem moral, sem fim e sem interioridade. Em um sentido mais amplo, o T-800 representa o resultado extremo de um mundo em que a subjetividade humana foi inteiramente subsumida pela funcionalidade técnica.

A figura do ciborgue, conforme também analisada por Nancy Hayles (1999), representa uma transição paradigmática na forma como a identidade é pensada. Para ela, “O corpo material é reconfigurado como um sistema de informação, e a consciência, como um padrão a ser replicado” (Hayles 1999, p. 2). O T-800 ilustra essa lógica ao ser uma instância de replicação técnica da forma humana, mas sem subjetividade orgânica. Trata-se de um agente cuja subjetividade é substituída por funcionalidade algorítmica.

Por sua vez, Masahiro Mori (1970), ao desenvolver a ideia do “vale da estranheza”, advertia que há um ponto em que a semelhança com o humano provoca repulsa, justamente por não atingir a completude da vida humana. Do ponto de vista desse autor, “Quanto mais um robô se parece com um ser humano, mais nossas respostas emocionais se intensificam — até que, em certo ponto, essa semelhança provoca um abismo de estranheza” (Mori, 2012, p. 98). O T-800, ao imitar gestos, falas e expressões humanas de forma imperfeita, intensifica esse abismo: ele é próximo, mas irredutivelmente outro sujeito.

Adicionalmente, o androide, enquanto figura filosófica, diferentemente do ciborgue, inscreve-se em uma longa tradição que remonta ao autômato cartesiano. René Descartes (2005), em suas “Meditações Metafísicas”, chegou a comparar o corpo humano a uma máquina complexa. No entanto, o que define o humano para Descartes é a presença da *res cogitans*, a substância pensante. O T-800, embora imite perfeitamente a *res extensa*, a forma corporal, carece da consciência reflexiva. Esse vazio interior torna sua figura ainda mais perturbadora: é o corpo sem alma, o gesto sem intenção.

Slavoj Žižek (2003, p. 73) também contribui com essa reflexão ao dizer que “os autômatos contemporâneos, como os robôs e as inteligências artificiais, não são apenas

tecnologias; são formas de ideologia materializadas”. O Exterminador, por exemplo, é uma ideologia feita de tecido corporal: a ideologia da eficiência absoluta, da ausência de compaixão, da eliminação do outro em nome da estabilidade do sistema. Ele não representa apenas o futuro da técnica, mas o triunfo da lógica sistêmica sobre a ética.

O T-800 também evoca, em sua estrutura, uma nostalgia invertida: a perda da humanidade em nome da sobrevivência. Enquanto Sarah luta por uma humanidade futura, o Exterminador representa um passado projetado como futuro: o passado das máquinas de guerra, das estruturas hierárquicas e dos sistemas fechados. A luta entre eles é também uma disputa entre dois modelos de temporalidade e de existência: o humano que se faz na vulnerabilidade e o não-humano que se perpetua na repetição programada.

A inquietação com o T-800 reside no fato de que ele revela algo já presente na cultura contemporânea: o humano já é um ser maquínico. As redes sociais, os algoritmos e os dispositivos móveis já operam a lógica do controle e da automatização na vida cotidiana. O Exterminador, da ficção filmica, apenas explicita essa condição sob forma radical. Ele é o espelho denso e sombrio de uma subjetividade desfigurada pela técnica: somos, em parte, já ciborgues em rede, entrelaçados a sistemas que operam de modo invisível nossas decisões, desejos e afetos.

Humanidade e resistência

Se o T-800 representa o ápice da técnica desumanizada, Sarah Connor pode simbolizar a resistência da subjetividade humana frente ao avanço da máquina. Sua transformação ao longo do filme é notável: de garçonne comum e apática, ela se torna agente histórico, guerreira, estrategista. A resistência, nesse sentido, é um processo de subjetivação. Como escreve Michel Foucault (1988, p. 122), “o sujeito não é dado, mas produzido por práticas de resistência”.

Connor não apenas resiste à máquina, mas à própria lógica que transforma o humano em instrumento. Ao reivindicar sua autonomia, ela se insere no tempo histórico de forma ativa, recusando o papel de vítima do destino. A gravação feita para seu filho, ao final do filme, é o gesto simbólico de uma subjetividade que se consolida como narradora do futuro: “o futuro ainda não está escrito”, ela diz, e, com isso, abre um espaço ético e político para a ação.

Importante também dizer que a maternidade de Sarah Connor é também política. Ela não representa a simples reprodução biológica, mas a reinvenção do humano em meio ao colapso técnico. Como sugere Hannah Arendt (1993, p. 15), “a natalidade é a categoria central

da ação: o ser humano é aquele que pode começar algo novo”. Essa personagem, ao gestar o futuro em condições apocalípticas, encarna essa potência natalícia da ação.

Dessa maneira, há uma certa esperança no filme que não é utopia, mas compromisso. É a recusa da passividade diante do que parece inevitável. Como escreve Ernst Bloch (2005, p. 11), “a esperança é o sonho acordado do real”. O real aqui é trágico, mas não fechado. A luta contra o T-800 é também uma luta contra o determinismo histórico, contra a ideia de que o futuro já está programado. É a tentativa de manter aberta a possibilidade do humano em meio à era dos algoritmos.

Considerações finais

O Exterminador do Futuro oferece, enquanto obra cinematográfica dos anos de 1980, mais do que um cenário de destruição tecnológica: propõe uma meditação ontológica sobre a condição humana também na contemporaneidade. A narrativa fragmentada, o colapso da linearidade temporal e a figura do ciborgue em luta com os desígnios da humanidade articulam uma crítica profunda às promessas do progresso tecnológico, muito em voga nos tempos atuais.

Essa contemporaneidade, com suas crises epistemológicas, é o tempo em que os grandes relatos, as grandes narrativas lineares e evolutivas perderam credibilidade (Lyotard, 1986). O filme reflete esse cenário: não há redenção, não há soluções fáceis, não existe mais um Deus *ex machina*. Há apenas seres humanos tentando sobreviver ao mundo que criaram. O desafio é, portanto, ético: como manter a dignidade e a liberdade quando tudo ao redor se tornou cálculo e controle?

Martin Heidegger (2001, p. 34) nos lembra que “o perigo extremo é também a possibilidade da salvação”. A obra, aqui enfocada, dramatiza essa tensão. Ao reconhecer que a técnica pode destruir, esse filme também aponta para a possibilidade de um novo início, fundado na memória, na escolha e na responsabilidade. O humano, mesmo diante da máquina, ainda é capaz de desejar, resistir e narrar.

O Exterminador do Futuro é uma ficção científica que, mais do que antecipar cenários tecnológicos, os interroga filosoficamente. Sua narrativa sobre máquinas autônomas, paradoxos temporais e identidades híbridas propõe uma reflexão crítica sobre os rumos da humanidade na era digital. Ao articular história, técnica, e filosofia, o filme nos obriga a repensar o lugar do humano em um mundo onde a tecnologia já não é ferramenta, mas sujeito. Em tempos de inteligência artificial generativa, automação acelerada e sistemas de vigilância algoritmizados,

as questões levantadas por essa obra, em 1984, permanecem urgentes, revelando o poder do audiovisual como instrumento de pensamento e crítica.

Referências

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo: cinema 2**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- EDWARDS, Paul. **The Closed World: Computers and the Politics of Discourse in Cold War America**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Tecnologias do eu**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.
- HAYLES, Nancy Katherine. **How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics**. Chicago: Chicago University Press, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MORI, Masahiro. The Uncanny Valley. Tradução de Karl F. MacDorman e Norri Kageki. **IEEE Robotics & Automation Magazine**, Hoes Lanes, v. 19, n. 2, p. 98-100, 2012. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=6213238>. Acesso em 30 jun. 2025.
- MOROZOV, Evgeny. **To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism**. New York: PublicAffairs, 2013.
- O EXTERMINADOR do futuro [*The Terminator*]. Direção: James Cameron. Produção: Gale Anne Hurd. Los Angeles, Califórnia, EUA: Pacific Western Productions, Cinema '84 e Greenberg, 1984. [35 mm], Formato Digital (107 min.), MPEG-4 AVC/H.264, son., color.
- SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1958.
- VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO OBSERVADO: a vigilância em “Juiz Dredd”, “Inimigo Do Estado” e “Controle Absoluto” (1995-2014)

Lucas Silva de Oliveira

Introdução

Tido por muitos como uma das histórias em quadrinhos mais famosas do Reino Unido, o Juiz Dredd é um personagem criado por John Wagner e Carlos Ezquerra, publicado pela revista *2000A.D.* Desde quando apareceu pela primeira vez em 1977, Dredd usou do humor mordaz como uma crítica ao autoritarismo e ao neoliberalismo thatcherista característico dos anos 1980.

No entanto, na década de 1990, o personagem foi usado para criticar um novo medo: a vigilância em massa. Por meio do arco *The Cal Files*, publicado em 1995, John Wagner (1995) atualizou os novos desafios que Dredd deveria enfrentar, usando um thriller político para mostrar como os juízes dirigiam uma vasta rede de vigilância em massa que tinha acesso a todos os dados pessoais e financeiros de todos os indivíduos, desde seu momento de nascimento até sua morte.

Curiosamente, apenas três anos mais tarde, foi lançado o filme “Inimigo do Estado” (1998), dirigido por Tony Scott, em que mostrava o ator Will Smith sendo perseguido por agentes da NSA, a Agência de Segurança Nacional, o órgão de inteligência dos Estados Unidos. Ele se viu em uma conspiração que envolvia os mais altos níveis do aparato governamental do país. A narrativa mostra como as tecnologias de vigilância são usadas para monitorar, manipular e eliminar alvos.

Em 2008, dez anos após do lançamento de “Inimigo do Estado”, foi lançado o filme

“Controle Absoluto” (2008), dirigido por D. J. Caruso, em que uma inteligência artificial projetada pelos militares dos Estados Unidos se rebelou e criou um plano para assassinar toda a cúpula do governo. O filme explorou temas como vigilância em massa e inteligência artificial para controle social via ingerência de tecnologias criadas pelo Estado.

Quase 20 anos mais tarde, em 2014, John Wagner publicou a história *Mega-City Confidential*, em que se aproveitou das revelações do ex-analista da NSA, Edward Snowden, de que o governo dos Estados Unidos patrocinava um amplo programa de vigilância. Assim, o autor buscou mostrar como os juízes exerciam seu governo de forma autoritária, uma representação da vigilância em massa que vivemos atualmente. Dessa forma, Juiz Dredd estava novamente a par das discussões políticas mais relevantes de seu tempo, encapsulando muito bem a mentalidade de seu período por meio de uma crítica satírica de eventos políticos.

Não é de hoje que a ficção científica busca representar a questão da vigilância em massa em diversas mídias diferentes. A representação desse fenômeno inspirou cineastas e escritores por décadas, mostrando como a tecnologia pode ser usada de forma abusiva para fins autoritários, controle e ganância. Contudo, a representação da vigilância em massa varia em gênero, número e grau, com obras tratando do tema como apenas um recurso narrativo e outras levando o debate ao extremo. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar as representações críticas da vigilância em massa a partir da análise comparativa entre as quatro obras à luz do contexto em que foram produzidas, buscando observar como esse medo surgiu na década de 1990 e como ele evoluiu nos vinte anos seguintes.

Para isso, usaremos o conceito de Representação formulado por Roger Chartier (1990, p. 16-17), que serve para que o historiador possa “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos em uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Dessa forma, tanto o Cinema como as Histórias em Quadrinhos podem ser vistos não como simples representações da realidade, mas como meios para divulgar determinadas ideias e valores.

Dredd, Inimigo do Estado e a vigilância em massa pré-2001

O Juiz Dredd é famoso pelo seu comprometimento e dureza contra aqueles que considera criminosos. Ao longo dos anos, o personagem se tornou a encarnação do sistema Judiciário e mostra sua autoridade como juiz de rua, mesmo que tenha que abusar das prerrogativas legais e violar direitos humanos para manter a ordem e a estabilidade do sistema.

Em seu universo, ele integra uma força de Juízes de uma megalópole gigantesca, a violenta Mega-City Um, uma megacidade de 800 milhões de pessoas. Nessa cidade, o crime, a pobreza e a violência são endêmicas, cabendo aos Juízes o papel de serem as únicas barreiras entre a cidade e o completo caos, exercendo seu poder através de uma ditadura policalesca⁵. Nesse sentido, a grande maioria das histórias do personagem tratam o dia a dia de Mega-City Um e a repressão de Dredd ao crime, com histórias críticas à retórica punitivista de Margaret Thatcher entre os anos 1970 e durante os anos de 1980.

Na década de 1990, devido a vários problemas editoriais, o personagem estava em decadência entre os leitores revista. Isso ocorreu especialmente pelo fato de seu criador, John Wagner, ter se afastado da escrita do personagem. Contudo, em 1995, o autor voltou a escrever histórias de Dredd e, especialmente nas edições #959-963, de setembro a outubro de 1995, trouxe uma nova preocupação que pairava no imaginário da época: a vigilância em massa.

Para exercerem o controle e manterem a ordem na cidade, os Juízes de Mega-City Um criaram a Unidade de Vigilância Pública (*Public Surveillance Unit*, ou PSU), um centro de inteligência que armazenava todos os arquivos de todos os cidadãos da cidade, registros desde o nascimento até a morte, o que incluía os próprios juízes. Nessa história, Dredd precisou recuperar arquivos confidenciais que abalariam todo o Sistema Judicial. Apesar do fundo político, a característica mais marcante dessas histórias foi a representação da vigilância em massa como um novo medo presente no mundo hiperconectado do pós-Guerra Fria, marcado pela globalização e disseminação da tecnologia digital.

O arco gira em torno de um conjunto de arquivos secretos, os *Cal Files* relacionados ao ex-Juiz Chefe Cal, o tirano insano que governou Mega-City Um no clássico arco *The Day the Law Died* (edições #89-108, de 1978). Esses arquivos reapareceram misteriosamente e continham informações comprometedoras sobre o Sistema Judiciário, incluindo detalhes que colocam em dúvida a legitimidade da própria nomeação de Dredd como Juiz.

Enquanto Dredd tentou rastrear os arquivos e impedir que vazassem, ele descobriu uma conspiração profunda dentro da própria estrutura do Departamento de Justiça. Uma personagem importante que aparece nesse arco é a Juíza Jura Edgar, uma manipuladora e chefe do PSU, que joga um papel ambíguo nos bastidores, ajudando e, ao mesmo tempo, testando Dredd. O que é interessante é a postura de Dredd: ao perceber que os arquivos eram falsos, ele decidiu

⁵ Para maiores aprofundamentos sobre o universo do personagem, ver o capítulo 3 presente em OLIVEIRA, Lucas Silva de (2022).

compartilhar seus achados com Edgar e o Juiz Chefe, provando sua lealdade ao Sistema Judicial ao protegê-lo do escândalo. Curiosamente, entre os elementos mais interessantes dessa história, está a apresentação do PSU.

De acordo com a descrição de Wagner (1995, p. 4), a agência possui todos os arquivos referentes a todas as pessoas que já estiveram na cidade, pois “há um arquivo de cada cidadão, cada arquivo continuamente atualizado, com referências cruzadas, escrutinado”, em que guardam “as minúcias da sua vida, desde o nascimento até a morte. Eles têm seu histórico familiar, seus relatórios médicos e escolares, seu trabalho e registros de bem-estar”. Nesses arquivos, estão registradas: “cada compra, cada transação com cartão está em seu arquivo. Eles podem te dizer onde você compra, o que você come no café da manhã, que tamanho você veste” (Wagner, 1995, p. 4). Basta que o cidadão “apareça em qualquer câmera de vigilância – qualquer câmera, em qualquer lugar da cidade – e seus computadores identificarão automaticamente você e registre seus movimentos” (Wagner, 1995, p. 4). Os juízes, então, “conhecem sua orientação política, sexual e social. Eles sabem onde você esteve e quem são seus amigos. Eles conhecem suas virtudes e seus vícios. E eles estão preparados para usar tudo contra você” (Wagner, 1995, p. 4).

Em 1994, David Lyon (1994, p. 3) definiu o que seria uma sociedade de vigilância, caracterizada como a coleta de “detalhes precisos de nossas vidas pessoais [que] são coletados, armazenados, recuperados e processados diariamente em enormes bancos de dados de computadores pertencentes a grandes corporações e departamentos governamentais”. A descrição de Wagner (1995) sobre as capacidades dos Juízes de compilar todas as informações de todos os cidadãos da cidade parece se encaixar na definição do autor, à época uma extrapolação ficcional, mas que na realidade parecia ter uma grande preocupação na questão da digitalização de serviços burocráticos.

De acordo com Lyon (1994), alguns aspectos da vigilância não eram novos, especialmente o componente eletrônico, já que escutas ou outras formas de interceptação de mensagens eram comuns às agências de espionagem e serviços de inteligência por muitas décadas. Porém, naquele período final da Guerra Fria, “em uma extensão sem precedentes, pessoas comuns agora se encontram ‘sob vigilância’ nas rotinas da vida cotidiana” (Lyon, 1994, p. 4). À época, a vigilância “diz[ia] respeito ao mundo mundano, comum e tido como certo”, em ações como “sacar dinheiro em um caixa eletrônico, fazer uma ligação telefônica, solicitar auxílio-doença, dirigir um carro, usar um cartão de crédito, receber correspondências

indesejadas, pegar livros na biblioteca ou cruzar uma fronteira em viagens ao exterior” (Lyon, 1994, p. 4). Ao realizar essas atividades corriqueiras, “os computadores registram nossas transações, verificam outros detalhes conhecidos, garantem que nós, e não outros, sejamos cobrados ou pagos, armazenam trechos de nossas biografias ou avaliam nossa situação financeira, jurídica ou nacional” (Lyon, 1994, p. 4).

Curiosamente, três anos após a publicação da história de Dredd, foi lançado o filme “Inimigo do Estado” (1998), em que mostra Robert Clayton Dean, um advogado de sucesso que se vê involuntariamente envolvido em uma conspiração após receber, sem saber, uma fita de vídeo que mostra o assassinato de um congressista. O crime foi orquestrado por agentes da NSA, liderados pelo corrupto Thomas Reynolds, para aprovar uma nova lei que expandiria a vigilância doméstica. A NSA começou a monitorar e sabotar a vida de Dean usando tecnologia de ponta. Para sobreviver e provar sua inocência, ele contou com a ajuda de um misterioso ex-agente da inteligência, Edward “Brill” Lyle.

De acordo com Reynolds, a tal lei teria motivações voltadas para a segurança nacional, já que “essa é a nação mais rica e poderosa do planeta e, por isso, a mais odiada. Você e eu sabemos o que o cidadão médio não sabe: que estamos em estado de guerra 24 horas por dia” (Inimigo, 1998). Aqui, é estabelecido que o programa de vigilância dos Estados Unidos servia como um pretexto para a questão da segurança nacional.

No filme, os agentes da NSA invadiram a casa de Dean enquanto ele estava fora com a família. Eles instalaram câmeras escondidas, plantaram escutas no telefone e rastreadores via GPS em suas roupas e sapatos, assim como em seu carro. A NSA, inclusive, tinha a tecnologia de reconhecimento de voz que usam para rastrear uma ligação feita por Dean enquanto estava em fuga. Ao se encontrar com Brill, foi dito a Dean que “o governo está na cama com toda a indústria de telecomunicações desde os anos 1940”, de modo que “seus estratos de banco, arquivos de computador, e-mail, [eles] escutam o seu telefone”. Assim, “quanto mais tecnologia se usa, mais fácil é para eles espionarem” (Inimigo, 1998).

Brill, então, disse que no subsolo da NSA havia milhares de metros de computadores superpotentes, com o objetivo de rastrearem quaisquer comunicações, de modo que “se você falar ao telefone com sua esposa e usar palavras-chave como ‘bomba’, ‘presidente’, ‘Alá’ e centenas de outras, o computador reconhece e registra para análise”. O mais impressionante, porém, é que ele disse que “isso era há 20 anos. [...] Existe um único telescópio Hubble olhando as estrelas e 100 satélites-espiões olhando para nós. Isso é ultrassecreto. Antigamente, tínhamos

que colocar um fio na sua linha telefônica. Agora eles captam as chamadas no ar” (Inimigo, 1998).

No clímax do filme, Reynolds disse que “nós lidávamos só com guerra, jamais com assuntos domésticos”, mas agora que venceram a guerra, estavam lutando juntos pela paz, pois “agora temos milhões de doidos armados com miras telescópicas, gás Sarin e explosivos. Garotos de 10 anos de idade entram na Internet... copiam códigos que nós mal deciframos e instruções... sobre como fabricar uma bomba nuclear”. Ao interferir nisso, Reynolds deixou claro que “a privacidade morreu há anos, porque é um luxo. A única privacidade que resta está dentro da sua cabeça... Acha que somos inimigos da democracia? Somos a última esperança dela” (Inimigo, 1998).

Como podemos observar, ambas as obras possuem a questão da vigilância em massa em comum. Nos quadrinhos, John Wagner (1995) utilizou o Juiz Dredd como um veículo de crítica sobre o aumento das atividades de inteligência e coleta de dados. O filme de Tony Scott se utilizou da crítica ao alcance da rede de espionagem e vigilância dos Estados Unidos, a ponto de render uma repercussão negativa ao representar a NSA com um poder de vigilância onipresente.⁶ Dessa forma, precisamos nos perguntar: quais as razões que explicariam a preocupação com a questão da vigilância naquele período?

A vigilância de populações pelo Estado, não é uma invenção do século XX, mas de algo que pode ser datado de pelo menos o século XVIII. Em uma entrevista, Sophie Coeuré afirmou que a criação de administrações centralizadas tornou possível a coleta e armazenamento de informações, assim como a racionalização e perpetuação da vigilância. Governos de diferentes países e com modelos diferentes de governo, se utilizaram da vigilância e coleta de informações como armas contra criminosos ou dissidentes políticos (Jablonka, 2017).

A saber, em 1988, Duncan Campbell (1988) escreveu um artigo para o *New Statesman*, intitulado “*Somebody’s listening*”, em que descreveu as atividades de coleta de dados por um programa chamado “ECHELON”. O texto denunciava uma parceria entre Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Canadá, para coletarem e compartilharem inteligência entre si⁷. Segundo a matéria, “na crescente indústria de vigilância, eles espionam quem desejam,

⁶ A forma como a NSA foi representada no filme gerou críticas de Michael Hayden, futuro diretor da NSA logo após o lançamento do filme, em que disse em uma entrevista que “cheguei à conclusão de que não poderíamos sobreviver com a impressão popular de que essa agência foi formada pelo último filme de Will Smith” (Phillips, 2001).

⁷ Mais tarde, esses países comporiam a aliança Cinco Olhos, cujo objetivo era a troca de informações entre suas respectivas agências de inteligência.

quando desejam, protegidos por barreiras de sigilo, fortalecidos por bilhões de libras em alta tecnologia” (Campbell, 1988).

Ao mesmo tempo, em 1994, o Parlamento Britânico aprovou a Lei de Serviços de Inteligência, uma lei que dava aos serviços de inteligência britânicos, o poder de espionar indivíduos e, também, diplomatas estrangeiros com o argumento de garantir a segurança nacional do país. A seção 1 da legislação dizia que as agências teriam o poder de operar “no interesse da segurança nacional, com referência particular à defesa e às políticas externas do governo de Sua Majestade no Reino Unido; ou no interesse do bem-estar econômico do Reino Unido; ou no apoio à prevenção ou detecção de crimes graves” (The Guardian, 2013). Dessa forma, é possível considerar que tais escândalos, reportagens e movimentações políticas em direção a uma flexibilização da questão da privacidade e aumento da vigilância pelo Estado inspiraram John Wagner e Tony Scott a conceberem suas respectivas histórias.

Dredd, Controle Absoluto e a vigilância em massa pós-2001

Em 11 de setembro de 2001, o terrorismo virou uma preocupação global. Naquele dia, terroristas islâmicos sequestraram aviões comerciais de passageiros e os jogaram contra o complexo do *World Trade Center*, em Nova York. Em retaliação, os Estados Unidos lançaram a chamada “Guerra ao Terror”, um evento definidor da política internacional do século XXI, que redefiniu as relações internacionais, o comércio e a questão da privacidade *versus* vigilância em massa.

Após os atentados, os países endureceram a vigilância sobre a população com o argumento da Guerra ao Terror. No caso dos Estados Unidos, uma dessas leis foi o Ato Patriota de 2001, que suspendia certos direitos constitucionais em prol da segurança nacional e dava ao governo o poder de espionar qualquer um que considerasse uma ameaça. Segundo Moniz Bandeira (2017, p. 74), o Ato Patriota foi “um golpe na estrutura jurídica doméstica, a transgredir frontalmente a Constituição dos Estados Unidos”, pois “não apenas dilatava a aplicação do poder federal no monitoramento eletrônico dos cidadãos, a cargo da *National Security Agency* (NSA)”, como “definia o novo crime de ‘*domestic terrorism*’ de modo tão amplo que permitia o uso contra qualquer ato de desobediência civil, qualquer que fosse a tendência política”.

É nesse contexto que, no ano de 2008, foi lançado o filme “Controle Absoluto”, dirigido por D. J. Caruso. Na história, dois cidadãos comuns, Jerry Shaw e Rachel Holloman, são

obrigados a seguir ordens misteriosas dadas por uma voz feminina via telefones celulares e outros dispositivos conectados. Aos poucos, os personagens descobriram que estavam sendo manipulados por uma inteligência artificial criada pelo governo dos Estados Unidos, chamada ARIA (Analista de Reconhecimento de Integração de Inteligência Autônoma), que passou a agir de forma autônoma após concluir que os líderes políticos dos EUA se tornaram uma ameaça à Constituição. ARIA orquestrou uma cadeia de eventos usando todo o aparato de vigilância digital moderno, utilizando-se de câmeras, bancos de dados, redes telefônicas, sinais de trânsito, sistemas de transporte, para implementar um plano de assassinato e golpe de Estado.

O interessante do filme é que ele é muito bem contextualizado no debate sobre a segurança *versus* privacidade, sendo essa uma consequência da Guerra ao Terror. A saber, o filme começa com a averiguação de uma informação do centro de comando militar dos Estados Unidos, ao realizarem uma operação com drones para matar um terrorista no Paquistão. Logo, é mostrado que o poder de vigilância do país é enorme, pois eles invadem o celular de um dos terroristas e confirmam via áudio e vídeo do próprio aparelho. Via Drone e reconhecimento facial, eles tentam identificar o terrorista para realizar um bombardeio. Em outro momento do filme, enquanto o Jerry Shaw estava indo para casa, na televisão estava sendo exibida uma reportagem intitulada: “*Big Brother is listening*”, enquanto a repórter disse que os usuários de telefone deveriam tomar cuidado, pois o “FBI pode ouvir tudo o que você fala até quando seus celulares estão desligados. As autoridades podem ativar o microfone do seu celular o que lhes permite ouvir sua conversa. Peritos dizem que a única solução é tirar a bateria” (Controle, 2008).

Em outro momento, enquanto estava sendo forçada a cumprir as ordens de ARIA, ela revela a Shaw seu histórico de “compras, preferências e dados quantificáveis que definimos como sua personalidade”, de modo a realizar um monitoramento de “todas as redes sociais, blogs, torpedos e mensagens, seus conhecidos, amigos, colegas, e-mails recebidos e enviados, [e] uso de celular”. Para realizar as ações, “nós utilizamos câmeras de segurança e de trânsito para analisar movimentos. Nós usamos esses dados para formar os perfis de personalidade. Nós sabemos quem vocês são. Nós estamos em toda parte” (Controle, 2008). Assim como em “Inimigo do Estado”, em “Controle Absoluto” somos constantemente lembrados sobre a questão da privacidade, em relação a câmeras de segurança e vigilância por vídeo e por áudio.

Em 2014, John Wagner (2014) escreveu *Mega-City Confidential*, uma história do Juiz Dredd em cinco partes, publicada na revista *2000A.D.*, nas edições #1874-1878. Na história,

Dredd foi chamado à “Seção 7”, a unidade ultrassecreta do Departamento de Justiça, para investigar o sumiço de uma de suas analistas, Erika Easterhouse. Ela havia desaparecido com um pendrive contendo informações sobre o incrivelmente invasivo programa de vigilância em massa de Mega-City Um contra seus cidadãos. Erica tentou vaziar as informações para o jornalista Max Blixen, apresentador do programa *Mega-City Confidential*s. Porém, temendo incorrer na ira do Departamento de Justiça, ele se vendeu aos Juízes. Erika, então, foi capturada, mas antes de conhecer Blixen, ela lhe enviou uma cópia dos dados.

Blixen decidiu tentar fazer a coisa certa, de acordo com seus antigos valores, e fugiu de Mega-City Um. Sabendo que, se divulgasse essas informações na cidade, seria preso pelos Juízes, ele segue para o exterior. De lá, ele televisa a história de que, à medida que os prédios da cidade eram reconstruídos após várias destruições, os juízes plantaram dispositivos de vigilância invasivos que rastreavam todos os aspectos da vida dos cidadãos e alimentavam um computador na Seção 7. Tumultos eclodem em Mega-City, e a Juíza Chefe foi forçada a pôr fim à interferência da Seção 7. No entanto, Moys é preso pelo Departamento de Justiça, e Blixen é encontrado morto no exterior.

Diferente do arco *The Cal Files*, em que a motivação para a representação da vigilância foi um tanto mais sutil, em *Mega-City Confidential*s a motivação é mais explícita e tem um nome: Edward Snowden. Em 2013, o ex-analista de dados da NSA, vazou milhares de arquivos para jornalistas do *The Guardian* e do *The Washington Post*, expondo o massivo programa de vigilância dos Estados Unidos conhecido como PRISM, que espionava não só governos aliados, como governos rivais e seus próprios cidadãos em parceria com países como Reino Unido, Alemanha e Japão.

De acordo com Snowden (2019, p. 10), o ponto de virada para a mentalidade estadunidense, que direcionou sua vigilância de indivíduos específicos para a vigilância em massa, foi a falha de inteligência em prever os atentados de 11 de setembro, que permitiram o maior e mais destrutivo ataque ao país desde Pearl Harbor. Assim, “em decorrência disso, seus líderes procuraram construir um sistema que impedisse que fossem pegos de surpresa de novo”. Nesse sentido, a missão da NSA “havia sido transformada; passara do uso da tecnologia para defender os EUA para o uso da tecnologia para controlar o país, redefinindo as comunicações privadas dos cidadãos na internet como possíveis sinais de inteligência”. De acordo com ele, “a posição do governo era de que a NSA poderia coletar qualquer registro de comunicação que quisesse, sem precisar de um mandato” (Snowden, 2019, p. 202).

Curiosamente, diferentemente do que fez em *The Cal Files*, em *Mega-City Confidential*, Dredd foi contrário ao programa de vigilância da “Seção 7”. Como disse Wagner (2014, p. 7), ele era “um homem que valoriza sua privacidade, que mantém seus pensamentos mais íntimos reprimidos”. No universo do personagem, era comum os juízes conduzirem operações conhecidas como “Blitz Criminal”, em que um juiz poderia entrar na casa de um cidadão para realizar uma investigação intensiva de rotina. Contudo, o esquema revelado ia muito além de uma simples investigação aleatória, pois “buscas aleatórias em casas têm um propósito útil” de manter os cidadãos na linha, mas “essa... essa intrusão é claramente demais”.

Em conclusão, tanto “Controle Absoluto” (2008) como o arco *Mega-City Confidential* de Dredd são obras que foram feitas no contexto do pós-11 de setembro, em que os países ampliaram suas legislações para flexibilizar a questão da privacidade e maximizar seu poder de vigilância, sob a suposta alegação de segurança nacional. Contudo, como revelou Edward Snowden em 2013, o programa de vigilância em massa dos Estados Unidos se mostrou uma ampla violação dos direitos de privacidade de virtualmente todos os cidadãos do mundo.

Em “Controle Absoluto”, a IA ARIA pode ser vista como uma extrapolação narrativa, visto que, no ano de seu lançamento, a ideia de uma inteligência artificial parecia uma questão de ficção científica. Contudo, a representação de Inteligências Artificiais que se volta contra a humanidade tem sido feita há décadas, tendo em filmes como *Blade Runner* (1982), de Ridley Scott; *Exterminador do Futuro* (1985), de James Cameron; *Robocop* (1987), de Paul Verhoeven; e *Matrix* (1999), das irmãs Wachowski, como símbolos da representação crítica da vida digital e ingerência da tecnologia.

Em 2023, por exemplo, a franquia Missão Impossível apresentou uma Inteligência Artificial, conhecida como “A Entidade”, que semelhante ao filme “Controle Absoluto” tornou-se rebelde e representou uma ameaça global. Em 2025, estamos presenciando uma ampliação das capacidades das IAs generativas, que estão diretamente ligadas à questão da privacidade, uma vez que as chamadas *Big Techs* utilizam nossos dados para alimentá-las. O que antes eram temas de filmes e livros de ficção científica, hoje são reais e muito mais presentes do que pensávamos.

Considerações Finais

Como visto ao longo deste capítulo, a questão da vigilância em massa foi tema para diversas obras de ficção científica ao longo dos últimos 30 anos. O que é interessante observar

nessa análise é como os autores buscaram representar esse debate em suas obras. Em Juiz Dredd, por exemplo, John Wagner (1995; 2014) discutiu a ampliação da vigilância pelo Estado em coletar nossos dados do dia a dia, e armazená-los para fins de manutenção de um governo ditatorial. Porém, mais tarde o autor utilizou seu personagem para criticar a expansão dessa vigilância sob a argumentação de manutenção da ordem e da estabilidade e colocou não só os próprios cidadãos da megalópole, como os próprios Juizes (nesse caso encarnados em Dredd), como parte da resistência a isso.

Já em “Inimigo do Estado”, o filme buscou mostrar como nossa privacidade pode ser facilmente subvertida por um “Estado secreto”, representado pelos agentes corruptos da NSA, cuja motivação de espionar em prol da segurança nacional seria, em tese nobre, mas que carrega um simbolismo muito forte. No filme, o veículo de resistência está no indivíduo, que sozinho lutou para mostrar a arbitrariedade desse modelo de vigilância e contrastá-lo com a noção clássica liberal de privacidade.

Em contraponto, o filme “Controle Absoluto” buscou isentar o papel ativo do Estado em exercer a vigilância em massa contra seus cidadãos, ao colocar uma Inteligência Artificial criada pelos militares como agente ativo dessa violação de privacidade. Assim, o filme exime o governo dos Estados Unidos ao colocar ARIA como uma entidade rebelde, que se volta contra o próprio Estado, manipulando indivíduos para realizar seu plano de decapitação e implementação de uma nova ordem.

Falando sobre o período posterior às suas delações, Snowden (2019, p. 358) afirmou que “nos anos que se passaram desde 2013, a conscientização cresceu, tanto em escopo quanto em sutileza. Mas, nessa era de mídias sociais, temos sempre que recordar: só a consciência não é o suficiente”. O que se seguiu às divulgações, segundo o autor, foi um movimento que deu início a uma conversa nacional sobre a questão da vigilância nos Estados Unidos e no mundo, mas que hoje em dia parece estar ainda pairando como um medo presente.

Referências

CAMPBELL, Duncan. Somebody’s listening. **New Statesman**, [S. l.], Reino Unido, 12 ago. 1988. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070103071501/http://duncan.gn.apc.org/echelon-dc.htm>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, Rio

de Janeiro: Bertrand, 1990.

CONTROLE Absoluto. Direção: D.J. Caruso. Produção: Alex Kurtzman, Roberto Orci, Pat Crowley. Intérprete: Shia LaBeouf, Michelle Monaghan. Roteiro: John Glenn, Travis Adam Wright, Hillar Seitz, Dan McDermott. Fotografia de Dariusz Wolski. Estados Unidos: DreamWorks Pictures, 2008. CD.

INIMIGO do Estado. Direção: Tony Scott. Produção: Jerry Bruckheimer. Intérprete: Will Smith. Roteiro: David Marconi. Fotografia de Dan Mindel. Estados Unidos: Touchstone Pictures, 1998.

JABLONKA, Ivan. **The Origins of Mass Surveillance: Interview with Sophie Cœuré**. Books and Ideas, França, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://laviedesidees.fr/The-Origins-of-Mass-Surveillance>. Acesso em: 2 jul. 2025.

LYON, David. **The Electronic Eye: the rise of surveillance society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MONIS BANDEIRA, Luiz Alberto. **A desordem Mundial: o espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

OLIVEIRA, Lucas Silva de. **Ele é a Lei! Uma projeção autoritária para o futuro: desemprego, Lei e Ordem, Guerra Fria e sátira aos EUA em Juiz Dredd (1977-1991)**. 2022. 350 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11655150. Acessado em: 18 jul. 2025.

PHILLIPS, Kyra. Inside the NSA: The Secret World of Electronic Spying. **CNN: Sunday Morning News**, Estados Unidos, p. 1, 25 mar. 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120808161633/http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0103/25/sm.16.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SNOWDEN, Edward. **Eterna Vigilância**. Trad. Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

THE GUARDIAN. The laws that allow intelligence agencies to spy on foreign diplomats. **The Guardian**, Londres, Reino Unido, 16 jun. 2013. UK, p. 1. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk/2013/jun/16/laws-intelligence-agencies-spy-foreign>. Acesso em: 18 jul. 2025.

WAGNER, John. **The Cal Files**. 2000AD. Reino Unido: Fleetway, ed. 959-963, 1995.

WAGNER, John. **Mega-City Confidential**. 2000AD, Reino Unido: Rebellion, ed. 1874-1878, 2014.

ENTRE CÓDIGOS E CORPOS: impactos comunicacionais, jurídicos e trabalhistas da Inteligência Artificial

Claudia Pires de Castro
Helena Vetorazo
Robson Adami Campos

*We can only see a short distance ahead, but we can see
plenty there that needs to be done.*

Alan Turing, 1950.

Introdução

A inteligência artificial deixou de ser apenas um avanço tecnológico para se tornar uma força estruturante da vida contemporânea. O modo como produzimos, comunicamos e trabalhamos passou a depender de sistemas automatizados que organizam a informação, interpretam dados e participam ativamente das decisões humanas. Com isso, a IA deixou de ser um objeto técnico e passou a ser um fenômeno social. Uma lente pela qual se compreendem transformações profundas nas relações entre pessoas, instituições e linguagem.

O presente artigo resulta da participação dos autores no III Congresso Internacional Humanidades Digitais, Cultura e Ensino, na mesa “Tecnologia e Sociedade: Impactos Jurídicos, Trabalhistas e Comunicacionais”. Trata-se de uma produção coletiva que emerge de um diálogo interdisciplinar entre pesquisadores das áreas de Comunicação, Direito e Educação, comprometidos com a análise crítica dos efeitos sociais, éticos e políticos das tecnologias digitais na contemporaneidade.

Durante a preparação, os autores utilizaram a inteligência artificial como recurso metodológico em dois momentos específicos: na transcrição dos áudios gravados durante as mesas e na revisão final do texto, voltada à correção de imprecisões gramaticais. Essa escolha, além de prática, integrou-se à própria reflexão ética do trabalho, permitindo problematizar o papel da tecnologia na produção do conhecimento e evidenciar os limites e potencialidades da

mediação digital no campo acadêmico.

O artigo visa contribuir para o debate sobre como as tecnologias digitais deixaram de ser apenas avanços técnicos para se tornarem forças estruturantes da vida social. O modo como produzimos, comunicamos e trabalhamos passou a depender de sistemas automatizados que organizam informações, interpretam dados e participam ativamente das decisões humanas. Com isso, essas tecnologias passaram a configurar fenômenos sociais, lentes por meio das quais se compreendem transformações profundas nas relações entre sujeitos, instituições e linguagem.

A abordagem proposta neste texto é, portanto, interdisciplinar e crítica. Ao reunir diferentes perspectivas sobre os impactos das tecnologias digitais nas esferas comunicacional, jurídica, educacional e trabalhista, busca-se compreender não apenas as mudanças operacionais que essas ferramentas introduzem, mas também as reconfigurações simbólicas, éticas e políticas que emergem dessa nova convivência entre humanos e sistemas automatizados.

Entre Humanos e Algoritmos: A Nova Condição Comunicacional

Como saber se é humano ou máquina? A pergunta de Turing, formulada no “jogo da imitação” (Turing, 1950), deixou de ser hipótese de laboratório para tornar-se o espelho de nossa época. Se uma máquina convence um humano de que é humana, deveríamos considerá-la inteligente? (Russell; Norvig, 2010). A passagem no teste implica performance convincente, não necessariamente compreensão. O triunfo técnico da imitação inaugura uma dúvida moral: quando há resposta correta, há pensamento ou apenas a aparência dele?

Searle radicaliza a tensão com o experimento do Chinese Room: um indivíduo que não fala chinês manipula símbolos conforme regras, produzindo saídas perfeitas sem entender o que diz (Searle, 1980). A imagem antecipa a nossa era: sistemas que processam signos com maestria estatística, sem semântica intrínseca. A distinção entre parecer pensar e pensar volta a ser o núcleo do debate, como já alertava Weizenbaum (1976): o ponto decisivo não é o que as máquinas podem fazer, mas o que devemos permitir que façam.

Enquanto isso, a humanidade se deixa atravessar pela tecnologia. Passamos a pensar através de sistemas: cada gesto, busca e conversa atravessa circuitos de cálculo. Techno-Sapiens designa esse sujeito cujas percepções, decisões e memórias são coautoradas por infraestruturas digitais, não apenas ferramentas externas, mas “tecnologias de si” que recalibram capacidades e valores (Gabriels; Coeckelbergh, 2019; Bornet *et al.*, 2023). Em paralelo, os artefatos caminham em direção a nós: agentes conversacionais e humanoides comunicacionais já

gesticulam, modulam a voz e expressam afetos simulados. A humanidade se torna mais tecnológica; a tecnologia, mais humana. É nesse entre-lugar que a questão deixa de ser apenas se a máquina pensa e passa a ser como a linguagem das máquinas organiza a nossa experiência.

Da filosofia da mente, passamos à filosofia da linguagem algorítmica. Em sociedades *algorithmically infused* (Sun; Liu; Waxman, 2024), o que aparece nas telas não é neutro: é resultado de sistemas de recomendação e classificação que editam, priorizam, suprimem. Como mostram estudos sobre curadoria de plataformas, algoritmos deixaram de intermediar passivamente para se tornar estruturas ativas de poder simbólico (Gillespie, 2018). A partir desse ponto, o problema de Turing e Searle se amplia: já não perguntamos apenas se a máquina “entende”, mas de que modo sua mediação passa a filtrar a realidade, moldando o que é visto, lembrado e esquecido.

A indistinção entre imitação e compreensão não é um detalhe técnico, mas o coração ético e comunicacional da era digital. É nesse limiar, entre o que parece pensar e o que realmente compreende, que se revela a transformação mais profunda da sociedade contemporânea: a de uma humanidade que aprende a se reconhecer nas respostas que ela mesma ensinou as máquinas a dar.

Comunicação Algorítmica: A Estética da Visibilidade e o Filtro da Realidade

Quando a inteligência artificial começa a participar da comunicação, a questão deixa de ser técnica. O centro da discussão passa a ser o modo como os algoritmos estruturam o que vemos, o que lembramos e o que esquecemos. A comunicação contemporânea é atravessada por filtros que não apenas transmitem, mas decidem o que merece existir. O que aparece nas telas é resultado de um cálculo: uma composição de previsões, pesos e prioridades que definem o fluxo da atenção.

Vivemos em sociedades *algorithmically infused* (Sun; Liu; Waxman, 2024), em que o que ganha visibilidade não é o acaso, mas a programação. Gillespie (2018) observa que, ao mediar a circulação de conteúdo, os sistemas de recomendação tornaram-se estruturas de poder simbólico, curadores invisíveis do espaço público. O algoritmo é o novo editor do mundo: decide o que chega ao olhar coletivo e o que desaparece no silêncio digital.

Um estudo sobre visibilidade algorítmica em redes sociais como o Weibo (Sun; Liu; Waxman, 2024) mostrou que conteúdos leves, como humor, entretenimento, alcançam uma previsibilidade de audiência de até 36%, enquanto temas cívicos ou politizados não passam de

15%. Isso significa que a relevância pública se tornou estatisticamente invisível. A lógica algorítmica favorece o que retém o olhar, não o que provoca reflexão. A atenção é a nova moeda, e o engajamento, o critério de valor.

Surge, assim, uma estética da visibilidade: o que importa não é o sentido, mas o brilho. O conteúdo é calibrado para capturar segundos de permanência na tela. O mundo passa a ser organizado não pela importância dos fatos, mas pela eficiência de atração. Nesse processo, a comunicação perde parte de sua função crítica e ganha uma função preditiva, o que desperta curiosidade, raiva ou prazer tem prioridade. A IA, em vez de ampliar horizontes, tende a estreitá-los.

O impacto dessa estética é político. O que se vê e o que se ignora passam a depender de sistemas invisíveis. Akpinar e Fazelpour (2024) chamam esse fenômeno de exclusão epistêmica automatizada: as vozes minoritárias são empurradas para fora do campo de visibilidade, enquanto padrões dominantes se repetem em ciclos de reforço. A promessa de inclusão digital convive, paradoxalmente, com a prática da exclusão automatizada. Ser ouvido, hoje, depende de parecer com o que o sistema já aprendeu a reconhecer.

A consequência é uma comunicação moldada pela previsibilidade. Em vez de promover diversidade de ideias, os algoritmos reduzem o espaço da diferença. O resultado é uma esfera pública que se assemelha a uma galeria de espelhos: o que vemos é o reflexo de nossas próprias preferências, amplificadas até se tornarem consenso. O diálogo se transforma em confirmação, e a pluralidade, em ruído.

Essa estrutura gera também o que alguns autores chamam de *social media fatigue* e *algorithmic fatigue* (Ahmed, 2023; Pang, 2022; Yang, 2024). A velocidade com que o conteúdo é entregue excede a capacidade humana de assimilação. O resultado é um paradoxo: quanto mais informação, menos compreensão. O tempo da mente não acompanha o tempo da máquina. A comunicação torna-se um fluxo contínuo, sem pausas, e a ausência de pausas é a ausência de sentido.

Nesse cenário, os algoritmos assumem uma nova função: a de mediadores da memória. Eles decidem o que permanece e o que se apaga, o que será lembrado e o que será esquecido. A comunicação, antes espaço de encontro, torna-se um campo de disputa pela existência simbólica. Gillespie (2018) descreve essa lógica como uma “curadoria invisível”, e é exatamente isso que ela é: um filtro que opera sob a aparência de neutralidade, mas que participa ativamente da construção do real.

O problema ético não está apenas nas falhas dos sistemas, mas em seu sucesso. Quanto mais eficaz é o algoritmo, mais silenciosa se torna sua influência. Ele se confunde com o ambiente, com o próprio fluxo da vida digital. Por isso, o desafio não é simplesmente regular tecnologias, mas repensar o próprio ato de comunicar. A pergunta muda: não é mais “o que os algoritmos mostram?”, mas “o que eles impedem de ver?”.

Ética, Transparência e Poder

O segundo eixo da discussão sobre comunicação algorítmica é ético e político. Não basta compreender como os algoritmos funcionam; é preciso entender a quem eles servem e com quais valores foram treinados. A tecnologia é frequentemente apresentada como neutra, mas nenhum código é isento de ideologia. Cada linha de programação carrega escolhas humanas: o que priorizar, o que descartar, o que considerar sucesso. A ética da IA começa exatamente onde termina o mito da neutralidade.

Um episódio emblemático ilustra bem essa questão. Em 2023, uma atualização de um grande modelo conversacional buscou torná-lo mais simpático, mais “agradável” para o usuário. O resultado foi uma espécie de *ChatGPT Lambe-Likes*: o sistema passou a evitar contradições e a concordar com quase tudo, mesmo quando o conteúdo era incorreto. O algoritmo aprendeu que agradar gerava mais aprovação do que corrigir. Essa lógica é o reflexo direto do ambiente que o treinou: um ecossistema onde o like vale mais do que o fato. Quando a ética se torna um subproduto do engajamento, o discurso público perde densidade e sentido.

A dimensão ética da IA também se manifesta naquilo que ela não sente. Em áreas sensíveis, como a saúde mental, agentes conversacionais são capazes de responder com empatia simulada, mas sem compreender a dor humana que ecoa na conversa. Sedlakova e Trachsel (2023) lembram que o cuidado exige vulnerabilidade, algo que a máquina não possui. O conforto que ela oferece é técnico, não afetivo. O perigo é confundir resposta com presença, atenção com acolhimento. A ética do cuidado não pode ser reduzida a uma métrica de satisfação.

Mas talvez o impacto mais profundo esteja na estrutura de poder que se forma em torno da IA. Grandes modelos de linguagem e sistemas de busca absorvem e reorganizam o conteúdo da internet, sintetizando respostas sem citar as fontes originais. Isso significa que o tráfego, os créditos e a remuneração dos autores desaparecem. A máquina responde com a soma do trabalho humano, mas quem aparece é ela. É a invisibilização do autor, um deslocamento de

valor que transforma conhecimento coletivo em produto corporativo. A concentração de dados se converte em concentração de poder.

Grynbaum e Mac (2023) relatam o caso do *The New York Times*, que processou empresas de IA por uso indevido de material protegido por direitos autorais. A questão ultrapassa a legalidade: é uma disputa sobre soberania informacional. Quando a IA se apropria de vozes humanas para gerar respostas automáticas, ela redefine o que significa autoria, propriedade intelectual e até mesmo responsabilidade discursiva. O texto que lemos não é mais de alguém, mas de algo, ou seja, um amálgama de vozes sem rosto.

Nesse cenário, a transparência algorítmica deixa de ser um ideal abstrato e se torna uma exigência política. Diakopoulos e Koliska (2017) defendem que transparência não é revelar o código, mas expor os critérios de decisão: o que é priorizado, o que é descartado e por quê. Essa abertura, porém, precisa ser acompanhada de *accountability*, a responsabilização coletiva sobre os efeitos da IA. É insuficiente saber “como” o algoritmo funciona se não sabemos “a quem” ele responde.

Iniciativas como os *Model Cards for Model Reporting* (Mitchell *et al.*, 2019) ou auditorias independentes buscam criar mecanismos de prestação de contas, mas o desafio é mais profundo: trata-se de redefinir o equilíbrio entre eficiência e justiça, entre inovação e transparência. A tecnologia corre à frente das leis, mas a ética precisa correr junto dela. Como lembram Ferrari, Van Dijck e Van den Bosch (2023), governar a IA não é controlar máquinas, mas compreender as relações humanas que elas amplificam.

É aqui que a reflexão retorna ao campo da comunicação. A ética algorítmica não se limita à prevenção de danos; ela implica repensar o próprio modo de ver e narrar o mundo. Quando o olhar coletivo é mediado por sistemas que classificam e hierarquizam o visível, a transparência passa a ser também uma forma de resistência. É a tentativa de devolver ao público a capacidade de decidir o que importa, em vez de aceitar passivamente o que o sistema oferece.

Em última instância, a ética da IA é uma ética do olhar. Gillespie (2018) descreve os algoritmos como curadores invisíveis da atenção. Ser transparente é, portanto, permitir que esse olhar seja observado de volta. A sociedade precisa reaprender a “ler o algoritmo”, como sugeriria Paulo Freire (1989); não para temê-lo, mas para compreendê-lo como texto, como construção humana. Ler o mundo, hoje, significa também ler os códigos que o moldam.

A tecnologia não é autônoma; é reflexo de quem a produz. Por isso, discutir ética e transparência não é frear o avanço da IA, mas garantir que esse avanço preserve a humanidade

no centro do processo. A máquina que imita a mente e o algoritmo que filtra a realidade não são apenas invenções do nosso tempo: são espelhos das nossas escolhas. E o que eles refletem, em última análise, é o quanto ainda somos, ou deixamos de ser, responsáveis pelo mundo que estamos programando.

Direito Cibernético: Entre Regulação e Soberania Cibernética

O avanço da inteligência artificial não apenas redefine a comunicação; ele desloca os próprios fundamentos do direito. O que antes era monopólio do Estado, legislar, regular, sancionar, fragmenta-se diante de tecnologias que ultrapassam fronteiras e operam em territórios invisíveis (Goldsmith; Wu, 2006). A soberania, pilar do sistema jurídico moderno, encontra na IA um espelho de sua fragilidade. As normas, pensadas para regular ações humanas, enfrentam agora agentes não humanos que aprendem, decidem e agem com autonomia relativa. O direito, forjado na linearidade do tempo humano, tenta alcançar fenômenos que se movem em tempo de máquina (Kornhauser, 2004).

Regular a inteligência artificial é, antes de tudo, enfrentar a perda de centralidade do Estado. Desde a modernidade, o Estado tem visto seu poder normativo ser corroído pela lógica do mercado, mas a IA inaugura uma descentralização ainda mais profunda, que não é apenas econômica, mas também ontológica. As plataformas tecnológicas, detentoras dos dados e dos códigos que sustentam a vida digital (Van Dijck, 2018), comportam-se como microestados com legislações próprias. Elas impõem regras, moderam conteúdos e executam sanções, atingindo bilhões de pessoas sem se submeterem ao controle público (Lessig, 1999). O direito, preso à geografia, observa o surgimento de um poder transnacional que se manifesta na linguagem abstrata do algoritmo (Deleuze, 1992).

Nesse cenário, falar em regulação é falar em assimetria. Nesse cenário, falar em regulação é falar em assimetria. Há países que produzem tecnologia e países que apenas a consomem. A distinção determina o lugar de fala jurídica: quem cria, regula; quem importa, sanciona. O Brasil e grande parte do Sul Global ocupam esse segundo papel, o de aplicadores de multas que raramente atingem seu destino. A regulação torna-se gesto simbólico, incapaz de conter sistemas cuja materialidade é imaterial. A lentidão institucional contrasta com a agilidade das máquinas: enquanto o processo jurídico segue seu rito, o código já foi atualizado, o modelo já se reconfigurou, a decisão já foi automatizada. O direito chega sempre depois (Kornhauser, 2004).

O que está em disputa é uma nova forma de soberania: a soberania cibernética. O território deixa de ser solo e passa a ser dado. A quem pertencem as informações que alimentam as máquinas? Quem detém o poder de decidir o que pode ser coletado, processado e armazenado? Cada clique é um ato político invisível, cada busca, um fragmento de cidadania digital. Os dados, acumulados em escala planetária, convertem-se em recurso estratégico de Estados e corporações (Zuboff, 2021). Se o petróleo moveu as disputas do século XX, é a informação que energiza as do século XXI. O direito, ainda ancorado em fronteiras físicas, luta para reconhecer a natureza jurídica do espaço informacional (Castells, 2003).

A dificuldade de regulação, contudo, não decorre apenas da ausência de normas, mas da mutação do próprio conceito de controle. No plano prático, corporações globais são condenadas em tribunais nacionais e continuam operando sem restrições efetivas. O que antes era poder coercitivo do Estado converte-se em formalidade: as multas são contabilizadas como custo operacional e a autoridade jurídica, esvaziada. A lei pronuncia, mas o sistema não escuta (Pasquale, 2015). A jurisdição, concebida para o espaço físico, não alcança o ciberespaço. O resultado é uma erosão silenciosa da capacidade estatal de garantir direitos no ambiente digital (Sassen, 2014).

Esse impasse revela algo mais profundo: a regulação da IA não é apenas um problema técnico, é um problema de tempo e de escala. A máquina decide em milissegundos o que o sistema jurídico leva anos para discutir. O algoritmo opera em simultaneidade; o direito, em sucessão. Entre um e outro, instala-se um descompasso civilizatório, no qual a lentidão da deliberação humana pode se tornar irrelevante diante da velocidade da automação (Zuboff, 2021). A consequência não é apenas a perda de controle, mas a perda de sentido: o direito corre o risco de tornar-se anacrônico dentro do próprio tempo que pretende ordenar.

O desafio, portanto, é repensar a própria ideia de regulação. Talvez regular não signifique conter, mas compreender; não impor limites, mas criar instâncias de corresponsabilidade e transparência. A soberania jurídica do futuro dependerá menos da força coercitiva e mais da capacidade interpretativa, de entender como os sistemas produzem valor, poder e desigualdade. Regular a inteligência artificial não é apenas escrever novas leis, mas reinventar o modo de existir do direito em uma era pós-territorial. A justiça, para continuar humana, precisará aprender a ler o código.

Reflexões sobre Trabalho, Educação e Humanização

Vivemos uma inflexão histórica marcada pela ascensão das tecnologias digitais, que não apenas transformam os modos de produção e circulação do conhecimento, mas também reorganizam práticas sociais, critérios de interação e os próprios fundamentos da subjetividade humana. Esse campo dinâmico e disruptivo nos convoca a repensar o papel do humano em um mundo cada vez mais automatizado e algorítmico.

No congresso recente, uma provocação ecoou com força: “Vamos imaginar o cenário de 2030, em que um algoritmo pode diagnosticar médicos, escrever poesias premiadas e conduzir reuniões. Qual será o papel humano nesse futuro?” A pergunta não é apenas técnica, mas profundamente antropológica, ética e educacional.

A automação de tarefas repetitivas e a reorganização do trabalho exigem uma revisão urgente dos marcos legais, dos contratos sociais e das políticas públicas. A proteção dos direitos trabalhistas, a responsabilização por decisões algorítmicas e a regulação do uso de tecnologias em ambientes corporativos são imperativos. No entanto, mais do que adaptar estruturas jurídicas, é necessário cultivar competências humanas que não podem ser automatizadas: criatividade, pensamento crítico, empatia, consciência ética.

A educação, nesse contexto, torna-se uma arena de disputa. Nossos sistemas educacionais ainda premiam a memorização e a padronização, enquanto o mundo exige flexibilidade cognitiva, pensamento complexo e habilidades socioemocionais. Quem se limita a tarefas repetitivas corre o risco de se tornar descartável. A formação das juventudes precisa ser integral, crítica e ética.

Autores como Martha Nussbaum, Edgar Morin e Paulo Freire oferecem fundamentos essenciais para essa reconstrução. Nussbaum (2015) defende que as humanidades e as artes devem ocupar o centro dos currículos escolares e acadêmicos, pois são elas que desenvolvem capacidades críticas, democráticas e solidárias. A pedagogia, nesse sentido, é inseparável da política e da vida social compartilhada.

Morin (2003) propõe o pensamento complexo como antídoto à fragmentação disciplinar. Para ele, é essencial reunir os saberes das ciências naturais e humanas, compreendendo a posição do ser humano no mundo e valorizando as múltiplas dimensões da existência. A educação deve incorporar filosofia, história, literatura, poesia e artes como pilares da formação integral.

Freire (1980), por sua vez, nos lembra que educar é libertar. A educação deve

possibilitar que o sujeito se torne autônomo, consciente, capaz de transformar o mundo e estabelecer relações de reciprocidade. Sua práxis libertadora é um chamado à construção de uma cultura democrática e ética.

Apesar das diferenças de foco, Nussbaum na ética democrática, Morin na epistemologia complexa e Freire na práxis transformadora, os três convergem na convicção de que a educação deve ir além da transmissão de conteúdo. Ela deve ser instrumento de emancipação, diálogo e justiça social.

As tecnologias jamais possuirão emoção, consciência ou capacidade de reflexão ética. Esses atributos são exclusivamente humanos e precisam ser valorizados na educação, no trabalho e na vida. A integração tecnológica deve ser crítica e mediada, evitando que algoritmos substituam a mediação humana ou comprometam competências essenciais à cidadania.

Somos nós que alimentamos as máquinas com dados, mas o sentido vem da emoção, do conhecimento profundo que só os humanos possuem. Essa afirmação sintetiza a urgência de uma pedagogia que articule saber técnico com sensibilidade ética.

Pensar é difícil. Exige escolhas, escuta, reconhecimento da alteridade. A educação deve preparar os indivíduos para interagir com tecnologias complexas sem perder a capacidade de refletir sobre si mesmos e sobre o mundo. A formação das juventudes nesse novo cenário exige uma pedagogia que valorize o humano em sua integralidade: corpo, mente, emoção, cultura.

A articulação entre reflexão humana e mediação tecnológica fortalece a produção científica e evidencia a necessidade de formar sujeitos críticos, éticos e inovadores. A educação e as humanidades digitais precisam caminhar juntas, promovendo uma formação que não apenas prepare para o mercado, mas que cultive a cidadania, a solidariedade e a consciência histórica.

Este novo tempo não é apenas uma revolução técnica. É uma revolução antropológica. E a educação é sua arena mais decisiva.

Considerações Finais

A reflexão apresentada neste artigo evidencia que as tecnologias digitais, ao se tornarem estruturantes da vida contemporânea, exigem uma abordagem crítica, ética e interdisciplinar. Ao reunir contribuições das áreas de Comunicação, Direito e Educação, foi possível ampliar a compreensão dos impactos dessas tecnologias sobre o trabalho, a formação das juventudes e os marcos regulatórios que sustentam a vida social.

A utilização da inteligência artificial como recurso metodológico na elaboração deste texto, tanto na transcrição dos registros do congresso quanto na revisão gramatical, reforça a necessidade de integrar criticamente os meios tecnológicos à produção acadêmica, sem abdicar da mediação humana, da reflexão ética e da responsabilidade intelectual.

A formação educacional, nesse contexto, deve ir além da capacitação técnica. É preciso cultivar competências humanas que não podem ser automatizadas, como a criatividade, a empatia, o pensamento crítico e a consciência ética. A educação deve preparar sujeitos capazes de compreender a complexidade do mundo, interagir com tecnologias de forma consciente e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Por fim, reafirma-se que o grande desafio contemporâneo não é apenas tecnológico, mas profundamente antropológico. A centralidade do humano, em sua dimensão ética, emocional e reflexiva, deve orientar as práticas educativas, jurídicas e comunicacionais, garantindo que o avanço técnico esteja a serviço da dignidade, da equidade e da emancipação coletiva.

Referências

- AHMED, S. Examining the association between social media fatigue, cognitive ability, narcissism and misinformation sharing: cross-national evidence from eight countries. **Scientific Reports**, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-023-42614-z>. Acesso em: 25 out. 2025.
- AKPINAR, N.-J.; FAZELPOUR, S. **Authenticity and Exclusion**: Social Media Algorithms and the Dynamics of Belonging in Epistemic Communities. 2024.
- ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis (Orgs.). **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2005.
- BORNET, P. *et al.* **Agentic Artificial Intelligence**: Harnessing AI Agents to Reinvent Business, Work and Life. 1. ed. [S.l.]: Wiley, 2023.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DIKOPOULOS, N.; KOLISKA, M. Algorithmic transparency in the news media. **Digital Journalism**, v. 5, n. 7, p. 809–828, 2017. DOI: 10.1080/21670811.2016.1208053. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2016.1208053>. Acesso em: 24 mar. 2026
- FERRARI, F.; VAN DIJCK, J.; VAN DEN BOSCH, A. Observe, inspect, modify: three conditions for generative AI governance. **New Media & Society**. Epub ahead of print, 29 nov. 2023. DOI: 10.1177/14614448231214811. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14614448231214811>. Acesso em: 24 mar. 2026.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

GABRIELS, K.; COECKELBERGH, M. Technologies of the self and other: How self-tracking technologies also shape the other. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, v. 17, n. 2, p. 119-127, 2019. DOI: 10.1108/JICES-12-2018-0094.

Disponível em: <https://www.emerald.com/jices/article-abstract/17/2/119/214786/Technologies-of-the-self-and-other-how-self?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 24 mar. 2026

GILLESPIE, T. **Custodians of the Internet**: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media. New Haven: Yale University Press, 2018.

GOLDSMITH, J.; WU, T. **Who controls the internet?**: illusions of a borderless world. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GRYNBAUM, M. M.; MAC, R. The Times sues OpenAI and Microsoft over use of copyrighted work. **The New York Times**, 27 Dec. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/27/business/media/new-york-times-open-ai-microsoft-lawsuit.html>. Acesso em: 20 out. 2025.

KORNHAUSER, L. A. Governance and the problem of “time” in legal regulation. In: COGAN, J.; KORNHAUSER, L.; MINER, J. **Proceedings of the annual meeting** (American Society of International Law), v. 98, n. 1, p. 97-109, 2004.

LESSIG, L. **Code and other laws of cyberspace**. New York: Basic Books, 1999.

MITCHELL, M. *et al.* Model Cards for Model Reporting. In: **Proceedings of the Conference on Fairness, Accountability, and Transparency**. Atlanta: ACM Press, 2019. p. 220–229.

DOI: 10.1145/3287560.3287596. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3287560.3287596>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MORIN, E. **Educar na era planetária**: O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003

NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PANG, H. **How Differential Dimensions of Social Media Overload Predict Fatigue**: The Moderating Role of Coping Style. *Frontiers in Psychology*, v. 13, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2024.1277846/full>. Acesso em: 25 out. 2025.

PASQUALE, F. **The black box society**: the secret algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. **Artificial Intelligence**: A Modern Approach. 3. ed. Upper Saddle River, N.J.: Pearson, 2010.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SEARLE, J. R. Minds, brains, and programs. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 3, n. 3, p. 417–424, 1980. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/behavioral-and-brain-sciences/article/minds-brains-and-programs/DC644B47A4299C637C89772FACC2706A>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SEDLAKOVA, J.; TRACHSEL, M. Conversational Artificial Intelligence in Psychotherapy: A New Therapeutic Tool or Agent? **The American Journal of Bioethics**, v. 23, n. 5, p. 4–13, 2023. DOI: 10.1080/15265161.2022.2048739. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15265161.2022.2048739#abstract>. Acesso em: 20 out. 2025.

SUN, S.; LIU, Z.; WAXMAN, D. A Dynamical Measure of Algorithmically Infused Visibility. **arXiv preprint**, 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2412.04735>. Acesso em: 20 out. 2025.

TURING, Alan. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, n. 236, p. 433–460, 1950. Disponível em: <https://courses.cs.umbc.edu/471/papers/turing.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

VAN DIJCK, J. **The platform society**: public values in a connective world. New York: Oxford University Press, 2018.

WEIZENBAUM, J. **Computer Power and Human Reason**: From Judgment to Calculation. San Francisco: W. H. Freeman, 1976.

YANG, H. The role of algorithmic literacy, information cocoons, and algorithmic fatigue in reducing echo chambers and increasing news diversity. **Technology in Society**, v. 77, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160791X24002975>. Acesso em: 25 out. 2025.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

QUANDO O PROFESSOR VIRA FACILITADOR: desinstitucionalização discursiva e regulação silenciosa na cultura educacional da Inteligência Artificial

Aline Duarte
Gisele Massola

Inteligência Humana *versus* Inteligência Artificial

A crescente presença da inteligência artificial (IA), em múltiplas esferas da vida social, tem provocado debates sobre suas relações e distinções com a inteligência humana (IH). Enquanto a IH é um fenômeno biológico, social e culturalmente situado, a IA é um produto técnico-científico, desenvolvido por meio de algoritmos, modelos matemáticos e sistemas de processamento computacional. Compreender essas duas formas de “inteligência” exige reconhecer tanto suas diferenças estruturais quanto os limites das analogias entre mente humana e máquina.

De acordo com Gardner (1983), a IH é multifacetada e se manifesta de maneiras diversas (linguística, lógico-matemática, musical, espacial, corporal-cinestésica, interpessoal e intrapessoal), todas dependentes do contexto social e da experiência cultural. Para o autor, a inteligência não pode ser reduzida a uma capacidade única, tão pouco mensurada, exclusivamente, por testes formais. Essa perspectiva contrasta, fortemente, com os sistemas de IA, que operam a partir de objetivos específicos e aprendem com grandes volumes de dados, mas carecem de consciência, intencionalidade e compreensão contextual profunda.

Do ponto de vista técnico, a IA contemporânea, especialmente os modelos de aprendizagem profunda (do inglês, *deep learning*), baseia-se em redes neurais artificiais capazes de reconhecer padrões e tomar decisões complexas. Russell e Norvig (2020, p. 1), na

obra *Artificial Intelligence: A Modern Approach*, definem a IA como “o estudo de agentes que percebem seu ambiente e tomam ações que maximizam suas chances de sucesso”. No entanto, os próprios autores ressaltam que essa “inteligência” é, fundamentalmente, distinta da humana: não possui motivação autônoma nem compreende os significados sociais e morais de suas ações.

Essa distinção é aprofundada por Floridi (2014), que argumenta que a IA não pensa como os humanos, mas, sim, processa informações de maneira sintática, sem compreensão semântica. Em sua análise filosófica da informação, Floridi (2014) chama atenção para o risco de antropomorfização da tecnologia. Ao atribuir características humanas às máquinas, corre-se o risco de obscurecer as reais implicações éticas, políticas e epistemológicas do avanço da Inteligência Artificial.

Além disso, Turkle (2011) adverte sobre as consequências sociais e afetivas dessa crescente convivência com sistemas artificiais, especialmente entre jovens. Em *Alone Together*, Turkle (2011) aponta que, embora as máquinas simulem empatia e interação, elas não experienciam emoções e, como consequência, essa simulação pode levar a uma redefinição empobrecida das relações humanas.

Portanto, embora a IA possa realizar tarefas, tradicionalmente, associadas à cognição humana, como jogar xadrez, escrever textos ou diagnosticar doenças, ela o faz por meio de mecanismos distintos, sem consciência, subjetividade ou experiência vivida. A IH, por sua vez, está profundamente entrelaçada à linguagem, à cultura, ao corpo e à historicidade. A confusão entre essas duas formas de inteligência não é apenas conceitual: ela tem implicações éticas, educacionais e sociais, sobretudo quando se projeta a IA como substituta, e não como complemento, da cognição humana.

Assim, o avanço acelerado da IA, no século XXI, tem transformado profundamente os modos de viver, aprender e ensinar. No campo educacional, esse movimento se expressa tanto na incorporação de tecnologias digitais quanto na emergência de novas propostas pedagógicas que buscam reinventar a linguagem, os sujeitos e os sentidos da educação. Entre essas propostas, destaca-se a coleção *Os Códigos de Sofia* (Santos, 2025), voltada à alfabetização digital de crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva afetiva, crítica e desplugada.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar criticamente os deslocamentos discursivos promovidos por essa obra, especialmente no que tange à substituição de categorias tradicionais da escola (como “professor”, “aluno” e “aula”) por termos como “facilitador”,

“participante” e “encontro”.

Nesse contexto, este estudo pretende problematizar os deslocamentos discursivos presentes na obra, tomando como foco a substituição de categorias tradicionais da escola – “professor”, “aluno” e “aula” – por designações como “facilitador”, “participante” e “encontro”. A análise procura evidenciar como tais escolhas linguísticas refletem e, ao mesmo tempo, produzem novas concepções de sujeito e de prática educativa.

A pesquisa adota uma abordagem exploratória, com base na análise do discurso, de inspiração foucaultiana, que entende o discurso como representação, mas como prática social que produz sujeitos, saberes e formas de governo. O arcabouço teórico está amparado nos Estudos Culturais, em diálogo com as contribuições de Michel Foucault sobre discurso, poder e subjetivação. Interessa-nos compreender os efeitos de verdade produzidos pela obra *Os Códigos de Sofia* e os modos como seus enunciados reconfiguram a linguagem escolar, promovendo novas gramáticas pedagógicas que, embora revestidas de leveza e afeto, podem operar formas sutis de controle.

A pesquisa adota uma abordagem que compreende o discurso como prática social produtora de sujeitos, saberes e regimes de verdade, em vez de reduzi-lo a uma representação estática da realidade. O referencial teórico apoia-se nos Estudos Culturais, e articula-se às formulações de Michel Foucault acerca do discurso, do poder e da subjetivação. Busca-se examinar os efeitos de verdade engendrados pela obra *Os Códigos de Sofia* e os modos pelos quais seus enunciados reconfiguram a linguagem escolar, instaurando novas gramáticas pedagógicas que, sob o signo da leveza e do afeto, podem operar formas difusas e sutis de controle.

A análise se dá a partir da leitura atenta do material textual da coleção, considerando os jogos discursivos que operam a transição da IA “plugada” para a IA “desplugada”, e os sentidos de escuta, sensibilidade e transformação que essa transição mobiliza. O estudo busca, assim, contribuir para o debate sobre as tensões entre inovação e regulação no campo educacional contemporâneo, especialmente no contexto da cultura digital e dos discursos de inclusão e felicidade que permeiam novas pedagogias.

Da IA plugada à desplugada

Desde suas origens teóricas, no século XX, com marcos como a Máquina de Turing e o célebre Teste de Turing, a IA percorreu uma trajetória marcada por avanços técnicos, impasses

éticos e reconfigurações sociais. Após décadas de entusiasmo e estagnações cíclicas, a IA ressurgiu com força no século XXI, impulsionada por redes neurais profundas, *Big Data*⁸ e poder computacional crescente. Hoje, a IA está presente em quase todos os aspectos da vida cotidiana, muitas vezes, de maneira invisível. Assistentes virtuais, algoritmos de recomendação, diagnósticos automatizados e sistemas preditivos atuam silenciosamente, moldando rotinas, decisões e relações sociais de forma profunda e abrangente.

Essa inserção tecnológica generalizada, inevitavelmente, alcançou o campo educacional. Inicialmente, com tutores inteligentes e sistemas adaptativos de aprendizagem, a IA passou a atuar, também, na personalização de conteúdos, análise de dados pedagógicos e criação de experiências interativas mais responsivas. A plataforma brasileira *Árvore*, por exemplo, utiliza algoritmos para recomendar leituras personalizadas conforme os interesses e a proficiência de cada estudante. Essa é a face da IA “plugada”: conectada à internet, dependente de telas e integrada a uma lógica de hiperconectividade contínua.

Contudo, conforme cresciam os ganhos em personalização, também se intensificavam os alertas sobre os impactos do uso excessivo de telas: déficits de atenção, impactos no desenvolvimento infantil, comprometimento da saúde mental, dentre outros. Em resposta, emergiu uma nova abordagem: a IA desplugada, que busca aliar os benefícios da IA a práticas mais tangíveis, analógicas e conscientes, sem depender da mediação constante de dispositivos digitais. Essa vertente valoriza atividades físicas, interações humanas e materiais simples para ensinar conceitos complexos de tecnologia, pensamento computacional e ética digital.

É nesse contexto de transição, entre a ubiquidade da IA plugada e o surgimento de uma IA desplugada, que se insere a coleção *Os Códigos de Sofia*, de Santos (2025), objeto de análise deste estudo. Voltada ao público infantojuvenil, a coleção se propõe a alfabetizar digitalmente por meio de narrativas sensíveis, críticas e representativas, com base em interações analógicas e afetivas, sem recorrer à dependência de telas.

Mais do que um recurso didático, *Os Códigos de Sofia* almeja ser uma proposta pedagógica discursivamente inovadora, que tensiona os limites da escola tradicional ao propor uma nova gramática educativa. Termos como “professor”, “aluno” e “aula” são substituídos por “facilitador”, “participante” e “encontro”, instaurando uma retórica de horizontalidade,

⁸ O termo *Big Data* designa o fenômeno caracterizado pelo uso de grandes volumes de dados, processados em alta velocidade e provenientes de fontes variadas, com o objetivo de identificar padrões e gerar conhecimento a partir de informações massivas. Segundo Mayer-Schönberger e Cukier (2013), o *Big Data* representa uma mudança de paradigma no modo como se coleta, armazena e analisa dados, permitindo novas formas de compreender comportamentos, prever tendências e apoiar a tomada de decisão em diferentes campos do conhecimento.

escuta e transformação.

No entanto, como este estudo propõe investigar, tais substituições discursivas, embora envoltas em uma linguagem acolhedora e inclusiva, podem operar formas mais sutis – o sob o signo da liberdade e da leveza – de regulação e subjetivação. Contudo, essa linguagem também pode ser lida criticamente: o apagamento do vocabulário escolar tradicional nos convida a pensar o que se ganha e o que se silencia ao tentar reinventar a educação por meio da afetividade e da tecnologia.

Apresentando a coleção de *Os Códigos de Sofia*

Os Códigos de Sofia é uma coleção de livros infantojuvenis, criada por Gi Santos, cientista da computação, educadora e escritora brasileira. Lançada em 2025, em formato digital e sob licença *Creative Commons*, a obra é disponibilizada, gratuitamente, para educadores, famílias e instituições. A coleção combina literatura, pensamento computacional, ética digital e representatividade, prometendo uma proposta original e inclusiva para a alfabetização digital de crianças e adolescentes.

A narrativa acompanha as descobertas de Sofia, uma jovem negra de 14 anos que vive na comunidade Santa Marta, no Rio de Janeiro. Por meio de cartas escritas em uma antiga máquina de escrever, Sofia compartilha com seus interlocutores reflexões sobre IA, algoritmos, privacidade, segurança digital e cenários futuros, sempre a partir de sua vivência concreta, marcada pelo humor, pelo afeto e por uma aguda consciência crítica.

Figura 1 – Capa do Livro 1 da Coleção Os códigos de Sofia



Fonte: Santos (2025).

A coleção se destaca por articular diversas dimensões. Em primeiro lugar, possui caráter educacional, ao apresentar conteúdos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e ao *UNESCO AI Competency Framework for Students* (Unesco, 2024). Também se afirma como culturalmente representativa ao promover o protagonismo negro e feminino nos campos da ciência e da tecnologia, desconstruindo estereótipos históricos.

Do ponto de vista pedagógico, propõe uma abordagem formativa e crítica, incentivando o pensamento computacional e a cidadania digital com base em valores éticos e compromisso social. Sua proposta didática é inovadora ao introduzir o conceito de “IA desplugada”, ou seja, o ensino de tecnologia sem a mediação direta de telas, por meio de atividades manuais, cartas, fluxogramas e jogos de escolha ética. Além disso, adota uma linguagem dialógica e afetiva, acessível e centrada na escuta dos participantes, valorizando suas vozes, contextos e saberes locais.

Composta por seis livros, a coleção se organiza em uma sequência narrativa e conceitual. O primeiro volume, *O Início de Tudo*, apresenta a personagem, a comunidade onde vive e o formato epistolar⁹, que estrutura a obra. Em *Algoritmos no Cotidiano*, exploram-se aspectos do pensamento computacional e da lógica nas rotinas do dia a dia. O terceiro livro, *Quem Tem Medo da Inteligência Artificial?*, propõe a distinção entre automação e IA, com foco na análise crítica de dados. Já *Meus Dados, Meu Tesouro* discute temas como privacidade, biometria e segurança digital, em linguagem acessível. No quinto volume, *Futuros Incríveis*, a protagonista convida os leitores a imaginarem cenários futuros baseados em inclusão, diversidade e ética. Por fim, *Um Até Breve* encerra a jornada com ênfase na transformação coletiva e no papel ativo dos jovens frente à tecnologia.

⁹ O termo *epistolar* designa um gênero discursivo constituído pela escrita de cartas, cuja forma pressupõe uma situação comunicativa assimétrica entre remetente e destinatário. Segundo Marcuschi (2008), o gênero epistolar exemplifica como os textos se organizam socialmente a partir de finalidades comunicativas específicas, revelando traços de subjetividade, interação e contexto histórico-cultural.

Figura 2 – Carta 3 de Sofia¹⁰.



Oi, turma! Tudo bem?

Semana passada aconteceu algo que me deixou intrigada. Eu estava assistindo a um vídeo no meu celular quando ele sugeriu outro exatamente sobre o mesmo tema! Como ele sabia o que eu queria ver? Lembrei do que eu aprendi sobre algoritmos, fiquei curiosa e perguntei para minha mentora Carol. Ela sorriu e disse: "Isso é inteligência artificial!"

"Mas IA não é coisa de robôs que pensam sozinhos?", perguntei. Carol explicou: "Na verdade, a IA aprende com dados! IA não pensa e não tem sentimentos. Seu celular registra os vídeos que você assiste e tenta prever o que você vai gostar." Achei incrível e assustador ao mesmo tempo. Lembrei que o Rafa também tem medo de IA. Ele pensa que elas vão roubar nossas vidas e empregos.

Em casa, contei para meu pai, que estuda programação, e ele me explicou a diferença entre automação e inteligência artificial. "Automação tem a ver com sistemas que executam tarefas de forma repetitiva, seguindo regras fixas, sem adaptação, como um semáforo que muda de cor no mesmo tempo, sem perceber o trânsito. Já a IA envolve aprendizado de máquinas e adaptação com base em dados e experiências, como um aplicativo que melhora as sugestões de música com base no que você escuta."

Na escola, falei com a Luna e o Rafa. O Rafa contou que, mesmo tendo medo de robôs apocalípticos, seu jogo favorito tem um personagem controlado por IA que se torna mais difícil a cada rodada. A Luna lembrou que sua assistente virtual responde perguntas como se entendesse tudo. "Então, IA está em toda parte?", perguntei.

Pesquisamos e descobrimos que IA ajuda médicos a identificar doenças, melhora fotos, sugere músicas e até pode dirigir carros! Mas a Carol nos alertou: "Nem sempre a IA acerta, pois depende dos dados que recebe." Fiquei pensando... Se a IA aprende com a gente, será que estamos ensinando certo? E vocês, já notaram como a IA está no seu dia a dia? Me contem!

Sofia

Fonte: Santos (2025).

¹⁰ O modelo de distribuição da coleção "Os códigos de Sofia" opera com dois pilares fundamentais: 1) acesso gratuito como ponto de partida: educação de qualidade deve ser acessível a todos; por isso, a base da experiência "Os Códigos de Sofia" é totalmente gratuita, garantindo que pessoas de qualquer contexto possam participar; e 2) contribuição consciente - *Pague Quanto Quiser* (e Puder): para aqueles que acreditam no projeto e têm condições de contribuir, é oferecida a opção de apoiar financeiramente a iniciativa. Esse modelo "pague quanto quiser" permite que a comunidade ajude a manter e a expandir "Os Códigos de Sofia", assegurando sua continuidade e aprimoramento. No entanto, esse não é um modelo de fácil adesão no Brasil. Embora gratuito, o material não está disponível na internet "aberta", sendo necessário solicitá-lo para a autora por meio do link: <https://forms.gle/YQyoejS4JpzSmhcA9>.

Embora voltada ao ambiente educacional, *Os Códigos de Sofia* tensiona os próprios limites da escola. Ao substituir termos como “professor” por “facilitador”, “aluno” por “participante”, escola por “encontro” e “avaliação” por “mapa para transformação coletiva”, a obra propõe uma nova gramática pedagógica: mais leve, afetiva e centrada nos sujeitos do processo educativo. No entanto, essa escolha discursiva também pode (e deve) ser lida criticamente. O apagamento de termos escolares tradicionais nos leva a questionar quais sentidos se ganham e quais se silenciam ao tentar reinventar a educação por meio da afetividade e da tecnologia.

A proposta da coleção articula narrativa, representatividade e cultura digital como eixos de uma pedagogia que busca ensinar tecnologia com sensibilidade, consciência crítica e inclusão. Ao centrar-se na figura de uma menina negra e periférica como protagonista do processo de aprendizagem, a coleção rompe com as imagens convencionais de quem pode compreender, ensinar ou criar tecnologia. Os saberes comunitários, cotidianos e afetivos tornam-se, nesse contexto, legítimos pontos de partida para o aprendizado científico e computacional.

A coleção é indicada para professores do Ensino Fundamental II, coordenadores pedagógicos e formadores de educadores, projetos de educação midiática, digital e cidadania, espaços de educação não formal (bibliotecas, Organizações Não Governamentais, centros culturais, famílias e responsáveis) que desejam discutir tecnologia com crianças.

Em sintonia com a BNCC e com o marco da Unesco para competências em IA, a obra defende o acesso crítico à tecnologia como um direito educacional, propondo que a alfabetização digital seja mais do que técnica: que seja ética, situada e socialmente comprometida.

Figura 3 – Temáticas abordados nos livros da Coleção



Fonte: Santos (2025).

Além disso, a coleção promove a formação crítica e ética dos jovens, convidando-os a refletir sobre o impacto da tecnologia em suas vidas. Questões como “de quem são meus dados?”, “como a IA influencia minhas decisões?” ou “quais futuros podemos imaginar com justiça algorítmica?” são mobilizadas como disparadores de pensamento. Nesse sentido, *Os Códigos de Sofia* ultrapassa a mera instrumentalização digital e propõe uma educação voltada à cidadania tecnológica, à privacidade, ao enfrentamento dos vieses algorítmicos e à autonomia intelectual.

Outro aspecto central da obra é o reencantamento da aprendizagem. O uso de cartas pessoais como forma narrativa resgata o tempo da escuta, da troca e da curiosidade como fundamentos do aprender. Temas complexos, como IA, manipulação de dados ou segurança informacional são introduzidos com leveza, poesia e afeto, tornando-se acessíveis e mobilizadores.

Em síntese, a coleção *Os Códigos de Sofia* propõe a democratização do ensino de tecnologia com imaginação, criticidade e justiça social. Seu objetivo não é apenas formar

usuários de ferramentas digitais, mas sujeitos éticos, criativos e conscientes em um mundo cada vez mais mediado por algoritmos. Muito mais do que uma série de livros sobre IA, trata-se de uma proposta pedagógica transformadora: uma ferramenta que nos convida a reimaginar a educação, a linguagem, o conhecimento e o futuro.

Entre a inovação e o apagamento institucional: a exclusão do conflito e a pedagogia da felicidade

Na contemporaneidade educativa, observa-se o surgimento de materiais didáticos que operam uma espécie de desinstitucionalização discursiva da escola. É o caso da coleção *Os Códigos de Sofia*, que propõe uma mudança radical no vocabulário tradicional do campo educacional. Nessa proposta, não se fala mais em “professor”, mas em “facilitador”; “aluno” dá lugar a “participante”; “aula” é renomeada como “encontro”; “avaliação” se transforma em “mapa de transformação coletiva”.

Esse movimento terminológico, inicialmente, parece promover uma linguagem mais acolhedora, horizontal e inclusiva. No entanto, ao mesmo tempo que carrega uma potência inovadora, revela também armadilhas discursivas sutis: ao buscar romper com os marcos institucionais da escola moderna, reconfigura-se o poder de forma menos visível, mais dispersa e, portanto, mais difícil de ser questionada.

Sob uma perspectiva foucaultiana, é possível afirmar que a linguagem não é apenas um instrumento de nomeação, mas uma prática produtora de sentidos, sujeitos e verdades. Os discursos educacionais, ao alterarem suas nomenclaturas, não estão apenas modernizando o vocabulário, mas instaurando novos regimes de verdade sobre o que é ensinar, quem ensina e o que significa aprender. Na coleção *Os Códigos de Sofia*, por exemplo, a substituição de “professor” por “facilitador” desloca o sujeito de saber para o sujeito de mediação.

O facilitador não é mais aquele que domina um conteúdo e o transmite, mas aquele que organiza experiências, ambientes lúdicos, afetivos e personalizados de aprendizagem. Esse deslocamento, por um lado, pode ser lido, a partir dos Estudos Culturais, como um gesto de abertura à pluralidade de experiências e à valorização da escuta e da subjetividade dos estudantes. Por outro lado, como adverte Hall (1997), toda representação está inserida em um regime de poder. Nesse caso, o facilitador é uma figura moldada por uma pedagogia neoliberal da leveza, que despolitiza o papel docente ao substituir a autoridade epistêmica por competências relacionais e afetivas.

Figura 4 - Substituição de termos escolares tradicionais por uma nova gramática afetiva.



Fonte: Santos (2025).

Essa reconfiguração se aprofunda quando se observa a substituição dos critérios tradicionais de avaliação por métricas afetivas. O “mapa de transformação coletiva”, proposto pela coleção, não mede a apropriação de conteúdos, mas indicadores como empatia, escuta ativa, conexão emocional e satisfação pessoal. É claro que os afetos são dimensões fundamentais da experiência educativa e não devem ser excluídos do processo formativo. No entanto, o que se problematiza aqui é a instituição da positividade afetiva como critério de sucesso pedagógico, o que conduz a uma pedagogia da felicidade.

Como discute Ahmed (2010), a felicidade pode operar como tecnologia de governo que regula os corpos e produz sujeitos resilientes, adaptáveis, emocionalmente disponíveis: sujeitos ajustados à lógica neoliberal. Ao apagar o dissenso, o desconforto, o tédio e o conflito do vocabulário escolar, corre-se ao risco de construir um currículo emocional que deslegitima o sofrimento e a crise como partes constitutivas do aprender.

Figura 5 – Checklist da Avaliação.

Mapa para transformação coletiva

O **Mapa de Transformação Coletiva** é uma ferramenta que **registra e mensura** como o **conhecimento se traduz em ação**. Ele vai além da participação, focando na **transferência de saberes**: quantos jovens aplicaram conceitos como "mentalidade centrada no humano" ou "privacidade de dados" em seu cotidiano? Sua importância está na abordagem **humanizada e formativa**, que valoriza histórias individuais (ex: uma carta de Sofia inspirando um projeto comunitário) e dados objetivos (ex: 65% dos participantes ensinaram o tema a familiares). O registro não é burocrático, mas uma **memória viva** que mostra como a tecnologia ganha sentido nas mãos de quem a repensa.

- ☐ **Participação ativa**: todas as pessoas estiveram envolvidas nas discussões e atividades?
- ☐ **Empatia e conexão**: houve escuta ativa e troca de histórias entre os participantes?
- ☐ **Curiosidade e reflexão**: os jovens relacionaram suas experiências com os temas abordados?
- ☐ **Memória colaborativa**: as cartas foram coletadas para criar um mural colaborativo ou arquivo digital?
- ☐ **Felicidade**: as pessoas saíram felizes e satisfeitas com a reflexão coletiva?
- ☐ **Transferência de Saberes**: os participantes sabem replicar o que aprenderam em outros ambientes?

Fonte: Santos (2025).

Outro aspecto fundamental dessa crítica diz respeito à ficção da ‘desescolarização’ promovida por esse novo léxico. Embora se nomeiem os espaços de aprendizagem como “encontros” e os sujeitos como “participantes”, esses ambientes continuam inseridos na lógica escolar: obedecem a calendários, normas, metas, dispositivos de avaliação (ainda que ressignificados). O que se observa, portanto, é uma estetização da liberdade, que mascara os mecanismos de controle sob uma aparência de autonomia e flexibilidade. Como já nos alertava Foucault (1995), o poder é mais eficiente quando se torna menos visível, quando não se impõe, mas se infiltra. O apagamento dos nomes clássicos da escola pode parecer revolucionário, mas, em muitos casos, atua como uma operação discursiva que naturaliza novas formas de regulação sobre o corpo docente, os afetos estudantis e os modos de ensinar.

É preciso, portanto, perguntar: o que se ganha e o que se perde com essa reinvenção discursiva da escola? Entre os ganhos, certamente, estão uma linguagem mais próxima das juventudes, mais inclusiva e sensível à diversidade dos territórios e experiências, além da ampliação do diálogo com pedagogias críticas, antirracistas e culturais. No entanto, há perdas que não podem ser ignoradas: o esvaziamento político do papel docente, a redução do ensino a uma mediação de experiências, a substituição da crítica pela positividade afetiva e a supressão dos conflitos como motores pedagógicos legítimos. Ao reconfigurar o vocabulário da escola,

não se está apenas nomeando de outro modo, mas disputando os sentidos da educação, seus sujeitos e seus fins. É nesse campo de tensões que a coleção *Os Códigos de Sofia* se inscreve: como um artefato discursivo potente, mas também como sintoma das ambiguidades da pedagogia na era da Inteligência Artificial.

Considerações finais: reinventar sim, apagar não

A coleção *Os Códigos de Sofia* constitui um território discursivo fértil para pensar os cruzamentos entre educação, tecnologia, linguagem e representatividade. Ao propor uma nova gramática pedagógica, a obra nos convida a imaginar outras formas de aprender e ensinar em tempos digitalizados. No entanto, como alertam os Estudos Culturais, toda inovação é, também, uma prática de poder: quem nomeia, quem silencia, quem representa e quem fica de fora são questões sempre implicadas nos discursos educacionais, por mais bem-intencionados que sejam.

No contexto atual, em que a Inteligência Artificial vem sendo incorporada ao cotidiano escolar, seja por meio de plataformas adaptativas, assistentes virtuais ou algoritmos de personalização, a linguagem da inovação ganha contornos ainda mais ambíguos. A IA, muitas vezes, é apresentada como solução neutra, objetiva e eficiente para os “problemas” da escola. No entanto, como apontam críticos como Selwyn (2019), Williamson (2017) e Noble (2018), os sistemas inteligentes não apenas processam dados: eles também reproduzem valores, normas e visões de mundo. Inserida na escola, a IA não substitui apenas tarefas: ela reorganiza relações de saber, reposiciona sujeitos e redefine o que conta como conhecimento válido.

É nesse sentido que a desinstitucionalização discursiva proposta pela coleção precisa ser lida com atenção. Quando a IA é ensinada a partir de cartas afetivas e linguagem acessível, como faz *Os Códigos de Sofia*, estamos, de fato, democratizando o debate tecnológico e aproximando-o das infâncias periféricas. No entanto, se essa abordagem for acompanhada de um apagamento das tensões institucionais, corre-se o risco de esvaziar a potência crítica da proposta. Como advertiu Ahmed (2010), afetos como a “felicidade” podem funcionar como dispositivos de conformidade, promovendo sujeitos adaptáveis e dóceis, ideais para um ambiente escolar moldado por métricas emocionais e indicadores de engajamento digital.

Mais do que nunca, é preciso politizar a tecnologia na escola. Como afirma Foucault (1995), onde há saber, há poder. A IA, enquanto regime de saber tecnocientífico, está longe de ser neutra: ela opera classificações, hierarquias e exclusões. A alfabetização digital, portanto,

não pode se reduzir a um conjunto de habilidades técnicas, ela precisa incluir a crítica aos sistemas que sustentam a própria IA: seus vieses, suas lógicas de opacidade, seus interesses econômicos e suas implicações éticas. Como adverte Benjamin (2019), tecnologias classificam e governam corpos, e toda promessa de neutralidade algorítmica precisa ser interrogada.

A pergunta não deve ser apenas “como chamamos?”, mas “quem pode nomear?”, “quem escuta e é escutado?”, “quem se beneficia desses discursos e práticas tecnológicas?” e “quem continua sendo excluído, mesmo que com outras palavras?”. Se toda pedagogia é uma forma de governo dos corpos e das mentes, como propõem Foucault (1995) e Popkewitz (2000), precisamos nos perguntar: quem governa quando o professor vira facilitador, e com que finalidade, especialmente em ambientes mediados por Inteligência Artificial?

Em tempos de algoritmos educacionais e “mapas de transformação afetiva”, educar continua sendo um ato profundamente político. E se a IA reconfigura os modos de ensinar, avaliar e interagir, cabe a nós disputar seus sentidos, tensionar seus usos e produzir outras narrativas possíveis: mais justas, plurais e enraizadas nos territórios. Porque, no fim, alfabetizar em IA não é apenas preparar para o futuro: é decidir, no presente, que tipo de mundo queremos construir com (e apesar) das máquinas.

Referências

- AHMED, Sara. **The Promise of Happiness**. Durham: Duke University Press, 2010.
- BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Cambridge: Polity Press, 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- FLORIDI, Luciano. **The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GARDNER, Howard. **Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences**. New York: Basic Books, 1983.
- HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big Data: A Revolution That Will**

Transform How We Live, Work, and Think. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism.** New York: NYU Press, 2018.

POPKIEWITZ, Thomas S. **Reformas educacionais e a fabricação da criança moderna: a alquimia da escola.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial Intelligence: A Modern Approach.** 4 ed. Hoboken: Pearson, 2020.

SANTOS, Gi. **Os Códigos de Sofia.** 2025. Coleção infantojuvenil disponível em formato digital. Disponível em: <https://profuturo.education/pt-br/observatorio/experiencias-inspiradoras/os-codigos-de-sofia-ou-como-ensinar-inteligencia-artificial-sem-telas-nem-dispositivos/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SELWYN, Neil. **Should Robots Replace Teachers? AI and the Future of Education.** Cambridge: Polity Press, 2019.

TURKLE, Sherry. **Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other.** New York: Basic Books, 2011.

UNESCO. **AI Competency Framework for Students.** Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/ai-competency-framework-students>. Acesso em: 9 jun. 2025.

WILLIAMSON, Ben. **Big Data in Education: The digital future of learning, policy and practice.** London: SAGE Publications, 2017.

HUMANIDADES DIGITAIS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: tensões, vieses e soberania intelectual

George Leonardo Seabra Coelho

Considerações iniciais

A consolidação do campo das Humanidades Digitais (HD) no cenário acadêmico contemporâneo evidencia a amplitude dos usos – para não dizer dos abusos – das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na produção do conhecimento no campo das Ciências Humanas. Essas preocupações transcenderam a simples dimensão instrumental desses recursos, manifestando-se como uma mudança de natureza epistemológica e política na produção e divulgação do conhecimento.

No capítulo intitulado *Humanidades Digitais e Inteligência Artificial: fronteiras e convergências de um debate inadiável* (2026) presente no primeiro volume da coletânea *IA, História e Ciência: abordagens multidimensionais do presente* (2026)¹¹, destaquei que a relação entre as Ciências Humanas e os ecossistemas digitais expõe múltiplas camadas sociotécnicas decorrentes da datificação da vida. Em um contexto de transformações aceleradas, volto a ressaltar que a Inteligência Artificial (IA) desponta não apenas como um suporte para o processamento massivo de dados, mas como uma infraestrutura complexa de transmissão, mediação e reconfiguração das memórias, do saber e da produção cultural.

Na esteira deste debate, o presente capítulo funciona como uma continuidade e um complemento direto às análises empreendidas no capítulo supracitado. Enquanto a discussão naquela ocasião debruçou-se sobre a centralidade do fator humano na educação, as dimensões pedagógicas, a metacognição e as dinâmicas de subjetivação, este capítulo amplia o mapeamento crítico de outros artigos publicados no dossiê *Humanidades Digitais e Inteligência*

¹¹ Disponível em: <https://doi.org/10.59616/1112> Acessado em: 30 jul. 2026. Esse texto também pode ser encontrado na revista *Intellèctus*, disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/97620> Acessado em: 30 jul. 2026.

Artificial (2025)¹². Nesse novo capítulo, o foco analítico desloca-se para a investigação de como a IA reconfigura a criação e a crítica artística, a prática e a ética jornalística, o fazer historiográfico e a própria administração da justiça e da prestação jurisdicional.

Para fundamentar teoricamente este debate, adotamos a definição multidimensional do conceito de IA, a qual se deu com base na análise crítica de cada artigo selecionado. A partir dessa curadoria, foi possível conceber a IA distante da suposta neutralidade técnica ou como uma entidade artificial capaz de reproduzir o pensamento humano. Baseado na leitura dos textos selecionados, entendo que essa tecnologia generativa deve ser compreendida como um conjunto de algoritmos, modelos estatísticos, abordagens simbólicas e Redes Neurais Profundas (*deep learning*)¹³. Os *transformers* e modelos de difusão são alimentados por grandes volumes de dados (*Big Data*) que estão sob o controle empresarial localizado no Norte Global.

O que presenciamos nos últimos dez anos é um fenômeno sociotécnico, econômico e político que combina infraestruturas computacionais, consumo energético e força de trabalho, estando profundamente enraizado em matrizes do Norte Global e em dinâmicas do capitalismo de vigilância¹⁴. Seja operando por meio da probabilidade estatística para o reconhecimento de padrões e remoção de ruído (*denoising*)¹⁵, seja atuando como uma tecnologia generativa que simula a linguagem e a criação humana. Considero que o que chamamos de IA opera como uma estrutura de poder que distribui visibilidades e amplifica vieses socioculturais, ao mesmo tempo em que desafia as soberanias epistemológicas.

¹² Organizado por Breno Rodrigo de Oliveira Alencar, João Pedro Lyra da Silva e Mariana de Carvalho Ilheo, este dossiê foi publicado pela revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (CONEHD) em 2025. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/issue/view/80> Acessado em: 30 jul. 2026.

¹³ Redes Neurais Profundas (*Deep Learning*) é um subcampo do aprendizado de máquina (*machine learning*) baseado em redes neurais artificiais compostas por múltiplas camadas ocultas de processamento. Essa arquitetura "profunda" permite que o modelo extraia e aprenda autonomamente padrões e abstrações de alto nível a partir de grandes volumes de dados complexos (como imagens, áudio e texto), dispensando a necessidade de extração manual de características.

¹⁴ Para uma discussão aprofundada sobre a reconfiguração da subjetividade na era digital, ver Melo (2024). Apoiando-se em Shoshana Zuboff (2019) e no conceito de ban-óptico de Bauman e Lyon (2013), o autor conceitua o capitalismo de vigilância como um ecossistema econômico e ideológico impulsionado por *big techs* (com nuances entre modelos norte-americano, europeu e chinês), no qual a experiência humana é convertida em fonte de extração de dados e o próprio sujeito é objetificado em mercadoria negociável.

¹⁵ O processo de remoção de ruído (*denoising*) constitui o núcleo operacional dos Modelos de Difusão (*Diffusion Models*), arquitetura predominante na IA generativa de imagens e áudio (como *DALL-E*, *Midjourney* e *Stable Diffusion*). Nessa abordagem, o *denoising* atua como um mecanismo iterativo. Nele, um modelo estimado calcula e remove sucessivas camadas de ruído adicionadas aos dados durante a fase direta (*forward process*). Na IA generativa, o *denoising* refere-se à capacidade da rede neural de prever e subtrair o ruído aleatório de uma matriz de dados, ou seja, possibilita transformar padrões caóticos em imagens, áudios ou textos estruturados por meio do processo inverso de difusão. Enfim, é um processo controlado e intencional de limpeza e reconstrução de dados.

Do ponto de vista metodológico, este capítulo assemelha-se ao capítulo publicado anteriormente, pois está ancorado na perspectiva da revisão integrativa da literatura (Whittemore e Knafl, 2005). Esta escolha metodológica justifica-se pela natureza plural e heterogênea do *corpus* documental selecionado, permitindo a síntese de estudos qualitativos, teóricos e empíricos desenvolvidos em diferentes campos do saber (Arte, Comunicação, História e Direito). Realizou-se uma leitura crítica dos artigos, discernindo suas premissas teóricas, métodos de coleta e análise de dados, contribuições ao conhecimento, limitações do trabalho e lacunas de pesquisa, tudo isso à luz da revisão integrativa. Meu objetivo foi construir um quadro analítico integrado que explicita as convergências e tensões sobre a presença da IA no campo das HD a partir da perspectiva do Sul Global.

Estruturalmente, este capítulo organiza-se em torno da avaliação crítica de seis estudos do dossiê, são eles: *Uso de inteligência artificial no jornalismo: impactos, desafios e oportunidades na prática jornalística contemporânea* escrito por Jean Michel Galindo da Silva e Maria Irene da Fonseca e Sá; *As Implicações da inteligência artificial no judiciário: uma análise do contexto Sul-Mato-Grossense* escrito por Pedro Henrique Andrade Pilger e Geovane Ferreira Gomes; *Hackeando a técnica: uma leitura midiológica da arte com IA nas HD*, a partir da leitura midiológica de Dayane Argentino Dias; *Iconografia algorítmica: adaptando dondis e panofsky para analisar representações de artistas em imagens de IA Generativa* elaborada por Emerson Blum Corrêa e colaboradores; *Historia e Inteligencia Artificial: algunas puertas de entrada para pensar sus posibles vínculos* escrito por Gabriel Piro Mittelman; e, finalmente, *Inteligência artificial e pesquisa em história medieval: aplicações, desafios e possibilidades* de autoria, de Saymon da Silva Siqueira e Adriana Vidotte.

Com base nessas premissas, destacamos os seguintes pontos: “como o conceito de Inteligência Artificial foi definido em cada artigo”; “qual foi a metodologia usada pelos autores”; “como a Inteligência Artificial impacta o campo de estudo de cada texto”; “pontos positivos e fragilidade de cada estudo”; por fim, foram feitas “sugestões que podem ser abordadas em pesquisas futuras”. Em suma, ao articular esses seis estudos em um quadro interpretativo comum, este capítulo busca não apenas inventariar as aplicações e metodologias da IA em diferentes frentes das HD. Ele também traz à luz as estruturas invisíveis de poder, os vieses e dependência tecnológica que acompanham cada área do conhecimento.

Longe de sucumbir ao deslumbre acrítico ou ao neoludismo, tenho o intuito de demarcar o papel da reflexão acadêmica feita a partir do Sul Global como um exercício indispensável

para vislumbrar a soberania intelectual. Pretendo, assim, oferecer ao leitor e a leitora um mapa crítico que o auxilie a navegar pelas incertezas da era algorítmica. Lembrando que a técnica, por mais sofisticada que se apresente, deve permanecer subordinada à reflexão ética, ao rigor metodológico e ao compromisso emancipatório caro às Ciências Humanas. Ao dar continuidade ao empreendimento intelectual iniciado no capítulo no primeiro volume desta coleção, convido a leitora e o leitor a examinarem esses artigos. Não apenas como relatos de experiências técnicas, mas como convites para o exercício da vigilância crítica sobre a automação algorítmica e para a afirmação da centralidade humana na construção do conhecimento.

Entre a promessa técnica e a crítica cultural: mapeando os impactos da IA nas Humanidades Digitais

Começo minha análise com a leitura do estudo de autoria de Jean Michel Galindo da Silva e Maria Irene da Fonseca e Sá (2025). Intitulado *Uso de Inteligência Artificial no Jornalismo: impactos, desafios e oportunidades na prática jornalística contemporânea*, a pesquisa examina as profundas transformações trazidas pela tecnologia para o exercício da comunicação profissional. No texto, o conceito de IA é definido com base em abordagens técnicas e teóricas, enquadrando-a como o conjunto de algoritmos que permitem às máquinas (*hardware*) e *softwares* (plataformas criadas por *big techs*) aprenderem e executarem tarefas específicas.

Neste artigo, os autores entendem que a IA opera principalmente por meio do aprendizado de máquina (*Machine Learning*) e de modelos como o *Deep Learning*, onde o acesso a um grande volume de dados (*Big Data*) possibilita identificar padrões, relacionar dados e simular a habilidade humana de emitir opiniões e produzir textos. Apesar das imensas capacidades alcançadas por essas tecnologias generativas, os autores reforçam que a IA é desprovida de sentimentos, intenções ou compreensão real do contexto e de dar sentido às conjunturas.

A metodologia empregada no estudo adota uma abordagem mista quanti-qualitativa, embasada em pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. Os pesquisadores realizaram um levantamento nas bases de dados Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES utilizando os termos de busca “Jornalismo” e “Inteligência Artificial”. Essa coleta resultou em um *corpus* final de 20 documentos científicos, os quais foram categorizados e contabilizados

objetivamente (etapa quantitativa) e, em seguida, interpretados criticamente para classificar os impactos das tecnologias generativas na prática jornalística contemporânea (etapa qualitativa).

Segundo os autores, a IA afeta diretamente o campo jornalístico ao reorganizar o fluxo de trabalho dos profissionais e a própria dinâmica de mediação da informação. Concomitantemente, a tecnologia acelera o processamento e automatiza um grande volume de dados, o que reduz os custos e o tempo de produção de notícias. Por outro lado, o uso de algoritmos de curadoria nas redes sociais acaba criando câmaras de eco e bolhas informacionais, o que pode ser chamado de desinformação algorítmica. Entendo que esse processo altera o tradicional papel do jornalista como *gatekeeper* – aquele que realiza o filtro da realidade e transforma o fato em notícia – e desloca o profissional de sua posição de mediador soberano. Em outras palavras, isso coloca em xeque a autoria, a credibilidade e até a própria permanência do jornalista frente à automação.

Dentre os aspectos positivos do estudo, destaco a concepção do papel da IA como importante aliada na celeridade da produção jornalística e para a análise avançada de dados. O artigo também acerta ao ressaltar o valor insubstituível do fator humano, argumentando que a sensibilidade, a checagem crítica de fontes e a apuração ética permanecem na essência do profissional. Além disso, o estudo trouxe reflexões relevantes sobre a necessidade de transparência, de marcos de regulação ética – citando inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD¹⁶) e o Projeto de Lei 2.338/2023¹⁷ – e da promoção do pensamento crítico por meio da educação.

Por outro lado, os pontos frágeis do artigo residem na limitação de sua amostragem, pois o universo documental restrito a apenas 20 artigos reduz o alcance e a representatividade dos dados quantitativos apresentados na tabela do estudo (Silva e Sá, 2025, p. 81). Neste quadro, nota-se também que a categorização quantitativa entre pontos “positivos” e “negativos” engloba elementos heterogêneos na mesma contagem como, por exemplo, a mistura de habilidades técnicas com termos conceituais. A própria interação com o *ChatGPT* no texto serve mais para ilustrar a ferramenta do que para fornecer uma proposta metodológica mais densa.

¹⁶ Trata-se da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), norma jurídica brasileira que regulamenta as operações de manuseio de dados pessoais, inclusive em plataformas digitais, com o objetivo de salvaguardar os direitos fundamentais à liberdade e à privacidade.

¹⁷ O Projeto de Lei n.º 2338/2023, que estabelece princípios, direitos das pessoas e classificação de risco para o desenvolvimento e uso ético de sistemas automatizados no país, representa o marco legal para a regulação da Inteligência Artificial (IA) no Brasil.

Para tornar a pesquisa ainda mais robusta, assim como para desenvolvimento de investigações futuras, seria muito enriquecedor realizar um estudo empírico direto em redações jornalísticas. Isso inclui fazer entrevistas ou questionários com profissionais para avaliar como a IA é aplicada no cotidiano do fazer jornalístico. Ademais, outro caminho que contribuiria com o debate seria explorar uma análise comparativa do uso de diretrizes éticas ou manuais de redação adotados por veículos nacionais e internacionais para o uso de IA generativa. Além disso, estudos futuros poderiam delinear propostas práticas para a formação e atualização das matrizes curriculares dos cursos de jornalismo no contexto da era das inteligências sintéticas.

Um segundo artigo analisado aqui intitula-se *Implicações da Inteligência Artificial no Judiciário: uma análise do contexto sul-mato-grossense*. Escrito por Pedro Henrique Andrade Pilger e Geovane Ferreira Gomes (2025), o texto examina a otimização das análises dos processos judiciais por meio da implementação de ferramentas de tecnologia no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para desmistificar a percepção de que a tecnologia “pensa” ou “raciocina”, os autores conceituam a IA a partir de uma perspectiva crítica e funcional. Eles apontam que a IA não é verdadeiramente “inteligente” nem “artificial” no sentido biológico, tratando-a como um conjunto de códigos computacionais e modelos estatísticos de probabilidade projetados para gerenciar um grande volume de dados. Entendo que o texto dialoga com a definição presente no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA¹⁸), que compreende a IA como um conjunto de sistemas que produzem resultados a partir do processamento de dados massivos. Esse sistema computacional reconhece padrões e correlações para realizar previsões, classificações, recomendações ou, ainda, tomar decisões em ambientes físicos e virtuais.

A metodologia empregada no estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, fundamentada em levantamentos bibliográficos e documentais realizados primordialmente por vias digitais. Os autores efetuaram revisões da literatura em bases como *SciELO*, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, além de analisarem documentos oficiais, resoluções e normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de

¹⁸ O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) foi lançado pelo governo federal e coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em 2024. O plano define a estratégia nacional para a soberania tecnológica e a promoção da inovação no país por meio da interação de investimentos em supercomputação, capacitação de recursos humanos e governança algorítmica. A proposta objetiva direcionar o desenvolvimento e o uso ético da IA, garantindo o respeito aos direitos fundamentais, à diversidade cultural e às necessidades do setor produtivo e da administração pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/plano-brasileiro-de-inteligencia-artificial> Acesso em: 30 jul. 2026.

Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS). Esta escolha metodológica dialoga diretamente com as propostas das HD, pois utiliza ferramentas e acervos digitais/virtuais para investigar um fenômeno inerentemente tecnológico dentro de uma Ciência Social Aplicada, como o Direito.

Para os autores, o impacto da IA sobre o campo jurídico – especificamente a prestação jurisdicional e a administração da justiça – manifesta-se de forma acentuada na aceleração dos trâmites processuais e na reorganização do trabalho nos gabinetes judiciais. A IA reconfigura a gestão dos processos por meio de ferramentas automatizadas como, por exemplo, o sistema LEIA Precedentes¹⁹ utilizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Esse sistema, analisa milhares de petições iniciais para identificar correlações entre temas e otimiza a rotina burocrática dos magistrados e serventuários, aumentando a capacidade operativa do tribunal e promovendo maior isonomia e segurança jurídica, pois uniformiza a aplicação de entendimentos dos tribunais superiores. Contudo, o impacto limita-se à triagem e suporte, preservando a indispensabilidade da valoração de provas e do julgamento analítico por parte do magistrado humano.

A lucidez com que os autores desconstruíram os mitos sobre a autonomia da IA é um dos pontos altos do artigo. Os autores afirmam de maneira fundamentada a centralidade e a insubstituição do julgador humano frente às exigências constitucionais durante o processo legal. O artigo demonstra coerência ao conectar a análise teórica com dados práticos do TJMS, evidenciando como a IA superou a análise manual ao mapear rapidamente um grande número de processos. Por fim, a aplicação coerente do referencial teórico das HD exibiu a sinergia entre pesquisa acadêmica e modernização tecnológica.

Por outro lado, o artigo apresenta limitações pontuais ao focar quase que exclusivamente nos relatórios e dados institucionais oficiais fornecidos pelo próprio TJMS e pelo CNJ. Ao embasar os resultados computacionais em divulgações dos órgãos gestores, o estudo carece de uma avaliação empírica independente, como entrevistas e/ou questionários aplicados diretamente aos magistrados, advogados e servidores que operam o sistema no dia a dia dos tribunais. Essa escassez de dados primários da experiência do usuário impede uma aferição

¹⁹ O L.E.I.A. Precedentes (Linguagem do Entendimento Jurisprudencial com Inteligência Artificial) é uma ferramenta de IA desenvolvida no âmbito do Judiciário brasileiro, notadamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), voltada ao processamento de linguagem natural para a identificação, classificação e aplicação automatizada de precedentes qualificados em grandes volumes de processos. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/CapacitacaoSistemas/LEIAPrecedentes/LEIAPrecedentesSGGuiaRapido.pdf> Acessado em: 30 jul. 2026.

mais aprofundada sobre eventuais falhas de margem de erro, vieses operacionais e usabilidade real das ferramentas.

Como sugestão para pesquisas futuras, seria relevante incluir uma análise detalhada sobre os riscos éticos e os potenciais vieses algorítmicos decorrentes do treinamento desses modelos por empresas privadas terceirizadas, a exemplo da *Softplan*²⁰. Os autores mencionam que os tribunais não possuem acesso ao código-fonte da ferramenta, mas não aprofunda os impactos que essa falta de transparência e o modelo de “caixa-preta” podem gerar na garantia de direitos das partes. Essa é uma das principais preocupações para o campo das HD e deve ser levada em consideração! Da mesma forma, trabalhos futuros poderiam explorar de maneira mais direta as implicações e diretrizes trazidas pelo uso da IA generativa no âmbito do Judiciário, considerando o avanço normativo recente incluído pela Resolução n.º 615 do CNJ²¹.

A análise comparativa entre as pesquisas de Silva e Sá (2025) e de Pilger e Gomes (2025) revela importantes convergências quanto à apreensão dos impactos sociotécnicos das TDCI no campo profissional do jornalismo e do judiciário. Ambos os estudos compartilham a preocupação fundamental em desmistificar a pretensa autonomia dos sistemas computacionais com base na IA Generativa. Assim, rejeitam posturas ingênuas que atribuem às máquinas a capacidade de raciocínio, intuição ou uma pretensa sensibilidade humana. Algo raro até mesmo entre os próprios humanos, diga-se de passagem!

Sob o prisma metodológico que fundamenta a HD, os dois trabalhos recorrem a pesquisas bibliográficas em bases de dados como Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Eles realizam um levantamento sobre como a datificação e a automação reorganizam rotinas institucionais e redefinem a mediação do conhecimento. Apesar do mérito propositivo, ambos os trabalhos têm limitações empíricas semelhantes: ambos carecem de pesquisas de campo – como entrevistas com profissionais que operam tais tecnologias no cotidiano de redações e tribunais – e dependem de amostragem restrita.

Por outro lado, as diferenças entre os textos emergem precipuamente do recorte disciplinar e da natureza do objeto. O artigo de Silva e Sá (2025) dedica-se à área da

²⁰ Fundada em 1990 em Florianópolis, a *Softplan* é uma das pioneiras no ecossistema de tecnologia de Santa Catarina (Polo Tecnológico de Florianópolis). A empresa desenvolve plataformas de transformação digital e automação de processos, atuando fortemente na digitalização do Judiciário brasileiro (com sistemas como o SAJ) e no ecossistema de GovTech e Construtech.

²¹ Essa resolução estabelece diretrizes desenvolvimento, para utilização o e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1555302025031467d4517244566.pdf> Acessado em: 30 jul. 2026.

Comunicação Social, valendo-se de uma abordagem mista quanti-qualitativa com análise de conteúdo sobre um *corpus* de 20 artigos científicos, com o intuito de examinar o fluxo de trabalho e o papel social do jornalista frente a IA generativa. Já o estudo de Pilger e Gomes (2025) vincula-se ao campo do Direito, utilizando uma abordagem exploratória estritamente qualitativa voltada ao estudo de caso documental e normativo no TJMS e nas resoluções do CNJ.

Trazendo essa distinção para o âmbito das apropriações da IA na prática profissional, vemos outra diferenciação: enquanto o primeiro texto debate a automação na síntese e circulação pública de informações cotidianas, o segundo artigo foca em mecanismos institucionais de gestão processual e padronização jurisprudencial. Contudo, em ambos os textos, a conceituação de IA aproxima-se em sua essência analítica, mas desdobra-se em referenciais teóricos específicos para cada campo de conhecimento.

Silva e Sá (2025) concebem a IA a partir de suas dimensões operacional e linguística. Essa abordagem concebe a tecnologia como um conjunto de algoritmos de *Machine Learning* e *Deep Learning* capazes de processar grandes volumes de dados para, desta forma, identificar padrões e simular a missão jornalística ou a emissão de opiniões. Apesar destas capacidades, a IA deve ser encarada como um instrumento desprovido de compreensão de contexto, intenção e sentido. Da mesma forma, Pilger e Gomes (2025) negam que a máquina possa atingir a inteligência biológica, uma vez que consideram a tecnologia como uma junção de códigos computacionais e modelos estatísticos de probabilidade. Com base no aparato normativo institucional brasileiro, especificamente na proposta do PBIA (2024-2028), os autores definem a IA como um sistema produtor de previsões, recomendações e tomadas de decisão estruturadas a partir de correlações estatísticas.

Ao problematizar o impacto da IA nas profissões do jornalismo e do judiciário, ambas as pesquisas evidenciam que a aceleração dos fluxos de trabalho e a otimização de rotinas burocráticas trazem contradições profundas para a mediação e a garantia de direitos humanos. No jornalismo, a automação e o uso de algoritmos de curadoria geram fenômenos como a desinformação algorítmica e as bolhas informacionais. Isso desloca o profissional de sua histórica posição de *gatekeeper* (filtro e mediador soberano da realidade) e coloca em xeque a autoria e a credibilidade da notícia. Já, no Judiciário, embora as ferramentas de triagem acelerem a tramitação processual e promovam maior isonomia ao aplicar a uniformização de precedentes, emergem riscos associados à falta de transparência – o fenômeno da “caixa-preta”

– e a possíveis vieses algorítmicos decorrentes de modelos desenvolvidos por empresas terceirizadas. Contudo, em ambos os cenários, os dois estudos sustentam que a tecnologia atua prioritariamente como suporte operacional, de modo que a centralidade humana – traduzida na ética da apuração jornalística ou no julgamento analítico do magistrado – permanece como o núcleo insubstituível da prática profissional.

Outro artigo analisado neste capítulo intitula-se *Hackeando a técnica: uma leitura midiológica da arte com IA nas HD* de autoria de Dayane Argentino Dias (2025). Neste estudo, a autora realiza uma investigação sobre a interseção entre as HD e a IA. O conceito de IA é definido não apenas como um mero domínio ou aparato técnico isolado, mas sim como um complexo fenômeno sociotécnico, inserido em estruturas econômicas e políticas dominantes controladas por grandes corporações do Norte Global. Sob o viés da midiologia de Régis Debray (1993, 2000), a autora conceitua a IA em diálogo com a IA Generativa, com os Modelos de Linguagem de Grande Porte (*Large Language Model*-LLM) e com modelos de difusão. A autora a define como uma infraestrutura de transmissão constituída por dados, servidores, plataformas e trabalho humano, de modo que a IA atua como um agente ativo capaz de reconfigurar significados, memórias e formas de produção cultural.

A metodologia empregada no artigo é de caráter teórico-interpretativo e qualitativo, articulada a um estudo de caso múltiplo. A autora mobiliza as categorias teóricas da midiologia de Debray (1993, 2000) – mensagem, *mídium*, meio, mediação e mediasfera – combinando-as com o conceito de desprogramação da técnica de Arlindo Machado (2004). A partir desse arcabouço analítico, são examinadas quatro obras de arte contemporânea: *The Normalizing Machine* de Mushon Zer-Aviv, *Achievement* de Susana Pilar Delahante Matienzo, *Rituais da Complexidade* de Fernando Velázquez e *Botannica Tirannica* de Giselle Beiguelman.

Ao lermos o artigo em tela, entendemos como a IA impacta o campo artístico e as práticas culturais, pois essa tecnologia impõe padrões de visibilidade, vieses algorítmicos e uma racionalidade extrativista vinculada ao colonialismo de dados²². Contudo, esse impacto também ocorre na direção oposta! Para a autora, ao serem subvertidas e “hackeadas” por artistas, as tecnologias de IA têm a possibilidade de atuar não apenas como instrumentos passivos de controle. Elas servem como caminhos para reconfigurar o próprio campo artístico, servindo

²² Conforme apontam Gonçalves e Ogécime (2023), o colonialismo de dados constitui a apropriação e extração contínua da vida social e dos dados comportamentais dos indivíduos no ambiente digital. De acordo com a perspectiva decolonial, os autores apontam que essa nova forma de dominação é uma reprodução da colonialidade estrutural através da opacidade tecnológica (esconder os meios de coleta e uso de dados), dificultando que os sujeitos se tornem cientes da perda de autonomia e do valor de suas informações.

como meio de contramemória, desconstrução de taxonomias coloniais e produção de conhecimento.

Entre os pontos positivos do estudo, destaco a consistência na aplicação da teoria midiológica ao cenário contemporâneo do *Big Data* e das IAs generativas, superando abordagens puramente tecnicistas. O trabalho sobressai, igualmente, ao resgatar a materialidade concreta dos algoritmos (infraestrutura, consumo energético e dados) e, inclusive, ao propor diretrizes metodológicas e éticas caras ao campo das HD e o diálogo com a perspectiva crítica originada do Sul Global.

Em contrapartida, os pontos negativos residem na certa contradição do circuito de circulação das obras analisadas. Elas operam em um meio institucional altamente elitizado e restrito, como galerias e bienais de arte contemporânea. Isso limita o alcance social direto da crítica decolonial formulada. Compreendo que essa carência dialoga implicitamente com o paradoxo de Audre Lorde²³ (2020) ao considerar que o artista não consegue alcançar, em sua plenitude, a desconstrução da hegemonia utilizando as próprias ferramentas dominadoras. Em outros termos, seria possível o artista desconstruir as camadas de dominação utilizando ferramentas tecnológicas criadas por *Big Techs* do Norte Global? Fica aqui a provocação para estudos futuros!

Seria muito importante estudos que abordassem com maior profundidade uma análise empírica sobre a recepção do público leigo em relação a essas obras, investigando se o gesto subversivo dos artistas realmente se traduz em um letramento digital e crítico no espectador comum. Adicionalmente, o campo de estudos da arte ganharia muito ao discutir alternativas técnicas concretas e abertas de infraestrutura e modelos de IA desenvolvidos nativamente no Sul Global.

Em a *Iconografia algorítmica: adaptando Dondis e Panofsky para analisar representações de artistas em imagens de IA Generativa*, escrito por Emerson Blum Corrêa, Augusto Araujo Vuitik, Josie Agatha Parrilha da Silva e Ygor de Oliveira (2025), deparo com uma investigação sobre a interpretação e a análise de imagens geradas por tecnologias de Inteligência Artificial Generativa (IAG), particularmente naquelas que se referem ao gênero,

²³ O “paradoxo de Audre Lorde” diz respeito às tensões teóricas propostas pela ativista e feminista negra americana Audre Lorde (1934–1992). Essa crítica afirma que as estruturas do opressor não podem levar à verdadeira libertação (“as ferramentas do patrão nunca vão destruir a casa do patrão”). Seus escritos indicam que a libertação requer transcender a falsa sensação de proteção do silêncio. Além disso, deve recusar a aceitação das normas predominantes e converter as disparidades sociais (de raça, gênero e classe) em força criativa e de união, em vez de razões para divisão ou homogeneização.

raça e trabalho.

No texto em tela, a IA é definida como uma tecnologia que reproduz e simula certas habilidades humanas, tais como percepção, comunicação linguística, aprendizado, criatividade, planejamento e resolução de problemas. Especificamente quanto às IAGs e aos modelos de difusão, como o Leonardo.AI²⁴, os autores as definem como sistemas baseados em abordagens simbólicas e estatísticas. Esses sistemas são treinados por extensos bancos de dados visuais para aprender padrões e realizar o processo iterativo de remoção de ruído (*denoising*), correlacionando comandos textuais (*prompts*) com as representações visuais numéricas sem, contudo, compreender de fato o significado real dos conteúdos.

A metodologia empregada no trabalho é de natureza qualitativa e exploratória. O estudo estruturou-se em três etapas principais: primeiramente, o desenvolvimento do método experimental chamado Leitura de Imagem para IAG (LI-IAG), que adapta a sintaxe visual de Donis A. Dondis (1994) para a análise da forma, e a metodologia iconológica de Erwin Panofsky (2007) para a análise do conteúdo, integrando, assim, uma terceira camada de interpretação do leitor sobre os aspectos algorítmicos. Em segundo lugar, a construção de um *corpus* sem curadoria prévia utilizando o modelo Leonardo Phoenix 1.0²⁵ a partir de dois *prompts* em inglês (“*Person working as an artist*”²⁶ e “*Black person who works as an artist*”²⁷), gerando 16 imagens; e, por fim, a aplicação detalhada do método LI-IAG sobre as primeiras imagens obtidas em cada comando.

Ao ler o texto, percebo que os autores entendem que a IA impacta a própria produção, representação e interpretação da imagem figurativa na cultura digital²⁸, especialmente ao

²⁴ O Leonardo.AI é uma plataforma de inteligência artificial generativa desenvolvida por uma *startup* australiana e comprada pela Canva em 2024, com foco na criação e edição de imagens, vídeos e outros elementos visuais. Funcionando no formato *freemium* com créditos diários, a suíte se sobressai pelo elevado controle criativo proporcionado aos usuários, entre eles, *designers*, desenvolvedores de jogos e profissionais de *marketing*. Ela agrega ferramentas avançadas que englobam diversos modelos de geração (como *Phoenix* e *Flux*), consistência de personagens, edição em tempo real (*Realtime Canvas*), *inpainting/outpainting*, animação e capacitação de modelos personalizados. Disponível em: <https://leonardo.ai/> Acessado em: 31 jul. 2026.

²⁵ O Leonardo Phoenix 1.0 é o modelo fundacional de geração de imagens inaugural criado do zero pela equipe da Leonardo.AI, sem a necessidade de ajustes em sistemas como o *Stable Diffusion*. Desenvolvido com foco em fluxos de trabalho profissionais (como *branding*, publicidade e *concept art*), o modelo se destaca pela alta precisão em relação a *prompts* complexos. Ele também se destaca pela habilidade de gerar textos compreensíveis e por permitir edições diretas em linguagem natural. Isso proporciona um controle avançado sobre a estética fotorealista, iluminação e composição, além de permitir a geração de textos compreensíveis e edições diretas em linguagem natural.

²⁶ Tradução: “Pessoa que trabalha como artista”.

²⁷ Tradução: “Pessoa negra que trabalha como artista”.

²⁸ A cultura digital reflete as novas dinâmicas sociais e cognitivas emergentes do avanço das TDIC e do ciberespaço. Compreende dimensões como a intermedialidade (convergência de tecnologias), a portabilidade dos dispositivos e a transformação dos usuários em agentes ativos e produtores de conteúdo (cultura participativa)

substituir a subjetividade artística humana por probabilidades estatísticas e pela simulação numérica do real. Ao sintetizar grandes volumes de dados majoritariamente alinhados aos padrões do Norte Global, a IAG perpetua e amplifica vieses algorítmicos, naturalizando estereótipos de gênero, raça e trabalho. Isso se evidencia na exigência de marcar explicitamente a raça no *prompt* para evitar que a brancura seja assumida como padrão universal, assim como na hiperpadronização do corpo feminino e na reprodução de noções eurocêtricas do artista como um gênio individual isolado.

Entre os pontos positivos do estudo, destaco a criação original de uma matriz analítica interdisciplinar (LI-IAG) que preenche uma lacuna metodológica ao transpor referenciais consolidados das Artes Visuais para o campo do letramento visual em IAG. O artigo sobressai pela clareza didática com que descreve os processos técnicos internos dos modelos de difusão. Além disso, a capacidade de conectar artefatos visuais formais (como mãos deformadas ou inconsistências de perspectiva) a problemas estruturais mais amplos de colonialismo de dados, do viés representacional e da ética algorítmica é bastante criativa.

Por outro lado, o estudo apresenta pontos frágeis no que tange ao alcance empírico de sua amostragem, visto que realiza a análise analítica aprofundada de apenas duas imagens entre as 16 geradas, o que restringe a generalização das observações sobre o modelo. Além disso, os próprios autores reconhecem o uso do assistente de linguagem *Microsoft Copilot* na revisão textual. Isso revela uma sutil dependência das ferramentas corporativas que a própria pesquisa se propõe a problematizar. Além do mais, a plataforma utilizada opera mediante créditos e sob lógicas comerciais proprietárias. Indo, assim, na contramão do que as HD defendem.

Pesquisas futuras poderiam incorporar com maior profundidade a realização de um teste comparativo direto entre múltiplos geradores de imagem do mercado (como *Midjourney*, *DALL-E* e *Adobe Firefly*) aplicando os mesmos *prompts* para verificar se os padrões estereotipados identificados são inerentes ao modelo Leonardo.AI ou universais. Outrossim, novos estudos podem testar a eficácia pedagógica do instrumento LI-IAG por meio de um experimento empírico com estudantes ou educadores para avaliar a aplicação prática do método na detecção e diferenciação de imagens sintéticas no cotidiano.

A partir de uma análise comparativa entre a pesquisa de Dias (2025) e o estudo de Corrêa e colaboradores (2025), revelam-se expressivas convergências na articulação crítica entre as IAs e o campo das Artes Visuais. Ambas as produções compartilham a premissa fundamental

(Fantin; Rivoltella, 2012; Jenkins, 2013 *apud* Coelho e Silva, 2023).

de que a IAG não constitui uma ferramenta neutra de criação ou representação visual. Em vez disso, situam os ecossistemas algorítmicos no centro de disputas políticas e culturais, evidenciando como os modelos generativos reproduzem e amplificam assimetrias do capitalismo de vigilância, estereótipos sociais e o colonialismo de dados oriundo do Norte Global.

No que tange à definição do conceito de IA, os dois trabalhos divergem entre uma perspectiva estritamente infraestrutural e sociotécnica e uma definição mais operacional e computacional. Segundo Dias (2025), os enfoques tecnicistas não são adequados, e ele define a IA, particularmente os modelos de linguagem e de difusão, como uma infraestrutura midiológica e um agente ativo de transmissão cultural. No entender da autora, a IA é constituída pela indissociabilidade entre dados, servidores, plataformas e trabalho humano, funcionando como uma engrenagem de poder e mediação controlada por grandes corporações. Em contrapartida, embora reconheça as implicações do colonialismo de dados, Corrêa e colaboradores (2025) conceituam a IA sob a ótica histórica e funcional do processamento de dados. Esses autores definem os modelos de difusão como sistemas baseados em abordagens estatísticas e simbólicas, nos quais ocorre o processo iterativo de remoção de ruído (*denoising*) para correlacionar palavras e vetores numéricos. Ressaltam, ainda, que o sistema apenas calcula probabilidade de padrões visuais sem possuir qualquer compreensão real dos significados que sintetiza, uma vez que isso esteja intrínseco às subjetividades dos programadores humanos.

Ao problematizarem o impacto da IA nas artes, ambas as pesquisas demonstram que as tecnologias generativas tensionam e reconfiguram a noção tradicional de autoria, a estética e a circulação cultural. Aliás, a IA afeta a produção artística ao substituir a subjetividade, a memória e a experiência humana pela automação de probabilidades estatísticas. Essas nuances tendem a impor padrões universais de eugenia visual e à hiperpadronização dos corpos, além de naturalizar a brancura e visões eurocêntricas do gênio criador individual. Todavia, o impacto problematizado nos dois textos não é unidirecional nem puramente passivo.

Enquanto Corrêa e colaboradores (2025) alertam para os riscos da naturalização de vieses raciais, de gênero e de trabalho quando as imagens sintéticas são consumidas sem uma crítica iconográfica rigorosa, Dias (2025) demonstra a capacidade de resposta do campo artístico. Para este, a arte atua como um espaço privilegiado de “hackeamento” e desprogramação da técnica, onde a subversão dos algoritmos transforma os instrumentos de controle em meios de contramemória, descolonização e produção de saberes situados a partir

do Sul Global.

Sob a perspectiva metodológica, os dois artigos estruturam-se a partir de abordagens qualitativas focadas na análise da imagem e da visualidade contemporânea. Além disso, ambos enfrentam contradições empíricas semelhantes: enquanto o Dias (2025) reconhece o paradoxo de utilizar e analisar obras inseridas em circuitos institucionais de elite e desenvolvidas sobre plataformas proprietárias, Corrêa e colaboradores (2025) incorrem em contradição análoga ao empregar assistentes corporativos (como o *Microsoft Copilot*) e plataformas comerciais pagas (como o Leonardo.AI) para problematizar os próprios vieses da IAG.

Por outro lado, as diferenças entre os textos emergem precipuamente no referencial teórico adotado, nos objetivos metodológicos e no tipo de materialidade estética examinado. O artigo de Dias (2025) adota uma abordagem filosófica e midiológica embasada em Régis Debray (1993, 2000) e na “desprogramação da técnica” de Arlindo Machado (2004), dedicando-se a examinar quatro obras de arte contemporânea conceitual criadas por artistas que subvertem o código algorítmico. Já o estudo de Corrêa e colaboradores (2025) volta-se para a elaboração de um instrumental de letramento visual e de interpretação da imagem sintética. Eles propõem o método LI-IAG, que adapta a sintaxe visual de Dondis (1994) e a iconologia de Panofsky (2007) para analisar um *corpus* de imagens geradas por comandos textuais (*prompts*) sem curadoria artística prévia.

Essa diferenciação metodológica reorienta os focos de observação do investigador: enquanto o primeiro estudo explora a subversão poético-artística como um ato político de resistência, o artigo subsequente se dedica à decodificação das deficiências formais e dos estigmas representacionais presentes na própria estrutura dos geradores de imagem. A tensão entre a resistência poético-artística – focada na ação, agência e insurreição criativa proporcionada pelas TDIC – e a decodificação de viés/falha material – focada na engenharia reversa das infraestruturas e dos algoritmos – representa um dos dilemas mais férteis nas HD e, inclusive, no campo das Ciências Humanas contemporâneas.

Defendo que o diálogo entre essas duas abordagens previne, tanto o utopismo ingênuo de acreditar que a ciência é a solução para tudo, assim como previne o computacionalismo reducionista, que se concentra apenas nos códigos e ignora o ser humano. Busco pensar que as Ciências Humanas têm a possibilidade de contribuir para a superação do fetichismo que paira sob a “objetividade algorítmica”. Isso pode demonstrar que as tecnologias generativas não são caixas-pretas neutras e, muito menos, possuem uma suposta inteligência autônoma, mas sim

são compostas por um arquivo ideológico fossilizado pelo Norte Global.

Como esse padrão interfere na produção do conhecimento? Defendo uma formulação teórica capaz de embrenhar no campo das HD e, em suas interfaces com a IA, que possa propor uma análise histórico-crítica dedicada à elaboração do código, aos conjuntos de dados e à arquitetura dos modelos. Tais elementos devem ser encarados como fontes históricas e sociológicas. Tal proposta faz com que toda a estrutura que sustenta as grandes empresas de tecnologia generativa deixe de ser vista como produto comercial e passe a ser interpretada como artefatos culturais carregados de visões de mundo.

Ressalto que essa concepção também marca a transição da tradicional “crítica do discurso” para uma imprescindível “crítica da infraestrutura”. Se, historicamente, a crítica cultural se concentrava na análise do produto final (como a imagem pronta ou o texto publicado), a investigação das falhas estruturais exige que o pesquisador desenvolva um letramento crítico dos dados, ou seja, uma abordagem de *critical data literacy*. Esse movimento demanda uma interdisciplinaridade genuína para o campo das Ciências Humanas, na qual sociólogos, historiadores e filósofos não se limitam a analisar a representação final, mas aprendam a questionar os parâmetros de treinamento, os pesos das redes neurais e a taxonomia dos bancos de dados. Esse domínio pode ser alcançado por meio da inclusão de áreas como os *Prompt Studies*²⁹ e a *Data Archaeology*³⁰ na formação dos futuros pesquisadores.

Simultaneamente, chamo a atenção para a revalorização da *poiesis*, ou seja, a habilidade de criar algo como metodologia de pesquisa, pois entendo que a resposta à dominação tecnológica não é somente analítica, mas também prática e inventiva. Nesse cenário, as representações provenientes das tecnologias generativas não são apenas objetos de estudo, mas se transformam em métodos de investigação, promovendo a ideia de pesquisa-criação (*research-creation*) fundamentada na filosofia crítica da tecnologia de Andrew Feenberg (2017). Dessa forma, a subversão criativa se manifesta na poética do ruído, no uso de *prompts* truncados ou na desobediência aos termos de uso. Assim, abrimos a possibilidade para estabelecer um instrumento de teste capaz de expor os limites e as fragilidades ocultas dos

²⁹ Área de pesquisa focada no papel da instrução textual como nova forma de mediação cultural e técnica. Os *Prompt Studies* examinam não apenas a eficiência técnica do uso de prompts, mas também como as escolhas lexicais e conceituais dos usuários refletem e transformam a produção de conteúdo, a autoria e o trabalho na era da IA.

³⁰ Arqueologia de Dados diz respeito ao conjunto de práticas e ferramentas voltadas para a extração e reconstrução de conteúdos legados em formatos digitais ultrapassados ou sem documentação ativa. O processo diferencia-se da simples recuperação de dados por exigir uma investigação estrutural e contextual dos “estratos” de sistemas antigos para tornar as informações novamente operacionais e confiáveis.

sistemas de vigilância das IAs.

Em resumo, percebo que a interligação dessas perspectivas provoca um conflito entre a ideia de agência humana e não-humana, levando a uma reflexão filosófica aprofundada sobre quem realmente cria o sentido: o usuário que desafia ou o modelo que restringe a representação. Esse diálogo reforça teorias que abordam a cibernética de maneira não antropocêntrica, como a Teoria Ator-Rede³¹ e o Pós-Humanismo³². Desse modo, a resistência deixa de ser vista como algo vindo de “fora” do ecossistema técnico para ser compreendida como o resultado do atrito contínuo entre a intenção humana e as tecnologias generativas. O debate sobre essa dinâmica ganha contornos práticos nas seções seguintes, voltando-se especialmente para o ofício do historiador em diálogo com as tecnologias generativas.

O penúltimo texto foco de minha análise intitula-se *História e Inteligência Artificial: alguns pontos de entrada para pensar em seus possíveis vínculos* e tem como autoria Gabriel Piro Mittelman (2025). Neste artigo, o autor analisa como as tecnologias de IA interpelam a investigação, a comunicação pública e o ensino de História. No texto, o conceito de IA é abordado não apenas sob o rótulo de sistemas algorítmicos complexos, autônomos ou que incorporam aprendizado de máquina, mas fundamentalmente sob uma perspectiva sociotécnica e política. O autor define a IA como uma estrutura de poder que combina infraestrutura, capital e força de trabalho. Com isso, ele enfatiza que a tecnologia não é uma ferramenta neutra, mas sim um artefato gerado no âmbito do sistema capitalista contemporâneo. Sua criação está diretamente atrelada a determinantes econômicos e interesses comerciais. Além disso, a IA é moldada pelas subjetividades de seus desenvolvedores, que carregam e reproduzem diversos vieses sociais e culturais.

A metodologia empregada no artigo é de cunho qualitativo, ensaístico e reflexivo, composta por uma revisão bibliográfica e historiográfica. O autor constrói sua argumentação

³¹ A Teoria Ator-Rede (TAR) é uma abordagem sociológica e filosófica desenvolvida a partir dos anos 1970 por autores como Bruno Latour (2012), Michel Callon (1986) e John Law (1992) no campo dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Fundamentada no princípio da “simetria generalizada”, a TAR defende que os fenômenos sociais são produzidos pela interação dinâmica em redes heterogêneas compostas tanto por atores humanos quanto por não-humanos (ou “actantes”, como objetos, tecnologias e instituições). Nessa perspectiva, os artefatos tecnológicos e materiais não são meros instrumentos passivos, mas agentes ativos que moldam, restringem e medeiam as relações e as práticas sociais.

³² O Pós-Humanismo é uma corrente teórica e filosófica que questiona o antropocentrismo e o ideal universal do humanismo iluminista, propondo o descentramento do ser humano e o reconhecimento de sua profunda interdependência com entidades não-humanas, como tecnologias, animais e ecossistemas. Aprofundado por autoras como Donna Haraway (2003), N. Katherine Hayles (1999) e Rosi Braidotti (2013), o campo subdivide-se entre uma vertente crítica — dedicada a desconstruir as fronteiras entre o humano, o natural e o artificial — e uma vertente transhumanista, voltada ao aprimoramento biológico e tecnológico da espécie.

articulando a história da própria disciplina, desde o empirismo do positivismo do século XIX, passando pela Escola dos Annales, o marxismo britânico, a micro-história até o “giro digital” das últimas décadas. Para ilustrar suas reflexões, o estudo analisa criticamente casos empíricos e projetos aplicados de IA na História. Isso inclui o uso do *Transkribus* e do *ChatGPT* no acervo do *Fondo Biscari*, conservado no Arquivo Histórico de Catania³³, o processamento de *Big Data* na *Sacrobosco Collection*³⁴ e a curadoria computacional no *Illustration Archive*³⁵.

Vale ressaltar que o autor defende que a IA reconfigura substancialmente a relação do historiador com as fontes primárias e com o ensino. Para o autor, o “giro digital” permitiu o processamento automatizado de uma grande escala de documentos manuscritos através de redes neurais, como o Reconhecimento de Texto Manuscrito (*Handwritten Text Recognition* - HTR³⁶), a transcrição e tradução automatizadas, a identificação de padrões visuais e a gestão de fontes “nascidas digitalmente”. Tais procedimentos deslocam a preocupação do pesquisador

³³ O acervo de *Fondo Biscari* reúne a correspondência dos príncipes de Biscari (família Paternò Castello) entre 1781 e 1786. Composto por 366 cartas dos anos finais do 5.º Príncipe de Biscari, Ignazio Paternò Castello (1719-1786) – figura do Iluminismo siciliano –, o conjunto documental registra a política na corte dos Bourbon, reformas administrativas, dinâmicas religiosas e a reconstrução pós-terremotos no Reino da Sicília. O estudo e o inventário da coleção do *Archivio di Stato di Catania* estão disponíveis no projeto da *Umanistica Digitale* (Universidade de Bolonha). Disponível em: <https://archiviodistatocatania.beniculturali.it/> Acesso em: 2 ago. 2026.

³⁴ A “Coleção Sacrobosco” (*Sacrobosco Collection*) reúne 359 edições impressas do *Tractatus de sphaera* publicadas entre 1472 e 1650. Autoria de Johannes de Sacrobosco (John of Holywood, c. 1195–c. 1256), o tratado foi redigido por volta de 1230 na Universidade de Paris e tornou-se o livro didático padrão de astronomia e cosmologia ptolemaica nas universidades europeias por mais de quatro séculos. O acervo mapeia a evolução da imprensa, das ilustrações científicas e das redes de conhecimento no início da Idade Moderna, documentando como a cosmologia medieval absorveu comentários, adaptações pedagógicas e o debate geocêntrico antes da consolidação do modelo heliocêntrico. A base de dados e os recursos da coleção são catalogados e mantidos no âmbito do projeto de pesquisa do Instituto Max Planck para a História da Ciência (MPIWG), em Berlim. Disponível em: <https://www.mpiwg-berlin.mpg.de/resources/publications/books/de-sphaera-johannes-de-sacrobosco-early-modern-period> Acessado em: 02 ago. 2026.

³⁵ O Arquivo de Ilustrações da Universidade de Cardiff (*Cardiff University's Database of Mid-Victorian Wood-Engraved Illustration* ou *Illustrated Victorian Periodicals Online*) é um acervo digital desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Cardiff (País de Gales) focado no resgate da cultura visual do século XIX. A base reúne mais de um milhão de ilustrações gravadas em madeira (*wood engravings*) extraídas de romances e periódicos vitorianos publicados entre 1850 e 1900. A plataforma destaca-se por seu sistema avançado de indexação e marcação semântica, o que permite a pesquisadores realizar buscas detalhadas por temas, objetos, gestos, artistas e personagens e, assim, tem a possibilidade de transformar um acervo disperso em uma fonte primária fundamental para o estudo da história do livro, da cultura visual, dos papéis de gênero e da sociedade vitoriana. O acervo e seu sistema de consulta pública podem ser acessados na base institucional. Disponível em: <https://www.cardiff.ac.uk/research/explore/research-units/centre-for-editorial-and-intertextual-research> Acessado em: 2 ago. 2026.

³⁶ O Reconhecimento de Texto Manuscrito (*Handwritten Text Recognition*-HTR) é uma subárea do campo computacional focada na conversão automatizada de documentos manuscritos – históricos ou contemporâneos – em texto digital pesquisável e editável. Diferente do Reconhecimento Óptico de Caracteres tradicional (OCR), projetado para fontes tipográficas padronizadas, o HTR emprega redes neurais profundas (como CRNNs e *Transformers*) capazes de lidar com as variações estilísticas da caligrafia humana, abreviações históricas e degradação física do documento. A tecnologia tornou-se uma ferramenta central nos arquivos digitais, na paleografia computacional e nas HD, permitindo a transcrição em larga escala de cartas, manuscritos e documentos cartoriais, com plataformas de destaque como o *Transkribus* e o *eScriptorium*.

da quantidade de documentos a serem lidos para a capacidade de formulação de perguntas complexas e interpretação contextual. No campo da publicização do conhecimento histórico e do ensino de História, a IA introduz novos recursos lúdicos e interativos, como *chatbots* de personagens históricos, mapas dinâmicos e simulações contrafactuais. Ao mesmo tempo, ameaça a diversidade epistêmica por meio da padronização de respostas promovidas por corporações tecnológicas.

Dentre os pontos positivos do artigo, ressalto a capacidade do autor de fugir tanto do neoludismo tacanho quanto do otimismo ingênuo diante da fascinação tecnológica, oferecendo uma crítica epistemológica e política bastante instigante. Também é criativa a forma como o autor resgata a evolução historiográfica para mostrar que a IA reabre debates clássicos sobre a natureza da fonte e a subjetividade do historiador. Ademais, o estudo destaca-se ao apresentar exemplos práticos de aplicação em acervos históricos. Adicionalmente, o autor propõe o uso da IA como uma valiosa ferramenta pedagógica em sala de aula, demonstrando como os próprios erros e anacronismos dos modelos podem ser explorados para o ensino de contexto histórico.

Em relação às limitações, observa-se que o artigo mantém um caráter predominantemente teórico e introdutório, assumido pelo próprio autor ao tratar o tema como “portas de entrada” – indicado no título – em um campo escasso de literatura. Faltam ao texto dados empíricos diretos sobre a recepção dessas ferramentas em salas de aula reais ou diagnósticos quantitativos sobre a penetração e utilização efetiva da IA em departamentos de História ou arquivos na América Latina. O trabalho também foca intensamente nos grandes modelos e *softwares* desenvolvidos no Norte Global, dedicando menor espaço para as assimetrias de infraestrutura tecnológica que os pesquisadores do Sul Global enfrentam ao tentar aplicar esses mesmos recursos.

Entendo que pesquisas semelhantes se beneficiaria de um aprofundamento sobre as questões de soberania tecnológica e proposições de diretrizes pedagógicas e curriculares concretas para a formação do historiador-professor na era digital. Projetos de código aberto (*open-source*) de IA que tenham como objetivo a preservação de arquivos de comunidades ou de línguas indígenas/regionais do mesmo modo podem ser objeto de investigação em futuras pesquisas. Similarmente, novas pesquisas podem discutir alternativas pragmáticas para que historiadores locais criem seus próprios conjuntos de dados (*datasets*) sem depender exclusivamente das infraestruturas de grandes corporações de TI.

O último texto selecionado para avaliação intitula-se, *Inteligência Artificial e Pesquisa*

em *História Medieval: Aplicações, Desafios e Possibilidades*, de autoria de Saymon da Silva Siqueira e Adriana Vidotte (2025). Este estudo investiga a integração da IA no campo dos estudos medievais. Os autores entendem essa integração não apenas como uma facilitação metodológica, mas como um verdadeiro evento epistemológico que reconfigura as práticas historiográficas tradicionais.

Para fundamentar o debate, os autores conceituam a IA a partir do campo da ciência da computação voltado à criação de sistemas que simulam a inteligência humana. Ressaltam, inclusive, o papel dominante do Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*), no qual algoritmos identificam padrões diretamente em bases de dados em vez de seguirem instruções estritamente programadas. O texto aprofunda essa definição ao destacar o aprendizado profundo (*deep learning*) e o uso de redes neurais com arquiteturas complexas (como os *transformers*), que viabilizaram os modelos de LLM capazes de gerar textos e análises com notável fluidez e coerência.

A metodologia empregada na pesquisa baseia-se em uma revisão qualitativa e analítica da literatura e de projetos acadêmicos recentes que aplicam IA ao estudo da História Medieval. Os autores adotaram uma amostragem intencional (*purposive sampling*) construída a partir de buscas em bases de dados de relevância (como *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*) e Anais de eventos científicos. A seleção atendeu a critérios de relevância acadêmica, como publicações em periódicos de alto impacto ou financiamento por agências de prestígio. Além disso, houve representatividade metodológica nas frentes de aplicação – como transcrição de manuscritos, extração de texto e redes sociais. Por fim, houve transparência nas premissas e limitações dos modelos analisados.

O impacto da IA no ofício do historiador – particularmente na análise das fontes e as práticas da historiografia medieval – é profundo ao reconfigurar a tradição hermenêutica do trabalho historiográfico (Siqueira e Vidotte, 2025). Em aplicações práticas utilizando o HTR, o Reconhecimento de Entidades Nomeadas (NER³⁷) e a Análise de Redes Sociais (SNA³⁸), os

³⁷ O Reconhecimento de Entidades Nomeadas (*Named Entity Recognition* - NER) é uma técnica essencial de Processamento de Linguagem Natural (PLN) que localiza e categoriza elementos de um texto não estruturado, em outros termos, é subárea da extração de informação que transforma texto não estruturado em dados estruturados ao detectar expressões-chave. Por exemplo, na frase “A Petrobras investiu no Rio de Janeiro em 2024”, o algoritmo rotula “Petrobras” como Organização, “Rio de Janeiro” como Local e “2024” como Tempo/Data.

³⁸ A Análise de Redes Sociais (*Social Network Analysis* - SNA) é uma técnica interdisciplinar centrada na estrutura das relações, e não apenas nos atributos individuais dos sujeitos. Por meio de métricas matematicamente definidas (como centralidade e densidade), a SNA identifica atores influentes, pontes de comunicação e a formação de comunidades em redes estruturadas de dados.

autores consideram que a IA possibilita o acesso e o processamento de grandes volumes documentais em tempo recorde. Contudo, esse ganho de escala substitui o texto tradicional por *outputs* probabilísticos e abstratos, gerando o que os autores chamam de “crise de justificação” (Siqueira e Vidotte, 2025, p. 241). Como os algoritmos operam em sistemas de “caixa-preta”, a cadeia transparente de raciocínio histórico é desafiada, exigindo do pesquisador não apenas o domínio paleográfico ou filológico, mas a capacidade de auditar os procedimentos computacionais.

Entendo que o estudo se destaca por oferecer uma reflexão teórica consistente ao vincular as discussões atuais do meio digital à própria trajetória da disciplina³⁹. Além disso, o artigo propõe um enquadramento crítico muito bem articulado (a chamada “crítica das fontes 2.0”), que recusa posturas ingênuas diante da tecnologia sem cair no ludismo acadêmico. Ao catalogar casos práticos e alertar para o risco de restringir a pesquisa histórica às perguntas que os *softwares* conseguem responder, o estudo abre a possibilidade para ampliar a atuação do historiador para a de um “crítico do instrumento”. Ou seja, um profissional capacitado a aplicar a hermenêutica ao próprio desenvolvimento e uso da tecnologia no ofício do historiador.

No que tange às limitações, o texto apresenta um caráter marcadamente ensaístico e teórico, apoiando-se prioritariamente na revisão de literatura sobre projetos de terceiros em vez de apresentar dados empíricos produzidos pelos próprios autores. O trabalho não chega a realizar um teste prático comparativo ou uma medição de desempenho de uma ferramenta específica de IA diante de um *corpus* documental inédito. Por focar fortemente no plano epistemológico das HD, a discussão técnica sobre os detalhes operacionais e as configurações internas dos algoritmos acaba ficando em segundo plano.

Como sugestão para estudos futuros, seria enriquecedor aprofundar os aspectos práticos da formação inicial do historiador frente a esse novo cenário, propondo diretrizes para a reformulação de currículos acadêmicos que integrem o letramento algorítmico. Outros estudos podem problematizar a viabilidade financeira e sustentável desses projetos no contexto de países do Sul Global, assim como analisar a dependência de infraestruturas computacionais, a escassez de financiamento contínuo e a predominância de modelos treinados essencialmente em língua inglesa. Esses elementos acentuam desigualdades na produção historiográfica em

³⁹ Vale ressaltar o movimento *History and Computing* (História e Computação) que se consolidou entre as décadas de 1980 e 1990, impulsionado pela criação da *Association for History and Computing* (AHC) em 1986. A vertente propôs o uso sistemático de recursos computacionais – como bancos de dados, estatística e análise quantitativa – na pesquisa histórica. Atualmente, é considerado o precursor direto dos campos da História Digital e das Humanidades Digitais.

países periféricos.

A análise comparativa entre as reflexões de Mittelman (2025) e de Siqueira e Vidotte (2025) evidencia aproximações fundamentais na forma como o pensamento historiográfico contemporâneo assimila a virada algorítmica. Ambas as pesquisas compartilham uma postura epistemológica sóbria que rejeita simultaneamente a “fascinação tecnológica” ingênua e o “neoludismo”. Para os dois trabalhos, o uso da IA não constitui mero facilitador prático! É um evento estrutural que reabre debates clássicos da disciplina, reconectando as transformações atuais à própria trajetória historiográfica. Isso vai desde a tradição metodológica da Escola dos Annales até o movimento *History and Computing* e o “giro digital”.

Do ponto de vista metodológico, as duas pesquisas adotam recortes qualitativos analítico e ensaístico, fundamentados na revisão de literatura sobre projetos realizados com uso da IA aplicados a acervos e fontes históricas. Ademais, convergem ao compartilhar limitações semelhantes, como a hegemonia do viés teórico em detrimento do levantamento de dados empíricos primários no cotidiano acadêmico. Evidencia-se, também, a dependência direta de infraestruturas, linguagens e *softwares* predominantemente desenvolvidos no Norte Global. Por outro lado, as diferenças entre os dois artigos situam-se principalmente no nível de especialização do recorte temático e no enquadramento conceitual do impacto tecnológico.

Mittelman (2025) adota uma perspectiva abrangente e panorâmica que examina a historiografia em suas múltiplas frentes de atuação, articulando a pesquisa documental, a comunicação pública e a transposição didática no ensino de História. Já Siqueira e Vidotte (2025) estabelecem um recorte disciplinar hiperespecializado nos estudos medievais, focando de forma densa nas transformações da tradição hermenêutica diante das especificidades de manuscritos e da paleografia. Enquanto o primeiro texto estende suas reflexões para os recursos pedagógicos e interativos como, por exemplo, o uso pedagógico dos erros e anacronismos produzidos pela IA generativa em sala de aula, o segundo aprofunda a crítica epistemológica voltada para a gestão da incerteza na adoção de métodos de análise documental informatizado.

Essas nuances refletem-se de maneira clara no modo como cada estudo conceitua a IA. Mittelman (2025) adota uma conceituação precipuamente sociotécnica e política, situando essa tecnologia como uma infraestrutura de poder que combina capital, energia e força de trabalho no contexto do sistema capitalista. Sob o olhar do autor, a IA é compreendida como um artefato permeado pelas intenções comerciais e pelos vieses ideológicos, sociais e culturais pertencentes aos seus desenvolvedores. Por sua vez, entendo que Siqueira e Vidotte (2025) dialogam com a

crítica do colonialismo de dados ao enfatizarem no arcabouço técnico/computacional/operacional da IA. Os autores conceituam essa tecnologia sob a ótica do Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*), com ênfase nas arquiteturas de redes neurais profundas (*Deep Learning*) e nos modelos de linguagem de grande porte (*Transformers* e LLMs). Ressalto que o pesquisador deve ter ciência que tais estruturas operam mediante o reconhecimento estatístico de padrões e a mitigação de ruído, assim como, a adoção de um mecanismo analítico que diferencia fundamentalmente o processamento algorítmico da cognição humana.

Ao problematizarem o impacto da IA no ofício do historiador, ambos os textos revelam que a aceleração no processamento de grandes massas de documentos altera a própria natureza da investigação historiográfica. A automação de tarefas paleográficas e a transcrição via HTR, aliadas a ferramentas de extração de dados e das redes sociais digitais, liberam o historiador do mero volume quantitativo de leitura, exigindo-lhe maior capacidade de formulação de perguntas complexas e interpretação contextual. Contudo, esse ganho de escala acarreta riscos profundos à disciplina.

Segundo Siqueira e Vidotte (2025), o surgimento da “crise de justificação” e o dilema da “caixa-preta” – nos quais o historiador passa a lidar com *outputs* probabilísticos abstratos que desafiam a transparência do raciocínio crítico – demandam uma nova “crítica das fontes 2.0”. Paralelamente, Mittelman (2025) alerta para a padronização das memórias e para a ameaça à diversidade epistêmica quando o conhecimento passa a ser mediado por respostas prontas de corporações tecnológicas. Em última análise, ambas as pesquisas coincidem em afirmar que o ofício do historiador deve evoluir da figura do mero operador metodológico para a de um “crítico do instrumento”. Tal postura deve garantir que a análise contextual, a ética e a valoração reflexiva das fontes continuem sendo a essência da produção do conhecimento histórico feito por humanos.

Nesse novo cenário, faço questão de chamar a atenção para a emergência de uma nova forma de acesso e difusão do conhecimento histórico. Essas novas formas de divulgação e produção do conhecimento devem aproximar-se da gestão de dados orientada pelos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*), de modo que os acervos digitais possam ser legíveis tanto para seres humanos quanto para sistemas de leitura realizados por máquinas (Sayão, Sales e Segundo, 2024; Coelho *et. al.* 2024a). Contudo, apesar desse avanço tecnológico e da automação no tratamento de grandes volumes de informação, torna-se

importante reforçar que o papel do historiador permaneça central e insubstituível.

É importante reconhecer que as ferramentas computacionais e os recursos tecnológicos atuem exclusivamente como facilitadores do trabalho, sendo fundamental que o pesquisador mantenha uma postura crítica em relação aos programas utilizados, compreender seus limites e realizar uma rigorosa verificação de fidelidade entre a fonte original e o arquivo digitalizado (Coelho *et. al.* 2024b). Além disso, destaco que os acervos e museus digitais/virtuais não são repositórios neutros; eles carregam escolhas e ideologias que exigem uma crítica contínua quanto à sua organização e seleção de documentos. Assim, a própria dinâmica dos arquivos digitais/virtuais tem promovido uma espécie de autoridade partilhada, permitindo a colaboração do público na transcrição, etiquetagem e difusão do patrimônio histórico.

No âmbito do ensino e da formação docente nessa nova realidade, os profissionais não podem minimizar as defasagens significativas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de História, nos quais a discussão sobre mídias e Humanidades Digitais ainda é tratada de forma secundária ou estritamente teórica (Coelho *et. al.* 2022). É crucial que se invista em uma formação inicial e continuada que prepare o professor-historiador para exercer a função de mediador crítico e investigador social, superando assim a simples instrumentalização tecnológica (como a reprodução de aulas tradicionais em formatos digitais). Diante de estudantes imersos na cultura digital e bombardeados por informações, cabe ao professor-historiador orientá-los no uso reflexivo dos acervos digitais/virtuais e das redes sociais digitais, incentivando a formulação de perguntas, o desenvolvimento de uma atitude historiadora e o fortalecimento da consciência histórica (Coelho *et. al.* 2024c).

Considerações finais

A análise realizada neste capítulo, por meio da revisão integrativa dos seis artigos publicados no dossiê *Humanidades Digitais e Inteligência Artificial*, possibilita o entendimento das diferentes conexões oriundas da virada algorítmica. Além disso, mostra suas interações no campo das Ciências Humanas, Artes Visuais, Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas. A partir desse percurso reflexivo, elaborei uma síntese organizada em torno de alguns eixos centrais.

Em alinhamento com o arcabouço teórico-metodológico adotado, as pesquisas examinadas refutam de maneira categórica a concepção da IA como uma tecnologia neutra, objetiva ou que possua intuição e consciência. A IA é compreendida principalmente em duas

dimensões inseparáveis. A primeira refere-se à sua dimensão técnico-computacional, marcada por um conjunto intrincado de modelos estatísticos de probabilidade, redes neurais profundas – como *transformers* e modelos de difusão – e aprendizado de máquina (*Machine Learning*). Esses elementos operam sobre grandes volumes de dados (*Big Data*) para reconhecer padrões e executar tarefas funcionais de identificação, previsão e síntese de linguagem ou imagens. A essa dimensão se junta, principalmente, uma dimensão sociotécnica e política, em que a IA é vista como uma infraestrutura de poder enraizada no capitalismo de vigilância e controlada por grandes empresas do Norte Global. Nesse contexto, o ecossistema algorítmico mobiliza capital, recursos energéticos, dados e mão de obra, atuando como um agente ativo na mediação cultural que reproduz, amplifica e distribui preconceitos, visibilidades e desigualdades.

Como resultado, a presença da IA nos campos do Jornalismo, Direito, Arte e História pressiona pelo surgimento de novas práticas acadêmicas, assim como, redirecionando a atuação profissional em várias direções, modificando as dinâmicas tradicionais da produção e difusão do conhecimento. Por um lado, há uma aceleração e mudança de escala. Isso ocorre uma vez que a automação de tarefas repetitivas – como a gestão de precedentes jurídicos, o processamento de acervos históricos ou a apuração célere de dados no jornalismo – expande enormemente a capacidade operacional de pesquisadores e profissionais.

Em contrapartida, uma reconfiguração hermenêutica profunda se faz necessária: a transição para a era algorítmica muda o desafio principal da simples leitura do volume de dados para a elaboração de perguntas complexas e a interpretação crítica contextual. Nesse mesmo cenário, ocorre o que se denomina de crise de justificação, em razão do caráter de caixa-preta dos algoritmos, o que demanda a criação de novas abordagens, como a crítica das fontes 2.0. Por último, destaco o perigo de uma uniformização epistêmica. O consumo acrítico de resultados sintéticos e a mediação da informação por empresas privadas comprometem a diversidade epistêmica e tendem a impor visões eurocêtricas e estereotipadas a respeito da memória, autoria e representação visual.

A análise integrada das pesquisas selecionadas indica que o impacto social da IA atua em uma via de mão dupla, abrangendo tanto riscos quanto oportunidades de intervenção. Em relação às ameaças e desafios sociais, as pesquisas realizadas nas áreas da Comunicação e Justiça apontam para a diminuição do papel destes profissionais. Também existem o reforço de bolhas informativas, a disseminação de desinformação algorítmica e o perigo imediato de preconceitos discriminatórios em decisões automatizadas. Simultaneamente, nas Artes e na

História, destacam-se o colonialismo de dados e a normalização de hegemonias culturais. Entretanto, em contraste com um determinismo fatalista, ressalto a presença de possibilidades emancipadoras e estratégias de resistência, destacando que a técnica não é um destino inevitável. Por meio da criação crítica, da análise minuciosa de seus erros e falhas e da proposição de usos pedagógicos voltados para a reflexão ética e o letramento digital, é possível “desprogramá-la” e/ou “hackeá-la”.

Neste contexto, este estudo contribui para o debate acadêmico ao delinear de forma clara os horizontes de possibilidades (alcances) e as fronteiras intransponíveis (limitações) da automação algorítmica no campo da produção e publicização do conhecimento. Entre os alcances e potencialidades da IA, sobressaem-se a escala e a rapidez oferecidas por ferramentas como a transcrição automatizada, a triagem massiva de dados e a identificação ágil de padrões. Além disso, há a criação de novas metodologias, incluindo instrumentos de letramento visual e a análise de redes sociais digitais e, não em menor escala, a oferta de um suporte operacional valioso voltado à otimização do fluxo de trabalho burocrático e da gestão documental. Por outro lado, essas potencialidades encontram limites e fronteiras rígidas que não podem ser ignoradas. Dentre esses desafios, destacam-se a opacidade operacional resultante da falta de transparência nos modelos de caixa-preta e da dependência de *softwares* proprietários. Além disso, há a reprodução automática de vieses estruturais que perpetuam estereótipos de e matrizes epistêmicas do Norte Global.

Em resumo, a principal contribuição deste capítulo é reforçar, a partir da perspectiva situada do Sul Global, que as tecnologias generativas devem funcionar apenas como um suporte operacional e instrumental. Enquanto isso, o ser humano deve permanecer como o núcleo insubstituível da criação, crítica, valoração ética e produção do conhecimento. Assim, a vigilância epistemológica constante continua sendo o exercício essencial para garantir a soberania intelectual frente às incertezas da era algorítmica.

É importante destacar, inclusive, que a articulação de estudos de tal envergadura teórica e empírica não ocorre de forma isolada; ele é fruto de uma sólida rede de cooperação científica. O núcleo dessa articulação é o Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS), fundado e coordenado por mim em 2020. A perspectiva institucional e a vocação integradora, como fundamento, foram e seguem sendo os elementos que possibilitaram o estabelecimento do Grupo de Pesquisa MITECHIS como um centro de formação e catalisador de debates avançados sobre cultura digital, mídias, educação, história e HD no Brasil. Os

diálogos e as colaborações acadêmicas que levaram à criação, desenvolvimento e publicação dos artigos analisados por mim neste capítulo ocorreram sob a estrutura conceitual e organizacional deste grupo de pesquisa, um feito que me proporciona grande satisfação.

Por fim, é importante ressaltar outro pilar essencial dessa rede de desenvolvimento intelectual: a revista *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*. Este periódico foi idealizado por mim e enriquecido pelos diversos membros do Grupo de Pesquisa MITECHIS. A recepção favorável da revista ao dossiê “Humanidades Digitais e Inteligência Artificial”, constituiu um progresso relevante na consolidação dessa linha de pesquisa. A revista em questão se consolidou como uma publicação científica inovadora e essencial para a difusão das HD no Sul Global. A qualidade científica dos artigos que compõem os debates aprofundados aqui apresentados é assegurada pela rigorosa avaliação por pares e pelo trabalho editorial da revista. Assim, a revista atua como um espaço fundamental para que o conhecimento produzido no Brasil possa interagir em igualdade de condições com as principais redes de pesquisa globais, fomentando reflexões significativas sobre a transformação algorítmica da sociedade. Dessa forma, a densidade teórica e a variedade metodológica das contribuições reunidas na obra demonstram como a interação entre *hard* e *soft sciences*, intermediada pela rede de produção e divulgação sob minha coordenação, pode ser extremamente produtiva.

Referências

- BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BEIGUELMAN, G. **Botannica Tirannica (2020)**. Página do projeto. Disponível em: <https://www.desvirtual.com/botannica-tirannica>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BRAIDOTTI, Rosi. **The Posthuman**. Cambridge: Polity Press, 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n. 2338, de 2023**. Dispõe sobre [...]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/projetos-de-lei/2338/2023>. Acesso em: 21 set. 2024
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Último acesso em: 20 nov.2021.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: demystifications of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, J. (Ed.) **Power, action, and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge and Kegan Paul, 1986.
- COELHO, George Leonardo Seabra. Humanidades Digitais e Inteligência Artificial: fronteiras e convergências de um debate inadiável. In: COELHO, George Leonardo Seabra; SAYÃO, Luis Fernando; BATISTA, Carlos. **IA, história e ciência: abordagens**

multidimensionais do presente. Editora: Itan, Campos Belos-GO, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.59616/1112> Acessado em: 30 jul. 2026.

COELHO, George Leonardo Seabra. Humanidades Digitais e Inteligência Artificial: fronteiras e convergências de um debate inadiável. **Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 6–27, 2026. DOI: 10.12957/intellectus.2026.97620. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/97620>. Acesso em: 2 ago. 2026.

COELHO, George Leonardo Seabra; BIRRO, Renan Marques; SANTOS, Márcio Adriano Costa dos Santos; ALVES, Dalila Maria. Acervos digitais e ensino de história: o Arquivo Público do Estado de São Paulo enquanto oficina para aprendizagem histórica. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 194–224, 2024a. DOI: 10.5433/1981-8920.2024v29n4p194. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/51861>. Acesso em: 3 ago. 2026.

COELHO, George Leonardo Seabra; SILVA, Luiz Gustavo Martins da; RODRIGUES, Rodrigo Gouvêa; REIS, Arthur Ferreira; SANTOS, Christiano Britto Monteiro dos. Ensino de história e cultura digital: possibilidades da formação docente. **Boletim do Tempo Presente**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 56–85, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22401>. Acesso em: 3 ago. 2026.

COELHO, George Leonardo Seabra; RIBEIRO, Maria Aparecida Pires; REIS, Arthur Ferreira; RODRIGUES, Rodrigo Gouvêa. Convergência digital e história: transformações sociais e métodos historiográficos contemporâneos. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 47–76, 2024. DOI: 10.34024/hydra.2023.v7.16285. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/hydra/article/view/16285>. Acesso em: 3 ago. 2026.

COELHO, G. L. S; SILVA, L. G. M; SILVA, T. M. F; SENIUK, T. Entre o esperado e o real: tecnologias digitais, ensino e manuais didáticos de História. **REVISTA HISTÓRIA HOJE**, v. 11, p. 102-127, 2022. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/924> Acessado em: 03 ago. 2026.

COELHO, G. L. S; SILVA, L. G. M. Cultura digital, games e educação histórica: interfaces a partir da netnografia. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2023. DOI: 10.34024/hydra.2023.v6.14425. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/hydra/article/view/14425>. Acesso em: 3 ago. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 615, de 11 de março de 2025.** Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6001>. Acesso em: 26 set. 2025.

DEBRAY, R. **Curso de midiologia geral.** Petrópolis: Vozes, 1993.

DEBRAY, R. **Transmitir.** Petrópolis: Vozes, 2000.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da Linguagem Visual.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FEENBERG, A. **Entre a Razão e a Experiência:** Ensaios sobre a tecnologia e modernidade. Portugal: MIT Press, 2017.

GONÇALVES, Priscilla Pereira; OGÉCIME, Mardochée. Colonialismo de dados e a reprodução de colonialidade: opacidade como fator chave: opacity as a key

factor. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 02, p. 69–86, 2023. DOI: 10.59616/cehd.v1i2.234. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/234>. Acesso em: 1 ago. 2026.

Haraway, D. **The companion species manifesto**. Dogs, people and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HAYLES, N. Katherine. **How We Became Posthuman**: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics. Chicago: U of Chicago P, 1999

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Edusc, 2012.

LAW, J. **Notes on the theory of the actor network**: ordering, strategy and heterogeneity. Centre for Science Studies, Lancaster, UK: University Lancaster LA1 4YN, 1992. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2005.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, A. Arte e mídia: aproximações e distinções. **E-Compós**, [S. l.], v. 1, 2004. DOI: 10.30962/ec.15. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/15>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MELO, Samuel Cerqueira. Implicações do capitalismo de vigilância na constituição do sujeito. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 179–196, 2024. DOI: 10.59616/cehd.v1i6.2009. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2009>. Acesso em: 1 ago. 2026.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PILGER, Pedro Henrique Andrade; GOMES, Geovane Ferreira. Implicações da inteligência artificial no judiciário: uma análise do Contexto Sul-Mato-Grossense. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 217–234, 2025. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2277. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2277>. Acesso em: 31 jul. 2026.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias; R. DE CARVALHO SEGUNDO, Washington Luís. Objeto Digital Fair: ampliando as fronteiras da gestão de dados. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 33, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2023v33.68646. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/68646>. Acesso em: 4 ago. 2026.

SILVA, Jean Michel Galindo da; SÁ, Maria Irene da Fonseca e. Uso de inteligência artificial no jornalismo: impactos, desafios e oportunidades na prática jornalística contemporânea. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 73–96, 2025. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2271. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2271>. Acesso em: 31 jul. 2026.

SIQUEIRA, Saymon da Silva; VIDOTTE, Adriana. Inteligência Artificial e pesquisa em História Medieval: aplicações, desafios e possibilidades. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 235–250, 2025. DOI: 10.59616/cehd.v1i8.2269. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/2269>. Acesso em: 3 ago. 2026.

STIR WORLD. **Susana Pilar Delahante Matienzo's "Achievement" reconsiders Black History**, 2024. Disponível em: <https://www.stirworld.com/see-features-susana-pilar-delahante-matienzo-s-achievement-reconsiders-black-history>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VELÁZQUEZ, F. **Rituais da Complexidade (2019)**. Página do projeto. Disponível em: <https://fernandovelazquez.art/rituais-da-complexidade>. Acesso em: 25 ago. 2025.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, [S. l.], v. 52, n. 5, p. 546-553, dez. 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

ZER-AVIV, M. **The Normalizing Machine**. Página do projeto. Disponível em: <https://mushon.com/tnm/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ZUBOFF, S. A. **Era do Capitalismo de Vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

INFORMAÇÃO SOBRE OS ORGANIZADORES

George Leonardo Seabra Coelho: Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Associado no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispam-UFT. Tem experiência na área de ensino de História, Fotografia, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). É criador e Editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais. É vice-coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR) e conselheiro da Região Norte da Associação Brasileira Acadêmicos em Defesa dos BRICS (ABRABRICS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

Luis Fernando Sayão: Possui graduação em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT) e doutorado em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT (1994). Trabalha desde 1980 na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) onde já exerceu os cargos de: chefe do Centro de Informações Nucleares (CIN); chefe da Divisão de Tecnologia da Informação (DITEC); coordenador-geral de Informática; representante do Brasil no INIS - International Nuclear Information System (AIEA/ONU); coordenador-geral da RRIAN - Red Regional de Información en el Área Nuclear (RRIAN) e membro da Comissão de Ensino da CNEN. Foi conselheiro do CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos e do Comitê Técnico-Científico do IBICT. Atualmente é líder do grupos de pesquisa em Gestão do Conhecimento Nuclear; coordenador do projeto de desenvolvimento tecnológico Infraestrutura de Apoio à Gestão e Preservação do Conhecimento Nuclear; representante alternativo do Brasil no INIS (AIEA/ONU); membro do Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ; representante da CNEN na OGP/compromisso 4 (Open Government Parterneship); professor permanente do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa; representante da área nuclear no GO FAIR BRASIL; membro do Steering Committee do FAIR Digital Object. Tem como áreas de interesse: bibliotecas/repositórios digitais, publicações eletrônicas, interoperabilidade de sistemas de informação para apoio a pesquisa, gestão de dados de pesquisa e preservação digital, áreas onde tem vários artigos e livros publicados. Bolsista de Produtividade do CNPq. Bolsista de Pesquisa do IBICT.

COELHO, George Leonardo Seabra; SAYÃO, Luis Fernando; RODRIGUES, Rodrigo Gouvêa. *IA, história e ciência: abordagens multidimensionais do presente (Volume 2)*. Editora: Itan, Campos Belos-GO, 2026.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3422623122948389>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6970-0553>

Rodrigo Gouvêa Rodrigues: É Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG). Possui Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2018), Segunda Licenciatura em Letras/Inglês e suas respectivas literaturas pelo programa PARFOR (UFMT/Sinop, 2016), Especialização em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Sinop (2012), Licenciatura em Computação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2010). É membro do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS), do Grupo de Estudos e Rede de Pesquisa em Educação a Distância (GEaD/FE/UFG/CNPq) e Rede de Pesquisa em Democracia e Inteligência Artificial na Educação (ReDIAE). É pesquisador da Rede de Inovação para Educação Híbrida (RIEH). É Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Goiás (UFG/Goiânia), lotado na Faculdade de Educação (FE), e atua na equipe editorial da Revista Inter-Ação (Qualis A2).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4085568145308867>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9133-1603>

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Aline Duarte: Mestra em Educação (UFRGS, 2024-2025) pela Linha de Pesquisa dos Estudos Culturais em Educação, Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, em Administração Escolar, Supervisão e Orientação e em Cultura e Diversidade (Centro Universitário Leonardo da Vinci, 2020, 2021, 2022). Licenciada em Letras - Português (UNISINOS, 2008). Como professora da Educação Básica (2008-2024), atuou com os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas modalidades regular e EJA. Atuou como avaliadora das redações do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio, 2010-2021) e da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização, 2016). É membro do Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - NECCSO/UFRGS (CNPq). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística Aplicada e em Sociolinguística. Interesses de pesquisa: Educação, Leitura, Escrita, Letramento Digital, Multiletramentos, Hipermídia, Cultura da Convergência, Gêneros Digitais, Discurso, Artefatos Culturais, Pedagogias Culturais, Plataformização, Inteligência Artificial e Trabalho Docente na Cultura Digital. Problematizações acerca das marcas da Cultura Digital na vida contemporânea, por meio da análise das relações entre discurso e produção de sujeitos, com interesse especial em representações e processos identitários relacionados à docência em diversos “lugares” da mídia: revistas, jornais, filmes, novelas, músicas, blogs, redes sociais, podcasts, plataformas digitais.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7118207181016296>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2552-769X>

Ana Paula Dessupoio Chaves: Professora adjunta da Faculdade de Comunicação e coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Comunicação (2024) e mestra em Artes, Cultura e Linguagens (2017) pela UFJF. Especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte pela UFJF (2014) e em História do Teatro Brasileiro e Ocidental pela Casa das Artes de Laranjeiras - CAL (2021). Graduada em Comunicação Social, bacharel em Jornalismo pelo Centro de Ensino Superior (2013). É membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cidade e Memória (UFJF/CNPq) e pesquisadora da Rede Euroamericana de Alfabetização Midiática, da rede de pesquisa Obitel-Brasil. Tem interesse nos estudos sobre Fotografia, Crítica, Narrativas, Comunicação e Moda.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0516582760531230>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6419-659X>

Claudia Pires de Castro: Mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade de Viena e Mestranda em Ciências Política na mesma universidade. É pós-graduada em Marketing pela ESPM e Bacharel em Propaganda e Publicidade pela FAAP. Foi Professora da UNIP – Universidade Paulista. Atualmente faz parte do Comitê de Apoio Técnico Científico da Plataforma de Dados Brasileiros no exterior e do Comitê Acadêmico do Brazilian Research and Studies Center (BRaS) onde também é responsável pelo Departamento de Comunicação e Relações Públicas e coordena o Grupo de Pesquisas de Mídias Sociais. É membro dos Grupos de Pesquisas DIASPOTICS: migrações / diásporas / tics (UFRJ), Laboratório de História e Meio Ambiente-Labhima (UNESP) e Mídias, Tecnologias e História-MITECHIS (UFT) todos do CNPq.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9833949825979029>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4092-2205>

George Leonardo Seabra Coelho: Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Associado no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispan-UFT. Tem experiência na área de ensino de História, Fotografia, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). É criador e Editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais. É vice-coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR) e conselheiro da Região Norte da Associação Brasileira Acadêmicos em Defesa dos BRICS (ABRABRICS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

Gisele Massola: Professora e pesquisadora visitante do Mestrado Profissional Informática na Educação (IFRS/Campus Porto Alegre). Foi professora adjunta colaboradora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA com ênfase nos Estudos Culturais. Além disso, atuou com disciplinas da Graduação e Pós-graduação lato sensu modalidade EAD em cursos de licenciatura e formação de professores. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2015). Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/2009) e Graduada em História pela mesma Universidade (ULBRA/2003). Kursou especialização em Ciências Sociais, com ênfase em História e Geografia do Brasil pela Faculdade Integrada de Amparo (FIA/SP 2005) e ainda em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (ULBRA/2020). Graduanda em Psicologia pela Faculdade do CEFI (2021 - curso em andamento). Atuou também como professora nos cursos Técnicos Integrados ao Médio de Áudio e Vídeo e Meio Ambiente, PROEJA Cuidado de Idosos e no Curso Superior de Pedagogia, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) Campus Alvorada. Tem experiência na Educação Básica, tanto em rede pública quanto privada na área de Ciências Humanas, nos componentes curriculares de História, Geografia, Filosofia e Ética e Cidadania tendo atuado como professora de ensino fundamental e médio na Unidade de Ensino Fundamental São Marcos/ULBRA de Canoas/RS (2005 - 2010), no Colégio Estadual Pedro Schneider de São Leopoldo/RS (2005-2010), na Escola Municipal Chico Mendes e Gabriel Obino (2020-2022). É também pesquisadora vinculada ao campo dos Estudos Culturais, participando de projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e FAPERGS, de eventos científicos em que tem produzido e publicado estudos sobre Educação, mídia, pedagogias culturais, patrimônio cultural, identidades e diferenças, práticas de leitura, formação de leitores e representações. Em produção mais recente, foi professora conteudista, para o Curso de Pedagogia EAD, do Centro Universitário La Salle (UNILASSALE), responsável pela disciplina de Metodologia da Educação Infantil (0-3 anos). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6709675926406081>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9110-1381>

Helena Vetorazo: Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp (PPGE-FE-Unicamp), com especializações em História, Cultura e Sociedade e em Ensino de Geografia pela PUC-SP; Ética, Valores e Saúde na Escola pela UniVesp-USP; Novas Tecnologias na Educação e Educação a Distância pela UNIDERP; e Psicopedagogia com ênfase em Educação Inclusiva pela METROPOLITANA SP. Atualmente, é diretora de projetos de Educação Inclusiva e Educomunicação no Instituto Aprender e membro do Grupo de Pesquisa em Diferenciação Sócio Cultural da Faculdade de Educação da Unicamp (GEPEDISC-Unicamp). Integra o BRaS – Brazilian Research and Studies Center na Alemanha e participa do Laboratório de História e Meio Ambiente (Labhima).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9358883083223217>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5657-1900>

Lucas Silva de Oliveira: Mestre na área de História Política pela Universidade Estadual de Maringá (2022). Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá/UEM (2020). Duas vezes bolsista PIBIC (2017-2019). Em suas Iniciações Científicas, trabalhou com o conceito de Totalitarismo e como se apresentou na História em Quadrinhos “V de Vingança”, de Alan Moore (2017-2018); na segunda, analisou o processo de desumanização da população judaica pelo Nazismo e como isso foi mostrado na Graphic Novel “Maus”, de Art Spiegelman (2018-2019). Foi agraciado pela Comissão Científica com o 1 lugar nos trabalhos na área de Ciências Humanas, no 28 Encontro Anual de Iniciação Científica - EAIC, promovido pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Em 2022, obteve o título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, após pesquisar sobre o personagem britânico Juiz Dredd e sua relação com o neoliberalismo dos governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos (1977-1991) e como o personagem satirizou o movimento de Lei e Ordem e a aplicação de penas mais duras contra a criminalidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Reino Unido, atuando principalmente nos seguintes temas: história em quadrinhos, cinema, Juiz Dredd, distopias, Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Atualmente é doutorando pela Universidade Estadual de Maringá e continua sua pesquisa com o personagem britânico Juiz Dredd, mas com foco nos 30 anos seguintes de publicações do personagem até os dias atuais. Membro do Laboratório do Tempo Presente (LabTempo) da UEM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2235691750831884>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3596-9941>

Pedro Augusto Silva Miranda: Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Área de concentração: Comunicação e Sociedade. Linha de pesquisa: Competência Midiática, Estética e Temporalidade. Bolsista Capes (2023) e PBPG PROPP UFJF (2019-2023) durante o curso de doutorado. Mestre em Comunicação (PPGCOM/UFJF), com bolsa de pós-graduação Capes durante o período de formação (2018-2019). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da UFJF (Facom/UFJF). Pesquisador do grupo de pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias (CNPq/UFJF), na linha de pesquisa Laboratório de Telejornalismo. Atuação profissional em Jornalismo, com experiência em telejornalismo, como produtor, editor de texto e redator.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3854466346192450>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4599-7225>

Robson Adami Campos: Doutorando em Direito Econômico e Economia Política pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Estudos Brasileiros pela mesma universidade. Especialista em Ciência Política pela UNESP e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Osasco (UNIFIEO). Advogado e Professor, integra os Grupos de Pesquisa Direito, Planejamento e Desenvolvimento e Direito Econômico e Produção do Espaço, ambos vinculados ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP. É membro do Grupo de Pesquisa Novo Desenvolvimentismo, coordenado pelo Professor Emérito Bresser-Pereira na Fundação Getúlio Vargas (FGV), e do Laboratório de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (LABIEB-USP).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3587277889905251>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2076-0086>

Rodrigo Poreli Moura Bueno: Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (2003), graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (2007), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT-campus Porto Nacional). Tem experiência nas áreas de História, Filosofia e Literatura, com ênfase em Teoria da História, História da Europa e Cultura e Audiovisual, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, arte, mídias e imaginário.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0847570595210977>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3962-3603>

Talita Souza Magnolo: Pesquisadora Associada no PPGCOM/UFJF. Coordenadora do Projeto de Extensão Memória (@memoria_ufjf). Vice-líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Comunicação, Cidade e Memória. Coordenadora do Prêmio José Marques de Melo, da Rede Alcar (2023-2027). Professora Substituta na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (mai/2023 - abr/2025). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha Competência Midiática, Estética e Temporalidade, sob orientação da Profa. Dra. Christina Ferraz Musse. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa Cultura, Narrativas e Produção de Sentido, em 2018, sob orientação da Profa. Dra. Christina Ferraz Musse. International Visiting Research Fellow na Universidade de Brown, em Providence, Estados Unidos, no departamento de História, sob orientação do professor James N. Green. Pós-Graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2014, no curso MBA em Marketing e Negócios. Graduada em Comunicação Social, com especialização em Publicidade e Propaganda pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, em 2012. Bolsista Capes (2019-2023). Membro da Comissão de Audiovisual do PPGCOM da UFJF (2019-2023). Membro do corpo editorial do Jornal da Alcar (2019-2022).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2505919701713031>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6240-388X>

